

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL**

ADONAI PACHECO TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA NO BAIRRO VILA MANAUS, CRICIÚMA, SC**

CRICIÚMA, JUNHO DE 2011

ADONAI PACHECO TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA NO BAIRRO VILA MANAUS, CRICIÚMA, SC**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Engenheiro Ambiental no Curso de Engenharia ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. MSc. José Carlos Virtuoso

CRICIÚMA, JUNHO DE 2011

ADONAI PACHECO TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA NO BAIRRO VILA MANAUS, CRICIÚMA, SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Engenheiro Ambiental, no Curso de Engenharia Ambiental, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Processos Educativos em Engenharia.

Criciúma, 01 de julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Carlos Virtuoso – Mestre - UNESC - Orientador

Prof.^a Gilca Benedet - Mestre - UNESC

Prof. Carlyle Torres Bezerra de Menezes - Doutor – UNESC

AGRADECIMENTOS

Não sei ao certo o que virá, mas o que passou foi muito gratificante. O que sei foi e é construído muito pelas relações que tenho com as pessoas que me são próximas. E posso dizer ando muito bem acompanhado! Agradeço, pois, às pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a construção deste trabalho, em especial às que agora cito.

Aos meus pais, João e Cris e às irmãs Ana e Marina. Ao Rodrigo, Davi e Sofia. Agradeço à Kalyne, por ter acompanhado esta etapa com entusiasmo e ajuda incondicional - és cada vez mais fundamental na minha vida.

Aos meus queridos orientadores José Carlos Virtuoso e Janine Moreira, pessoas incríveis das quais muito me orgulho de ser orientando.

À extraordinária Professora Heliete, fundamental na retomada das atividades do Nossa RUA.

Agradeço aos meus colegas da Secretaria do Sistema Social, não apenas por permitirem que eu me afastasse de minhas atividades, mas por me apoiar e incentivar na realização deste trabalho.

Aos amigos que conheci na faculdade: José Victor e Samira, Sérgio “Possante”, Tiago Luiz Costa da Silva, Eder, Tiago Silvestrini e Renan.

Aos integrantes do nosso projeto de extensão: Luana, Nelsinho e Fernanda.

Aos que gentilmente me concederam as entrevistas: Professores Mário Ricardo Guadagnin e Roberto Recart dos Santos; Zé Sabino, Giani Martins e João Sabino.

Aos integrantes do Projeto Nossa RUA, em especial ao Seu Zé Vais e aos casais Dora e Nelson, Eduardo e Rita.

Este trabalho é nosso.

“Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.”

Cora Coralina

“A verdadeira viagem da descoberta
consiste não em buscar novas paisagens,
mas em ter olhos novos.”

Marcel Proust

RESUMO

Ao se fazer uma análise sobre a atual crise ambiental, vê-se que ela não é puramente uma crise ecológica tampouco pode sê-la atribuída a uma questão conjuntural: é uma crise socioambiental, provocada por um sistema político pautado fundamentalmente pelo poder econômico. É, portanto, uma crise estrutural. Na contramão desse sistema, surgem experiências como o Projeto Nossa RUA da Vila Manaus, Criciúma/SC, no qual a gestão socioambiental participativa, fruto da organização comunitária, apresenta-se como uma alternativa ao poder hegemônico. O presente estudo buscou, por meio do estudo da trajetória da ONG Nossa Rua, contribuir para a sua gestão ambiental, identificando as possibilidades e limites na promoção do fortalecimento do movimento comunitário. A metodologia, devido ao pesquisador ter sua história de vida ligada ao objeto investigado, baseou-se nos preceitos da pesquisa participante, interpretando e correlacionando as informações obtidas em entrevistas semi-estruturadas, pesquisa bibliográfica e dados de observação. Com o apoio principal da UNESCO, a organização conseguiu implantar a coleta seletiva na Vila Manaus e em bairros vizinhos, realizando atividades de arborização e integração da comunidade, sendo estas temas-geradores de uma discussão mais abrangente, que contribuíram na construção da cidadania e ampliação dos espaços de poder local. Por conta da falta de infraestrutura, porém, após sete anos de existência, o Projeto foi interrompido. Desta forma, o presente estudo aponta como causas desta descontinuidade, além da falta de infraestrutura, as deficiências na comunicação entre entidades parceiras e a não priorização de uma gestão financeira da ONG “Nossa RUA”. A partir do cenário levantado e considerando os objetivos estabelecidos, sugere-se, para o fortalecimento da ONG, a realização de planejamento estratégico com vistas ao alcance de sua autonomia financeira. Aspecto fundamental para a autogestão dessa organização, cuja experiência contribui para a construção de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada.

Palavras-chave: Gestão Socioambiental Comunitária, Educação Ambiental, Crise Ambiental, Cidadania.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACRICA – Associação Criciumense de Catadores
AFASC – Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
APA-BF – Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI – Centro Comunitário de Ibiraquera
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT – Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CS – Coleta Seletiva
CTMAR – Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Criciúma
EA – Educação Ambiental
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAMCRI – Fundação do Meio Ambiente de Criciúma
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICM Bio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MAR – Movimento Ambiental do Rosa
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NMD/UFSC – Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC
NUPEAM/UNESC – Núcleo de Pesquisas em Educação Ambiental
ONG – Organização não-governamental
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RESEX – Reserva Extrativista
SABVM – Sociedade Amigos do Bairro Vila Manaus
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS.

Figura 1 - Relação entre dirigentes e demais membros, conforme o grau de participação dos indivíduos em uma organização.	25
Figura 2 - Panfleto explicativo do programa “Lixo Bom não se mistura”, o qual orientava a coleta seletiva.	28
Figura 3 - Panfleto explicativo sobre a CS promovida pelo programa Coleta Seletiva Solidária, realizado pela UNESCO e CTMAR	29
Figura 4 - Etapas de construção de uma composteira doméstica: 01) seleção dos materiais; 2) disposição das camadas, neste caso utilizou-se serragem para o material de base; 3) três caixas com tempo de formação diferentes: a caixa (acima) com o composto mais escuro apresenta maior tempo de maturação ; 4) composto com um teor de umidade aceitável.	32
Figura 5- Etapas de construção do Fórum Agenda 21 de Cabo de Santo Agostinho.	36
Figura 6- Atores sociais articulados na construção do Fórum Agenda 21 de Ibiracema.	39
Figura 7 - Contexto do início da formação do bairro (ano de 1982): moradias construídas sem qualquer tipo de infra-estrutura básica, próximas ao córrego afluente do rio Sangão.	44
Figura 8- Região apresentada na Figura 07, após a construção do canal	44
Figura 9: Convite para a iniciar formação da SABVM.	46
Figura 11 - 1º Planejamento do Projeto Nossa RUA.	49
Figura 12 - Café Colonial de encerramento da Semana da Mulher, em Março de 2000.	50
Figura 13 - Contação de História, por Ana Maria Manaus Teixeira.	53
Figura 14 - Primeira etapa do encontro de Planejamento 2011, realizado em 30 de abril de 2011 no colégio João Frassetto.	55
Figura 15 - Rua do Lazer da ONG Nossa RUA e do Colégio Lili Coelho, realizada em 04 de junho de 2011.	66
Figura 16 - Oficina sobre Compostagem e distribuição de mudas de árvores, realizadas durante a Rua do Lazer.	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3 JUSTIFICATIVA.....	13
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4.1 A Crise Ambiental.....	15
4.2 Educação Ambiental	17
4.2.1 Conferência Intergovernamental de Tbilisi	19
4.2.2 Aspectos Legais e Normativos Correlacionados Com Educação Ambiental no Brasil	20
4.3 Participação Social como base para construção de um novo modelo de sociedade.....	23
4.4 Coleta seletiva e Compostagem: atividades que são pontos de partida para uma Educação Ambiental Crítica.....	26
4.5 Compostagem dos resíduos sólidos orgânicos domésticos.....	29
4.6 Metodologias de Mobilização Social	33
4.6.1 Agenda 21 de Cabo do Santo Agostinho, PE	35
4.6.2 Lagoa de Ibiraquera, Imbituba, SC.	37
5 METODOLOGIA	40
6 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROJETO NOSSA RUA.....	43
6.1 Breve Histórico sobre a Vila Manaus.....	43
6.2 O Projeto Nossa RUA.....	47
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	53
7.1 Observação Participativa.....	53
7.1.1 Primeira Reunião de Planejamento: Diagnóstico	54
7.1.2 Segunda Reunião de Planejamento: Encaminhamentos	58
7.2 Ações realizadas a partir do Planejamento 2011 da ONG Nossa RUA	62
7.3 Análise das entrevistas.....	68
7.3.1 Participação e organização comunitária.....	68
7.3.2 Percepção acerca da importância do Nossa RUA	70
7.3.3 Os motivos da descontinuidade	71
7.4 Diagnóstico: Relatório Final	73
8 PROPOSTA PARA O AUTOGERENCIAMENTO DA ONG NOSSA RUA.....	77
9 CONCLUSÃO	79
10 REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Em tramitação no Congresso Nacional está um projeto que altera o Código Florestal Brasileiro. Trata-se de um assunto que envolve muita polêmica: de um lado ambientalistas e comunidade científica contestam as alterações e de outro, os chamados ruralistas fazem a frente na defesa de uma legislação menos rígida e que, na sua concepção, dificulta o desenvolvimento do agronegócio nacional. Este fato nos remete a uma situação emblemática em nossa sociedade: o poder econômico, aqui representado pelo agronegócio, usa sua força para alterar leis em seu favor, mesmo que isto seja um retrocesso à preservação ambiental e suas consequências sociais. Pode ser que, nessa situação, por conta da pressão da sociedade que almeja um desenvolvimento aliado à preservação ambiental, que o Código Florestal não seja aprovado nos termos em que se apresenta. Entretanto, o mecanismo é esse: o setor econômico determina o político, impondo à sociedade meios de reprodução que garantam o poder hegemônico a grupos específicos. Não por acaso, o poder político em nossa região está atrelado à indústria carbonífera, numa relação de dependência que inclui o financiamento de campanhas político-partidárias.

Sempre houveram em nossa sociedade, movimentos que contestaram esse sistema que privilegia poucos. Na década de 1980, mesmo com o forte aparelho repressivo de Estado, as Pastorais Sociais, ligadas à Igreja Católica, e os movimentos sindicais conseguiam disseminar as lutas pelo direito à cidadania em todo o território nacional. Nesta época surge a Vila Manaus, em uma área com sérios problemas ambientais que seriam agravados com a ocupação desordenada. A comunidade que se formava conseguiu, dentro do contexto da efervescência dos movimentos sociais no país, se organizar e lutar por direitos básicos como o acesso às redes de água e energia, infra-estrutura urbana e saúde pública.

O Projeto Nossa RUA, objeto central deste trabalho, surge em 1997 na Vila Manaus, após um período no qual o movimento comunitário local já não era mais tão ativo. A comunidade novamente acompanha uma tendência cada vez mais presente em nossa sociedade: o movimento ambientalista.

Entender o Projeto Nossa RUA dentro de um contexto além do local, vendo-o como um contraponto à sociedade capitalista, é fundamental para que esta experiência possa não só se manter, mas para que possa ser replicada.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Contribuir para o aperfeiçoamento do processo de gestão pública ambiental participativa e comunitária no bairro Vila Manaus através do estudo da trajetória da ONG Nossa Rua, identificando suas possibilidades e limites na promoção do seu fortalecimento.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar uma análise crítica descritiva da trajetória da ONG Nossa RUA;
- Estimular a retomada da coleta seletiva dos resíduos sólidos domiciliares no bairro Vila Manaus;
- Apresentar uma proposta para o autogerenciamento dos resíduos, com participação efetiva e consciente por parte da comunidade abrangida;
- Integrar as atividades voltadas à questão ambiental praticadas pelo Projeto Nossa RUA com as ações desenvolvidas pelas Escolas Municipais Prof. Marcílio Dias de San Thiago e Prof.^a Lili Coelho;
- Promover oficinas de confecção de brinquedos com materiais recicláveis, atividades recreativas em parceria com os colégios da região;
- Desenvolver oficina sobre compostagem doméstica.

3 JUSTIFICATIVA

O Projeto Nossa RUA é uma experiência do campo dos movimentos sociais e da gestão socioambiental participativa presente no bairro Vila Manaus, (Criciúma, SC). Trata-se de uma organização criada a partir da iniciativa da própria comunidade. Conseguiu-se durante sete anos, mesmo sem o apoio do poder público, implantar a coleta seletiva no bairro Vila Manaus e bairros vizinhos e desenvolver atividades de arborização das ruas e de integração, as quais estimulavam a cidadania. Entretanto, o Projeto passou por dificuldades, sobretudo em relação à falta de infra-estrutura, que levou, por três anos, à paralisação de suas atividades. Para continuidade do movimento comunitário, há a necessidade de ampliar as parcerias da organização, uma vez que esta pode ter seus trabalhos facilitados estando em contato com outros atores sociais.

Ante a perspectiva colocada, de que forma pode-se intervir na comunidade sem que ocorram ações paternalistas de uma pessoa, grupo ou entidade? Como realizar uma Educação Ambiental (EA) que dê condições para que seus membros ajam por conta própria (entenda-se não sozinhos, mas um movimento autônomo que busque e aceite parcerias que contribuam com a gestão ambiental desenvolvida), produzindo conhecimento a partir das questões do seu cotidiano local? As respostas para estas perguntas não poderão traduzir-se em uma EA que adote um modelo reduzido à pura transmissão de conhecimento, entendendo as pessoas como depósito de informações. Este trabalho será orientado por processos que se utilizam da EA como uma possibilidade para o fortalecimento de uma proposta pedagógica que compreenda as pessoas envolvidas como sujeitos na construção do conhecimento. Desta forma, sob a ótica de um projeto de Educação Popular, está alinhado à perspectiva de Paulo Freire, no âmbito de um projeto de libertação da humanidade, buscando a autonomia do movimento comunitário. Para Freire (1987), os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo. É fundamental entender-se dentro de um contexto (de comunidade e sociedade) para que se pratique uma educação de fato libertadora.

Considerando a relevância de uma iniciativa gestada na comunidade e levada a cabo pelos próprios moradores, ao longo de quase uma década, Teve-se a

necessidade de identificar os erros e acertos do movimento comunitário e se propôs, após um diagnóstico, ações que contribuam ao seu fortalecimento – desafio maior e principal objetivo deste trabalho de conclusão de curso.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A Crise Ambiental

Assuntos relacionados ao meio ambiente ocupam cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas. Desmatamento da Amazônia, chuvas irregulares em volume e em distribuição, recordes de temperaturas, aquecimento global e intensificação dos fenômenos climáticos, organizações da sociedade ligadas à Ecologia, ações empresariais e *marketing* ambiental são temas recorrentes nas mídias. Este volume de informações é uma resposta ao atual modelo de desenvolvimento socioeconômico da sociedade. Tal modelo vê a natureza como parte de seu processo produtivo e sustenta que a ciência e a tecnologia são capazes de solucionar os problemas decorrentes da exploração dos recursos naturais. Porém, estas não oferecem, até o momento atual, ferramentas que solucionassem todos os impactos ambientais provocados pelas atividades humanas. A velocidade em que se consomem os recursos naturais e o enorme volume de rejeitos “devolvidos” ao planeta Terra extrapolam a capacidade de regeneração dos ecossistemas (BRAGA, et al, 2002). Desta forma, a humanidade vivencia uma crise ambiental.

Ao analisar suas causas, vê-se que ela não é exclusivamente ambiental, do ponto de vista da degradação do meio ambiente. Ela é uma crise dentro de uma maior: a da civilização. Boff (2000) argumenta que a atual crise é também de ordem ética, política e energética, porém as suas análises ocorrem normalmente sem uma correlação necessária. E as respostas à crise ambiental, vertente de um problema maior, acompanham esta visão parcial e fragmentada do processo, ocorrendo por meio de ações que consideram apenas o aspecto ecológico, ignorando as múltiplas variáveis que a compõem.

Em relação ao texto aqui abordado, Guattari (1992) argumenta que o determinismo ecológico tende a reduzir a questão ambiental a um problema estritamente ecológico, sem incorporar as demais dimensões sociais, éticas, políticas e culturais que atravessam e condicionam o fenômeno ambiental. O tecnicismo, analogamente, destaca e prioriza os aspectos técnicos da questão ambiental, encontrando nessa dimensão tecnocientífica as explicações e soluções aos problemas socioambientais.

Para Lima (2004), essa leitura da realidade, apoiada no saber da ciência que é reconhecido como o saber socialmente dominante, se reveste de um poder especial e se apresenta neutra, objetiva e portadora de uma autoridade que a imuniza de qualquer questionamento. Sobre essa instrumentalização da ciência e da técnica como ideologia e meio de dominação Brügger (1994, p. 80) considera que:

É possível hoje, mais do que nunca, ocultar sob a fachada de um saber 'técnico' uma decisão na verdade política. Da mesma forma, o universo da locução técnica serve para reproduzir e legitimar o status quo e repelir outras alternativas que porventura se coloquem contra ele.

A realidade é paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que são apresentados novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta se vivencia também a “incapacidade das forças sociais organizadas e das formas subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos”. (GUATTARI, 1990, p.12)

Outro ponto a ser refletido quanto à questão ambiental são as abordagens individualistas e comportamentalistas que acabam por ser, geralmente, o centro das estratégias de ação no combate à degradação do meio ambiente. Lima (2004) critica tais abordagens por expressarem sua parcialidade quando limitam sua compreensão dos problemas socioambientais – e de suas respostas – à “ignorância humana” sobre a dinâmica dos ecossistemas e aos comportamentos e atitudes individuais ecologicamente incorretas que daí decorrem. “A partir desse diagnóstico tendem a centrar as respostas à crise no ensino de Ecologia, em exortações à moral e na mudança dos comportamentos individuais que contribuem para a degradação” (LIMA, 2004, p. 88). Segundo o autor, ao se atribuir somente ao indivíduo e à iniciativa privada a responsabilidade de gerenciar e resolver a questão ambiental, deixa-se de lado toda a dimensão pública e política que permeia os problemas ambientais. “O ponto crucial é que a gestão dos recursos naturais não é uma questão apenas técnica e, com isso, não pode ser isolada do contexto social e político” (BRÜGGER, 1992, p. 24).

Sendo (também) política, a gestão dos recursos naturais sofrerá forte influência dos grupos que detêm o controle político da sociedade. De acordo com Lima (2004), a sociedade humana não é homogênea e, tampouco, harmoniosa. Ela é formada por uma multiplicidade de grupos sociais dotados de valores, ideologias e

interesses bastante heterogêneos, que disputam entre si o privilégio de dirigir o processo social segundo suas posições e interesses.

Cada uma das diversas esferas que compõem a sociedade – o Estado, as empresas, as ONGs e os movimentos sociais e os segmentos internos a cada um dessas esferas – tem um interesse, uma concepção e uma proposta de encaminhamento para a crise ambiental que são diferentes entre si. Isso supõe o conflito e a luta pelo poder. É dessa luta pelo controle, gestão e apropriação dos recursos naturais que é feita a crise ambiental. (LIMA, 2004, p. 90)

Lima (op cit) ajuda a esclarecer que divisão do saber em compartimentos estanques tornou-se prática e necessária para atingir os objetivos educacionais de um sistema de ensino que nada mais é do que uma faceta de uma determinada visão de mundo, também fragmentada.

Layargues (2002) chama atenção ao que a ideologia hegemônica identifica como consumo sustentável. Para os detentores do poder em nossa sociedade, o consumo passa a ser sustentável quando os produtos são recicláveis e produzidos utilizando tecnologias limpas e eficientes. Há, portanto, o consumo insustentável, o qual é combatido pelo discurso ecológico oficial. Permite-se a crítica ao consumo insustentável, uma vez que exista o consumo sustentável; porém, a crítica ao consumismo não é permitida, “pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico” (LAYARGUES, 2002, p. 183).

O que precisamos, urgentemente, é de novos valores éticos em todos os setores da nossa vida (BRUGGER, 1992, p. 25). A destruição da Terra é a destruição do próprio homem. É necessário entender isso e passar a ter uma atitude de cuidado das pessoas entre si e destas com os demais seres (BOFF, 1999). Este cuidado precisa ser percebido no âmbito de uma dimensão libertadora.

4.2 Educação Ambiental

Não há como propor alternativas ao modelo de organização da sociedade vigente (que privilegia alguns grupos em detrimento do bem-estar da grande maioria) sem recorrer à educação e seus instrumentos pedagógicos. O atual sistema educacional reflete e reproduz uma leitura fragmentada e parcial do mundo. A educação tradicional não faz a devida associação entre homem e meio ambiente, desconsiderando as relações que transformam ambos. Freire (1992) critica este conservadorismo afirmando que “o homem, que não pode ser compreendido fora de

suas relações com o mundo, de vez que é um ‘ser-em-situação’, é também um ser do trabalho e da formação do mundo. O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão” (FREIRE, 1992, p. 28). Este atua e transforma o mundo a sua volta; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar (FREIRE, 1992). A EA deve seguir os princípios que norteiam a pedagogia orientada à libertação e à emancipação do homem. Ela acrescenta uma especificidade em relação à educação tradicional: compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. “Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um *sujeito ecológico*” (CARVALHO, 2004, p. 18).

O resgate de uma perspectiva “ambiental” ou a introdução do adjetivo “ambiental”, porém, pressupõe a aceitação de que a educação não tem sido ambiental ou, em outras palavras, existe uma educação não ambiental que é a tradicional (BRÜGGER, 1992).

Brügger (1992) argumenta que uma das evidências da educação conservadora, no campo da educação não-formal, são as campanhas “Plante uma árvore no dia da Árvore” ou no Dia da Terra ou em qualquer outra “data especial”. Quase nada mais é feito, ou seja, as causas dos desmatamentos não são discutidas. Ou pior: não são raras as vezes em que são atribuídas ao progresso e seu preço. Nesta situação, a autora afirma que aquilo que deveria ser um fio condutor se altera, frequentemente, em um tipo de instrução de caráter essencialmente técnico, que mais se assemelha a um “adestramento”.

A cidadania e a participação social são, com freqüência, invocadas no debate sobre a educação ambiental, de um modo dissociado de uma crítica sobre a dubiedade implícita no conceito liberal de cidadania. Refiro-me ao fato dessas noções serem usadas, no contexto do capitalismo, ora como meios de ocultar as desigualdades sociais e de legitimar sua manutenção, ora como conquistas associadas ao consumo. Cabe, portanto, lembrar que a outorga de uma igualdade jurídica formal, desacompanhada de outras conquistas econômicas, sociais e políticas, converte a cidadania num mero artifício para camuflar e perpetuar a exploração capitalista sobre a sociedade e a natureza (ALVES, 2000 apud LIMA, 2004, p. 21).

A EA, por ser criadora de novos valores que criticam os padrões e comportamentos estabelecidos, tem potencialmente antagonismos com o nível institucional; deve-se, portanto, ressaltar a importância das ações não-formais em EA (GUIMARÃES, 1995).

Para Lima (2004) algumas formulações expressam possíveis pretensões de uma EA crítica, entretanto, estas orientações não esgotam as possibilidades referentes ao tema e, sim, contribuem para a prática de uma educação que considera as diversas variáveis que constroem o saber humano (LIMA, 2004, p. 21):

- Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; considerando o ambiente como o conjunto das inter-relações que se estabelecem entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos;
- Contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos bens ambientais em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de vida e de relação com a natureza;
- Formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas sensíveis à identificação dos problemas e conflitos que afetam o ambiente em que vivemos;
- Implicar os sujeitos da educação com a solução ou melhoria destes problemas e conflitos através de processos de ensino-aprendizagem, formais ou não formais, que preconizem a construção significativa de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental;
- Atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, buscando articular escola com os ambientes locais e regionais onde estão inseridas;
- Construir processos de aprendizagem significativa, conectando a experiência e os repertórios já existentes com questões e experiências que possam gerar novos conceitos e significados para quem se abre à aventura de compreender e se deixar surpreender pelo mundo que o cerca;
- Situar o educador como, sobretudo, um mediador de relações socioeducativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões – escolares e/ou comunitárias – que oportunizem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais

Guimarães (1995), por sua vez, observa que a Educação Ambiental vem se definindo como eminentemente interdisciplinar, orientada para a resolução de problemas locais. Deve ser participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. Além de transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora das relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da qualidade de todos os níveis de vida.

4.2.1 Conferência Intergovernamental de Tbilisi

A primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental foi realizada em Tbilisi, capital da Georgia, entre os dias 14 e 26 de outubro de 1977. Organizada pela UNESCO, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), representando um marco histórico que ainda oferece subsídios para a implantação de políticas, planos e programas pautados por uma EA permanente, geral e que reaja às transformações cada vez mais rápidas no mundo (DIAS, 2002). Esta Conferência produziu uma declaração a qual apresenta 44 recomendações sobre o tema, além de propor finalidades, objetivos e princípios para a EA. A Declaração de Tbilisi é um documento que busca compreender a EA de maneira holística na qual a crítica ao modelo de desenvolvimento global, as ações de cooperação e solidariedade internacionais, são tão importantes quanto a melhoria e ações individuais e locais, que caminhem à luz de uma nova ética. São finalidades da EA, de acordo com esta conferência (UNESCO apud DIAS, 2002, p. 109-110):

- Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
- Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente,
- Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.
-

Decorrem das finalidades de Tbilisi, princípios tais como considerar o meio ambiente em sua totalidade, observando a integralidade dos aspectos naturais e antrópicos, a construção de processos contínuos e perenes, que envolvam tanto o ensino formal quanto o não formal, troca de experiências entre atividades similares, propiciar projetos atuais, mas que não abandonem sua perspectiva histórica, entre outros (DIAS, 2002).

Braga (2002) argumenta que o profissional de Engenharia Ambiental deve ter uma compreensão sistêmica dos processos que estuda. Nessa perspectiva, é imprescindível ao engenheiro ambiental entender-se como sujeito das mudanças as quais a sociedade deve vivenciar no caminho de um modelo sustentável de desenvolvimento.

4.2.2 Aspectos Legais e Normativos Correlacionados com Educação Ambiental no Brasil

A Política Nacional de Educação Ambiental,(PNEA) regulamentada pela Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999 segue, de um modo geral, as diretrizes da Declaração de Tbilisi, embora apresente um tom mais conservacionista que a proposta da conferência. Define EA como processos educativos que permitam ao indivíduo e à coletividade construir valores, conhecimentos, habilidades e atitudes a fim de conservar o meio ambiente bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1º), Pertencente às esferas do ensino formal e não-formal reforça seu caráter humanista, democrático, holístico e participativo (BRASIL, 1999).

Em seu 5º artigo, a PNEA estabelece os objetivos fundamentais da educação ambiental (BRASIL, 1997, art. 5):

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Quanto a educação não-formal, a Lei 9795/99 em seu artigo 13 a descreve como “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Determina também que o poder público deve incentivar a participação das diversas organizações da sociedade com as práticas de educação não-formal.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), expressa na Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, deixa clara a co-responsabilidade dos diferentes segmentos da sociedade em contribuir para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

De acordo com o artigo 3, inciso:

[...]

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as

dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010)

Conforme seus objetivos, a não geração de resíduos é prioritária, evidenciando a preocupação inicialmente com o consumo excessivo. Destaca, também, a gestão compartilhada e a articulação entre os organismos das esferas públicas, privada e civil como fundamental para a construção e manutenção de processos voltados ao desenvolvimento sustentável, conforme apresentado no Art. 7, incisos:

[...]

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

[...]

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

No âmbito estadual, a Lei nº 14675 de 13 de abril de 2009, que institui o Código Ambiental Catarinense, embora contestada em alguns de seus propósitos, também apresenta como caminho a participação da sociedade nas tomadas de decisão. Entre os seus princípios (Artigo 4) estão a promoção da educação ambiental em todos os níveis, o incentivo à padrões sustentáveis de consumo e a participação social na gestão ambiental pública.

O Código Ambiental de Santa Catarina dispõe também sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Entre seus objetivos descritos no Artigo 256 está o de disciplinar o gerenciamento dos resíduos tendo como um dos instrumentos (Artigo 257) os planos e programas regionais integrados.

Em seu Artigo 260, apresenta a obrigatoriedade do serviço público municipal de gerenciar o recolhimento dos resíduos domiciliares, inclusive com a adoção de programas de coleta seletiva, visando a minimização dos resíduos a serem dispostos no solo.

E na esfera municipal, tem-se a Lei Complementar n.º 052, de 02 de maio de 2007, que discorre sobre a Política Municipal de Saneamento Básico. Nesta, o saneamento básico é descrito como sendo um conjunto de serviços que garantam o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais urbanas. Dos princípios que norteiam esta política, destaca-se, Artigo 2, incisos:

[...]

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados

[...]

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

[...]

VI - articulação com políticas de desenvolvimento urbano regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

[...]

X - controle social;

Nota-se, entretanto, que as leis por si só não garantem a sadia qualidade de vida da população, tampouco preserva o meio ambiente ou propicia espaços de construção da cidadania. Estas normalmente cumprem um papel formal, mas não prático dentro de um sistema pautado pela racionalidade econômica (LEFF, 2002).

4.3 Participação Social: base para construção de um novo modelo de sociedade

Fez-se, até o presente momento, uma reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento da sociedade e a importância da EA como instrumento na transformação da realidade a um patamar socialmente sustentável. A participação social, em especial à que ocorre nos movimentos comunitários, apresenta um papel fundamental na sociedade, seja para manter as regras vigentes, seja para transformá-las.

O envolvimento da sociedade na resolução dos problemas que a aflige é, sobretudo, importante para compreender a realidade e superar as ideologias que mantém a maior parte da população à margem dos processos decisórios da sociedade. Nesse sentido, Chauí (2008, p. 22) reflete, em Aristóteles, sobre o conceito de realidade e ideologia:

O empirismo (do grego *empeiria*, que significa: experiência dos sentidos) considera que o real são os fatos ou coisas observáveis e que o conhecimento da realidade se reduz à experiência sensorial [...] O idealista, por sua vez, considera que o real são idéias ou representações e que o conhecimento da realidade se reduz ao exame dos dados e das operações de nossa consciência ou do intelecto, como atividade produtora de idéias que dão sentido ao real e o fazem existir para nós (CHAUÍ, 2008, p. 22).

De acordo com Chauí (2008), empirismo e idealismo consideram a realidade como um dado puro e imediato, sendo este produzido pelos sentidos ou pelas idéias. Argumenta, entretanto, que o real é o processo histórico, com seus movimentos de transformação (entendido aqui com qualquer tipo de alteração da realidade), das relações entre os homens e destes com a natureza, “relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que não tenham consciência de serem seus únicos autores” (CHAUÍ, 2008, p. 22). Porém, defender que o campo das idéias é o que corresponde à realidade permite, por exemplo, que grupos hegemônicos de uma sociedade passem a legitimar e assegurar sua dominação.

Essas idéias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (CHAUÍ, 2008, p. 24)

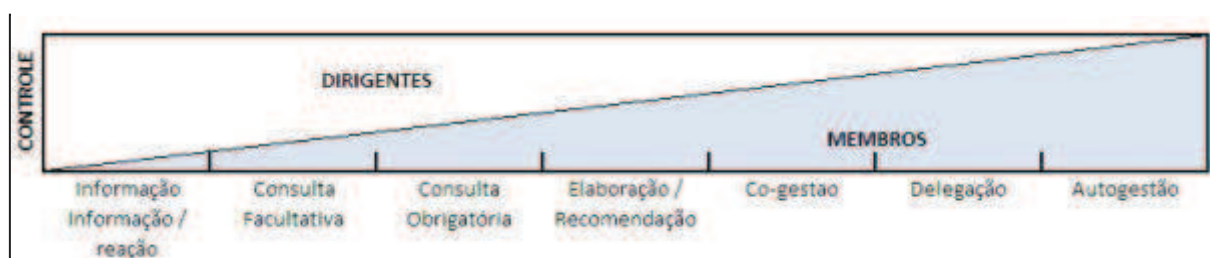
De volta ao tema participação, enquanto instrumento para entender/combater processos ideológicos, Bordenave (1983) a apresenta como uma necessidade humana. Ela é o caminho natural do homem, pois lhe é necessário afirmar-se a si mesmo, dominar a natureza e o mundo, além de necessidades não tão básicas (do ponto de vista da sobrevivência da espécie) como a interação com outros homens, auto-expressão e ainda a valorização de si pelos outros. O autor afirma que a participação ocorre sobre uma base afetiva (participa-se pelo prazer em fazer as coisas com os outros) ou outra instrumental (participa-se pois é mais eficaz e eficiente do que fazer sozinho). Um equilíbrio entre estas duas bases deveria pautar os processos participativos, porém, normalmente, ela é apenas “‘consumatória’ e as pessoas se despreocupam em obter resultados práticos [...] ou ela é usada apenas como instrumento para atingir objetivos” (BORDENAVE, 1983, p.16).

A participação deve caminhar para a Autogestão, na qual haja uma relativa autonomia dos grupos populares em relação a governos e instituições de maior porte. Participação é um processo que, enquanto espaço de atuação, pode ocorrer em dois níveis: na micro ou macroparticipação. A primeira se constitui em uma associação de duas ou mais pessoas para o desenvolvimento de uma atividade comum, sem, no entanto, pretender benefícios pessoais e imediatos. A macroparticipação, ou participação social, implica numa visão mais ampla da sociedade, indo além da intervenção em famílias, associações, clubes e outras: participar em nível macro contribuir em um “processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte

na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983, p.25).

Analisando o controle dos indivíduos, quanto ao grau e à importância das decisões que estes tomam nos grupos e organizações, descritos na Figura 01, pode-se classificar a participação nos seguintes níveis:

Figura 1 - Relação entre dirigentes e demais membros, conforme o grau de participação dos indivíduos em uma organização.



Fonte: (BORDENAVE, 1983, p. 27).

- Informação ou Informação/Reação: quando as decisões já foram tomadas e são apenas repassadas aos membros. Há casos em que a reação dos membros à informação é levada em conta pelos dirigentes;

- Consulta Facultativa: em casos nos quais os administradores se e quando quiserem, solicitam críticas e/ou sugestões sobre a resolução de algum problema;

- Consulta Obrigatória: quando os subordinados devem expressar suas opiniões, embora a palavra final ainda seja dos diretores, como em negociações salariais;

- Elaboração/Recomendação: quando os subordinados elaboram propostas e a administração acata ou não, mas deve justificar sua resposta;

- Co-gestão: a administração de um grupo ou organização faz encaminhamentos orientada por decisões de conselhos ou colegiados;

- Delegação: quando os administrados têm autonomia para tomar decisões em campos ou jurisdições da organização;

- Autogestão: o mais alto grau de participação, de acordo com o autor. Neste nível de participação, o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles, sem a intervenção de uma autoridade externa ao grupo.

Bordenave (1983) apresenta ainda dez princípios que, embora sem a pretensão de ser uma fórmula final e imutável de formar organizações participativas,

propõe passos para, mais que apenas integrar e adaptar, transformem estruturas por meio da participação ativa, crítica e consciente de seus membros:

1. A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas;
[...]
2. A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados;
[...]
3. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
[...]
4. A participação leva à apropriação a ao desenvolvimento do povo;
[...]
5. A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa;
[...]
6. A participação pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação;
[...]
7. A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
[...]
8. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar;
[...]
9. A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los;
[...]
10. Não se deve “sacralizar” a participação: ela não é a panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões. (BORDENAVE, 1983, p.77-80)

Chama-se a atenção ao décimo “princípio” proposto: segundo Bordenave (1983), viver uma organização participativa não significa que, sempre, todas as decisões devam ser tomadas por todos os membros juntos. Isso pode acarretar em ineficiência ou caracterizar até mesmo uma anarquia. Delegar tarefas não é um problema, desde que deliberadas de forma coletiva e participativa.

Participar é, também, estabelecer uma disputa pelo poder, pois participação não é a superação do poder, mas outra forma de poder. “Aprender a aceitar, manejar conflitos e a rejeitar são frutos de uma participação que nunca está acabada: participação que se imagina completa, começa a regredir”. (DEMO, 1996, p. 43)

4.4 Coleta seletiva e Compostagem: atividades que são pontos de partida para uma Educação Ambiental Crítica

Layargues (2002) analisa que muitos programas de educação ambiental apresentam-se de modo reducionista, ou seja, vêem os processos educativos

somente de forma a contribuir com a reciclagem, isolando esta atividade de questões mais amplas como política e cidadania.

Essa prática educativa, que se insere na lógica da metodologia da resolução dos problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem (LAYARGUES, 2002, p. 179).

De acordo com o Layargues (2002), o discurso ecológico alternativo trata a temática ambiental como sendo de ordem cultural, situando o consumismo como alvo da crítica ao modelo de desenvolvimento da sociedade.

A grande questão é que o desenvolvimento ainda é medido pelo crescimento econômico, com o aquecimento do mercado através de demandas cada vez maiores de consumo. Este passou a ser sinônimo de bem estar, porém um bem estar aparente: essa situação não degrada apenas o meio ambiente, mas também as relações sociais (LAYARGUES, 2002).

Discutir sobre o consumo de bens que se tornam obsoletos antes do tempo é uma das situações na qual a educação ambiental voltada apenas aos esforços individuais não consegue alcançar. “Afim, produzir um refrigerador que funcione doze anos ao invés de oito significa ter um terço de refrigeradores a menos no lixo durante esse mesmo período de tempo” (LAYARGUES, 2002, p. 181).

Pode-se perceber esta análise de Layargues (2002) nos programas de coleta seletiva implantados pelo poder público municipal de Criciúma.

Estes programas, de acordo com Becke (2010), apresentam a coleta seletiva dissociada de uma visão sistêmica e extremamente sensível às trocas de governo: há uma descontinuidade nos programas justamente por eles apresentarem-se mais como política de governo do que política social.

O Programa “Lixo bom não se mistura” (Figura 02) ilustra esta ineficiência do poder público local. Não houve o necessário investimento no programa (inclusive quanto a capacitação de profissionais) e o programa não durou mais que poucos anos (BECKE, 2010).

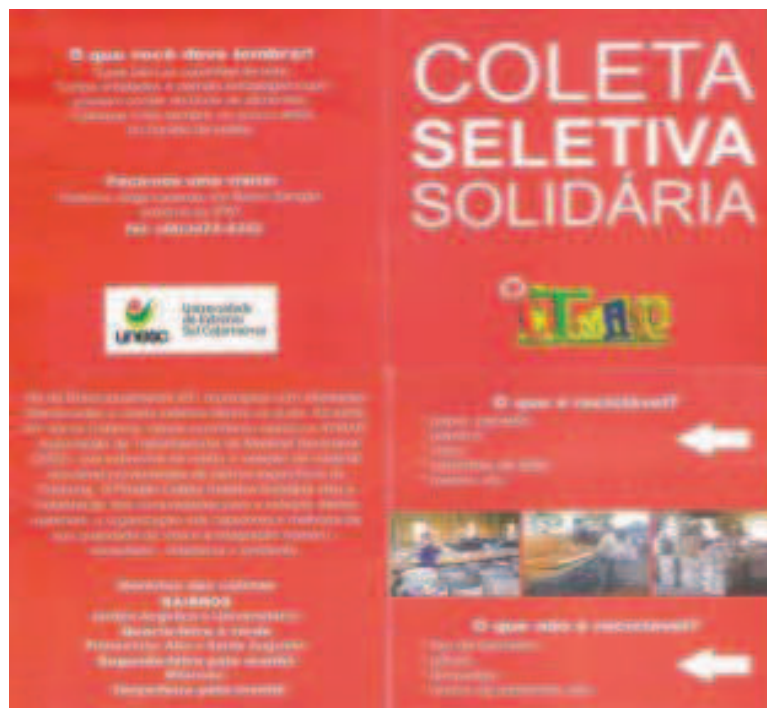
Figura 2 - Panfleto explicativo do programa “Lixo Bom não se mistura”, o qual orientava a coleta seletiva.



Fonte: GUADAGNIN, 2011

Entre os projetos desenvolvidos na área da coleta seletiva na história de Criciúma que buscaram, a partir do “lixo”, discutir e questionar padrões de consumo e modo de ser da sociedade está a iniciativa do Projeto Coleta Seletiva Solidária. Becke (2010) apresenta este programa, que teve início em 2001 por meio da ação de projetos de pesquisa e extensão ligados à UNESCO e que atua em 11 bairros da região do bairro Pinheirinho, Criciúma.

Figura 3 - Panfleto explicativo sobre a CS promovida pelo programa Coleta Seletiva Solidária, realizado pela UNESCO e CTMAR



Fonte: GUADAGNIN, 2011

O trabalho não separa a questão dos resíduos da questão social, buscando sensibilizar os sujeitos envolvidos (donas de casa, voluntários, coordenadores/técnicos e catadores) para a necessidade de mudança de valores, seja quanto ao consumo, seja no que tange as relações sociais. A experiência coordenada por Becke (2010) buscou fortalecer e ampliar, através de oficinas, capacitação de voluntários, este trabalho que visa refletir sobre inclusão social e contribuir com processos de empoderamento dos catadores.

4.5 Compostagem dos resíduos sólidos orgânicos domésticos.

Outra atividade que pode ser um tema-gerador para discussões mais amplas é a compostagem dos resíduos domésticos. Freitas (2011) afirma que a compostagem ocorre habitualmente em zonas rurais e em menor escala nos centros urbanos. No primeiro caso, há a necessidade de produção do composto para uso na

própria atividade rural, reduzindo custos com insumos. Nas cidades, a maior preocupação é com a redução do volume de resíduos e ser disposto em aterros.

De acordo com Kiehl (2002) compostagem é um processo controlado de decomposição microbiana de uma massa heterogênea de matéria orgânica no estado sólido e úmido, regulada por processos de oxidação e aeração e por fatores como umidade, temperatura e pH.

Kiehl (2002) apresenta as três fases para a formação do composto:

- Fase Fitotóxica, na qual o composto, ainda imaturo, é prejudicial às plantas. Ambiente que favorece a produção de toxinas, alcoóis e ácidos orgânicos e a proliferação de agentes patogênicos, devido ao meio anaeróbio;
- Fase de bioestabilização ou semicura, em que o material atinge um grau de decomposição que não oferece mais riscos às plantas, podendo ser utilizado como fertilizante.
- Fase de Maturação, humificação ou cura. Ocorre após de 90 a 120 dias do início do processo, formando um composto de massa amorfa e uniforme apresentando cheiro de terra mofada.

Os fatores limitantes do processo de compostagem, conforme Vilhena; D'Almeida (2000):

- Temperatura: o processo começa à temperatura ambiente, mas a medida que a atuação biológica se intensifica a temperatura no composto aumenta. Inicia na fase mesófila, com temperaturas na faixa dos 25 a 40° C, evoluindo rapidamente para a fase termófila, entre 40 e 60° C. Na primeira fase as bactérias são mais eficientes e decompõem mais rapidamente o material. Já na fase termófila os agentes patogênicos e as sementes de ervas daninhas são eliminadas (KIEHL, 2002). Após a fase termófila, a temperatura diminui gradativamente até a estabilização do composto.
- Umidade: a presença de água é necessária às necessidades fisiológicas dos microorganismos. Pouca umidade dificulta o processo enquanto em excesso, favorece a anaerobiose, com produção de chorume. A umidade ideal é de 50%.
- Relação Carbono/ Nitrogênio (C/N): de início, orienta-se para que esta relação seja de 30/1. “Ao longo do processo, parte do carbono é transformada em gás carbônico e parte é usada para o crescimento microbiano. O nitrogênio fica retido no material como nitrogênio orgânico e inorgânico” (VILHENA;

D'ALMEIDA, 2000, p. 95). Se muito eleva a relação C/N, a compostagem torna-se lenta. Ao fim do processo, a relação (C/N) ideal é de 18/1.

- pH: O início do processo de decomposição desenvolvem-se microorganismos que apresentam uma fermentação ácida, o que deixa o pH mais baixo, favorecendo a retenção de amônia. Após, os ácidos são consumidos por outros agentes biológicos, elevando o pH.
- Aeração: a aeração é necessária aos processos fisiológicos dos microorganismos. A compactação retarda o processo, favorecendo a produção de gases, causando odor.

Estas condicionantes técnicas, no entanto, não impedem que a compostagem seja feita em residências, em áreas reduzidas como sacadas, varandas ou áreas externas. Existe na Internet, por exemplo, uma infinidade de apostilas e informações que orientam os procedimentos para a realização da compostagem doméstica (RIBEIRO, s.d.; SEIXAL, 2003). A metodologia descrita, por exemplo, no guia de compostagem do Seixal (Portugal), orienta de forma clara o processo de compostagem doméstica.

Todos os materiais orgânicos são compostáveis, no entanto, nem todos são desejáveis para a compostagem doméstica. Restos de alimentos cozidos, carnes, ossos e alimentos gordurosos levam mais tempo para se decompor além de atrair animais (insetos, ratos, gatos) e causar mau cheiro. Portanto, restos de frutas, verduras e folhas são os materiais recomendados, bem como cascas de ovos, borra de café e sachês de chá.

O Guia de Compostagem do Seixal (2003) orienta que haja um equilíbrio entre os materiais ricos em carbono e os ricos em nitrogênio. De acordo com este guia, os primeiros apresentam, em geral, cor castanha como folhas secas, palha e serragem. Os ricos em nitrogênio são os materiais orgânicos verdes, tais como restos de vegetais crus e frutas, restos de grama cortada e folhas verdes. “Em geral recomenda-se que, para obter um balanço aproximadamente equilibrado entre os elementos carbono e nitrogênio, sejam utilizadas iguais quantidades de materiais castanhos (carbono) e materiais verdes (nitrogênio)” (SEIXAL, 2003, p. 8).

Ainda segundo a metodologia apresentada por Seixal (2003), os materiais orgânicos devem ser dispostos em uma caixa (como as de pescado, de PVC utilizadas no transporte de compras de supermercado ou mesmo confeccionar uma de madeira ou alvenaria) e por camadas, intercalando uma camada para a base e

outra com o material a ser compostado. Para a base, pode-se usar terra, serragem ou folhas e restos de gramas secas. A Figura 04 demonstra as etapas básicas na elaboração e manutenção de uma composteira.

Figura 4 - Etapas de construção de uma composteira doméstica: 01) seleção dos materiais; 2) disposição das camadas, neste caso utilizou-se serragem para o material de base; 3) três caixas com tempo de formação diferentes: a caixa (acima) com o composto mais escuro apresenta maior tempo de maturação ; 4) composto com um teor de umidade aceitável.



FONTE: do Autor.

No exemplo ilustrado pela Figura 04, utilizou-se três caixas de pescado, sendo feito furos no fundo de cada uma destas. O composto de ser revolvido com frequência para que haja aeração. Seixal (2003) orienta que não há regras para este fato, pois os materiais e suas quantidades variam muito. Porém recomenda que de três a quatro vezes por semana seja suficiente para arejar o conteúdo da composteira.

Para Freitas (2011) a compostagem não só contribui para a redução do volume de resíduos que irão para aterros, mas também propicia uma reflexão sobre a produção de resíduos, devido ao tempo despendido que esta tarefa exige, pois se trata de uma atividade que, embora antiga, não é cada vez menos habitual em nossa sociedade.

4.6 Metodologias de Mobilização Social

As metodologias de mobilização social que pretendem propiciar caminhos críticos e emancipatórios à sociedade de consumo seguem alguns preceitos. Logicamente que, tendo-se em vista que cada caso, lugar ou espaço possuem suas especificidades, não há uma fórmula padrão para todos os projetos e programas de gestão ambiental, sendo eles formais ou não-formais. QUINTAS (2004, p. 133) orienta que um processo educativo deve estar estruturado no sentido de:

- Superar a visão fragmentada da realidade através da construção e reconstrução do conhecimento sobre ela, num processo de ação e reflexão, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos;
- Respeitar a pluralidade e diversidade cultural, fortalecer a ação coletiva e organizada, articular os aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionar a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade;
- Possibilitar a ação em conjunto com a sociedade civil organizada e sobretudo com os movimentos sociais, numa visão de educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza;
- Proporcionar condições para o diálogo com as áreas disciplinares e com os diferentes atores sociais envolvidos com a gestão ambiental.

As metodologias orientadas pela Agenda 21 correspondem aos propósitos elencados por Quintas (2004). A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) (MMA, 2011). Esta é conhecida como Rio 92 e também como “Cúpula da Terra”. Os 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que, de acordo com constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. “A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento

para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 2011).

Em seu Capítulo 7, intitulado “Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos” (AGENDA 21, 2001, p. 83), a Agenda 21 faz uma crítica ao atual modelo de desenvolvimento, pautado no consumo excessivo e apresenta como o objetivo dos assentamentos humanos melhorar a qualidade social, econômica e ambiental dos assentamentos, em especial aos pobres destas áreas, por meio de estratégias que incluam a participação de grupos comunitários no processo de tomada de decisões (AGENDA 21, 2001). Essa participação da comunidade local é tão fundamental quanto a participação do poder público e do setor privado no diálogo sobre a prática desta metodologia.

A partir do compromisso mundial (Agenda 21 Global) e do lema “Pensar globalmente, agir localmente” elaboram-se estratégias locais de ação, orientadas pelos preceitos de uma Agenda 21 Local (Gobbo Jr et al, s. d., p. 3). Ressalta-se que a Agenda 21 não é apenas um documento ou atividade, mas um processo contínuo para a construção de novas bases de uma sociedade sustentável (BRASIL, 2005). A Cartilha Brasileira para Implantação da Agenda 21 sugere seis passos na construção dessa agenda:

1º - Mobilizar para sensibilizar governo e sociedade: a iniciativa pode partir tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada (universidades, comunidades, fundações, ONGs). Se partir de organizações não governamentais, o projeto deve ser submetido à apreciação da câmara de vereadores ou prefeitura, para que a Agenda vigore como política pública. Divulgar amplamente a proposta, buscar parcerias com outras organizações e reunir informações fazem parte desta etapa.

2º - Criar o fórum da Agenda 21 Local: o fórum deve ser formado por representantes das diferentes organizações da sociedade local a fim de selecionar os temas prioritários e coordenar um processo que incorpore as aspirações futuras da comunidade, sobretudo quanto a melhoria da qualidade de vida;

3º - Elaborar o diagnóstico Participativo: conhecer e compreender a realidade local: elaborar um diagnóstico que busque identificar os entraves à sustentabilidade, verificando a percepção os grupos e/ou comunidades tem sobre a realidade e as políticas públicas que os influenciam;

4º - Elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: o plano deve apresentar uma linguagem clara e objetiva, definir responsabilidades, ter prazos e apresentar formas de avaliação e desempenho;

5º - Implantar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: relacionar os diferentes instrumentos – do setor público e privado – que possam contribuir para efetivar as ações e definir procedimentos para que a Agenda 21 seja incorporada nos documentos de governança locais (lei orgânica, planos plurianuais) com o intuito de avançar no caminho da democracia participativa;

6º - Monitorar e Avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: acompanhar, através dos indicadores propostos, o andamento do Plano. Entre as atividades possíveis, pode-se produzir uma série histórica dos aspectos avaliados e analisar a influência da Agenda 21 nas políticas públicas.

4.6.1 Agenda 21 de Cabo do Santo Agostinho, PE

A Agenda 21 Local é uma instancia de poder, de caráter consultivo e deliberativo, que tem a finalidade de, através do diálogo entre diferentes setores, promover o desenvolvimento local sustentável (SANTOS, et al, 2005). Por ser um espaço formal, inserido no contexto da Agenda 21 Brasileira, deve ser instituído pelo poder público. Santos (et al 2005) apresenta a experiência do município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, iniciada por uma articulação entre poder público local (Secretaria de Meio Ambiente) e sociedade civil (organizações populares). Após mapeamento dos espaços públicos já instituídos (Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Comitê de Bacia Hidrográfica e Conselho Municipal de Meio Ambiente) optou-se pela formação da comissão pró-Agenda 21, que ficaria responsável por conduzir o processo em sua fase inicial. Seguindo diretrizes da Agenda 21 Brasileira, Agenda 21 Pernambucana e Agenda 21 da Bacia Hidrográfica do Pirapama e orientando-se por métodos participativos de planejamentos estratégicos, construiu-se um processo de participação popular que permitiu a elaboração de um diagnóstico socioambiental do município. À medida que o processo avançava, havia a necessidade de envolver mais atores sociais, tais como os segmentos industrial e pesqueiro. O envolvimento da sociedade ocorria por meio de oficinas, trabalhando em pequenos grupos ou em plenárias.

As oficinas iniciavam-se com uma reflexão e breve apresentação sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, Agenda 21 e realidade Local. Seguia-se uma problematização das questões socioambientais do município, na qual os participantes eram encorajados a identificar os temas ambientais, os problemas e suas causas, as alternativas de solução, bem como as ações existentes e suas potencialidades locais (SANTOS, et al, 2005, p.165).

A partir deste envolvimento da população (o qual é ilustrado pela Figura 5) elaborou-se o Diagnóstico Integrado do Município e a então comissão pró Agenda 21 adquire o formato de fórum, com dezoito entidades signatárias.

Figura 5- Etapas de construção do Fórum Agenda 21 de Cabo de Santo Agostinho.

FASES	Sensibilização e mobilização - público em geral		Consulta à comunidade		Fortalecimento do Fórum da Agenda 21	Elaboração e validação social da Agenda 21
ATIVIDADES E EVENTOS	5 reuniões com:	Seminário de lançamento do processo	4 oficinas regionais	Criação do Fórum da Agenda 21	4 Oficinas com os seguintes temas:	Priorização do Projetos
	1. comunidades					Redação da Agenda 21
	2. parceiros		3 oficinas setoriais		1. Consolidação do fórum	Revisão e diagramação
	3. Associações de base		1. setor industrial		2. Envolvimento da sociedade civil	Publicação da Agenda 21
	4. Secretarias municipais		2. setor pesqueiro		3. Sistema de gestão do fórum	Seminário de lançamento da Agenda 21
	5. Setor privado		3 assentamentos rurais		4. Planejamento	
NÚMERO DE PARTICIPANTES	150 (30 em cada reunião)	150	280 (40 em cada oficina)	18 membros	72 (16 em cada oficina)	200
MÉTODOS UTILIZADOS	Debates, Palestras, Metaplan	Palestras, vídeos-debate, moderação	Metaplan, moderação, diagnóstico	análise de interesses, moderação	Planejamento estratégico	Palestras, debate, Metaplan, moderação
PRODUTOS	Representação para a consulta popular, comissão pró-agenda 21	divulgação, visibilidade do processo	Diagnóstico integrado do município, proposta	Decreto Municipal	Plano de Ação do Fórum	Agenda 21 - Plano de desenvolvimento

FONTE: Santos, et al, 2005, p. 169.

O sistema de gerenciamento tem dois níveis de tomadas de decisão: o político e o operacional. O primeiro, representado pelo poder executivo e legislativo local, encarrega-se de integrar à legislação e ao orçamento municipal as ações da Agenda 21 de Cabo de Santo Agostinho. No nível operacional, as entidades que compõem o Fórum conduzem os projetos específicos da Agenda.

Santos (et al, 2005) destaca que entre os avanços do processo de construção da Agenda 21 de Cabo de Santo Agostinho está o fato de que houve um aumento do conteúdo ambiental nas demais secretarias do Município (Educação, Obras, Saúde, Cultura e Fazenda).

O processo mostrou estar solidificado como política pública quando, em 2004, após mudança na conjuntura política local devido ao processo eletivo municipal, as ações da Agenda 21 não cessaram, continuando com o processo de construção de espaços de participação e do desenvolvimento sustentável local.

4.6.2 Lagoa de Ibiraquera, Imbituba, SC.

A Lagoa de Ibiraquera é uma Laguna costeira composta por quatro lagoas: Lagoa de Cima, Lagoa do Meio, Lagoa de Baixo e Lagoa do Saco (Adriano, 2009). No entorno da Lagoa de Ibiraquera encontram-se 10 comunidades divididas entre dois municípios catarinenses: Garopaba e Imbituba (FREITAS, 2005 apud ADRIANO, 2009). A região foi inicialmente povoada por índios tipis-guaranis, chamados carijós. A partir da segunda metade do séc. XVII ocorre a ocupação européia, sobretudo com o povoamento de portugueses vindos do arquipélago de Açores. Estes tinham na agricultura de subsistência e, sobretudo, na pesca artesanal a base da economia local. Seixas (apud Adriano, 2009) afirma que a partir da década de 1970, inicia-se um processo de ruptura dos ensinamentos da pesca artesanal devido a dois fatores principais: à mudança da economia local (que passaria a ser pautada pela busca de lucros à curto prazo) e a urbanização proporcionada pela construção da BR 101. Com uma população residente de 5000 habitantes e de mais de 15000 habitantes nas temporadas de verão, o Turismo e o Comércio firmam-se como atividades que se fortalecem na economia local atualmente (ADRIANO, 2009).

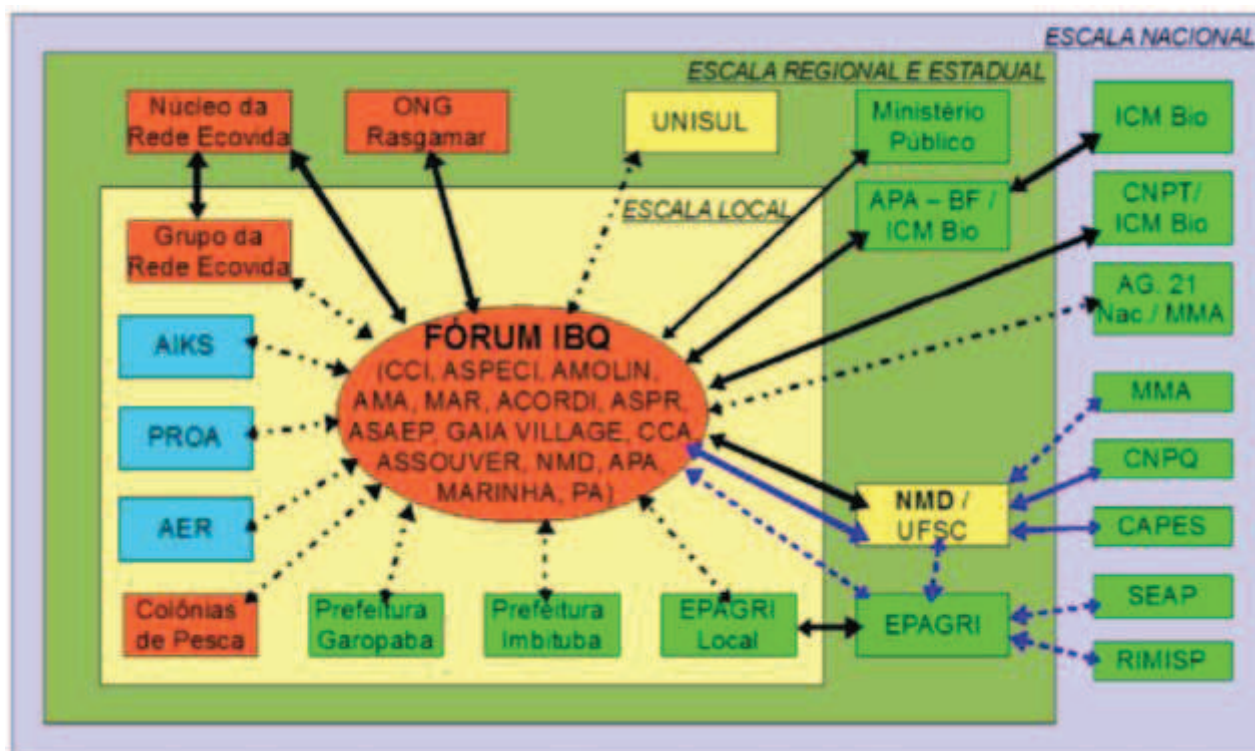
Nesse contexto, Adriano (2009) apresenta a experiência da Agenda 21 de Ibiraquera. Ao final da década de 1990 funcionavam algumas organizações locais, tais como o Movimento Ambiental do Rosa (MAR) e o Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI). Havia um diálogo entre estas organizações, no entanto sem uma articulação maior. As ações ocorriam, principalmente para combater a especulação imobiliária sobre áreas de preservação e outras de interesse coletivo. Em 2001, motivados por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inicia-se o processo de construção da Agenda 21 Local. Em 2002 ocorre a plenária de fundação do Fórum Agenda 21 de Ibiraquera. Destacam-se dois fatos que contribuíram para o fortalecimento do Fórum: o primeiro ocorre em relação à luta da comunidade local que exigiu o fechamento de uma empresa que trabalha com carcinicultura na Lagoa de Cima. O Fórum moveu uma ação junto ao Ministério

Público e conseguiu, em primeira instância, o fechamento da mesma. A empresa conseguiu retomar suas atividades pouco tempo depois, mas teve que cumprir uma série de requisitos que fizeram diminuir os seus impactos ao ecossistema. Adriano (2009) destaca que esta mobilização entorno do combate a uma atividade degradante acarretou em um ganho de participação dos pescadores da região, vital para a manutenção do processo. Outro fato destacado por Adriano (2009) ocorreu na Praia Vermelha, no município de Garopaba. A praia estava ocupada irregularmente por um grupo empresarial. Esta ocupação impedia o acesso de pescadores e banhistas ao mar. Novamente através de uma ação judicial, o Fórum consegue reverter esta situação.

Ainda segundo Adriano (2009), em 2003 entraram em vigor o Projeto “Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera” e os Grupos de Trabalho (GTs) de “Educação, Saúde, Cultura e Saneamento”, “Pesca” e “Turismo”. O Fórum, em parceria com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), passa também a contribuir com a fiscalização da Lagoa de Ibiraquera. O processo de construção do Fórum contou com a realização de encontros temáticos sobre pesca artesanal, unidades de conservação, turismo ecológico e economia solidária. Em 2005, encaminhou-se ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) ofício e abaixo-assinado solicitando a criação de uma Reserva Extrativista de Pesca e Aquicultura (Resex).

Diferente da experiência gestada em Cabo de Santo Agostinho, a participação política na construção do Fórum Agenda 21 de Ibiraquera, ficou aquém das expectativas. O Poder Público local cumpre um papel mais formal do que efetivo neste processo. Entretanto, a experiência mantém diálogo com outros atores sociais, como apresentado na Figura 6. Atualmente, o Fórum é integrante do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca.

Figura 6- Atores sociais articulados na construção do Fórum Agenda 21 de Ibiraquera.



FONTE: Adriano, 2009.

5 METODOLOGIA

Para definir a metodologia a ser utilizada por esta pesquisa levou-se em consideração duas prerrogativas: a primeira corresponde ao fato de que o pesquisador coordena atualmente a ONG Projeto Nossa RUA, portanto, participa e tem influência sobre as decisões e atividades do grupo. E, segundo, tendo em vista que a pesquisa buscava revelar as causas da paralisação das principais atividades do movimento comunitário, quantificar os dados tornar-se-ia uma tarefa muito difícil, uma vez que esta situação pode ser explicada, principalmente, pelas opiniões e considerações dos atores que compunham o Nossa RUA. Assim, cada ator respondeu aos questionamentos de acordo com aquilo que vivenciou. A pesquisa, portanto, fundamentou-se na qualificação das informações. Optou-se em realizar uma investigação de abordagem qualitativa na qual o pesquisador foi participante do processo analisado por também ser parte da história da comunidade.

A pesquisa qualitativa orienta estudos onde a realidade não pode ser quantificada. Isso significa que ela trabalha com questões muito particulares: o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes relacionados “com um universo mais profundo das relações e dos processos dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

A pesquisa não pode ser o produto de um observador postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos: deve, ao contrário, ser o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas. [...] Os métodos quantitativos acabam distanciando o pesquisador do verdadeiro objeto da investigação e são ineficazes para compreender as ações práticas dos sujeitos, em sua vida prática (CHIZZOTTI, 2001, p. 80).

O contexto da pesquisa qualitativa descrita por Minayo (1994) e Chizzotti (2001), ao fugir de estruturas metodológicas quantitativas, permite ao pesquisador envolver-se mais a fundo com as questões do seu objeto de estudo. Pode-se complementar uma abordagem qualitativa com a pesquisa participante. Esta se insere na pesquisa prática, classificação que, nas palavras de DEMO (2000, p. 21 apud ROCHA, 2004, p. 02) “é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não

esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”.

A inserção do pesquisador no campo está relacionado com as diferentes situações da observação participante por ele desejada. Num pólo, temos a sua *participação plena*, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. Noutro, observamos um *distanciamento total de participação* da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação. Ambos os extremos mencionados envolvem riscos que devem ser avaliados antes de serem adotados. (CRUZ NETO, 1993. p. 60)

Destaca-se o papel da entrevista e da observação participante como fontes principais de obtenção de dados. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que se pretende investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso ter-se em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, no qual cada momento é uma conquista baseado no diálogo e que foge à obrigatoriedade (CRUZ NETO, 1993). A espontaneidade é a premissa fundamental para que os dados obtidos nas entrevistas e observações contribuam para a construção do conhecimento acerca do problema investigado por este trabalho.

Nesse procedimento metodológico, Cruz Neto (1993) destaca a noção de entrevista em profundidade que permite um dialogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Na entrevista geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes aparece em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato.

Quanto a observação das atividades do movimento, Gil (1994) afirma que a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. “Neste caso, o observador assume, pelo menos ate certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí porque se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.” (GIL, 1994, p.108)

Ainda segundo Gil (1994), o principal inconveniente da observação, enquanto técnica para coleta e análise de dados, está em que a presença do pesquisador pode inibir o comportamento dos sujeitos envolvidos, destruindo a espontaneidade produzindo resultados pouco confiáveis. Isso deve ser levado em consideração e é um risco assumido pelo pesquisador, visto que a observação

participante dar-se-á de modo natural, pois o mesmo é integrante do movimento objeto de estudo.

Para a elaboração do presente estudo, o pesquisador valeu-se de três tópicos norteadores, orientando-se por Deslandes (1994):

- a) Definição da amostragem: os indivíduos sociais vinculados de forma mais significativa ao problema a ser investigado são os integrantes e ex-integrantes do Projeto Nossa RUA. Tratam-se de 12 pessoas as quais estiveram mais a frente e que coordenaram o Projeto Nossa RUA. Estes sujeitos constituíram o público a abrangido na pesquisa;
- b) Coleta de dados: A pesquisa de campo foi constituída por meio de entrevistas e observação participante dos processos de construção do movimento comunitário. As entrevistas serão semi-estruturadas, gravadas e, após serem transcritas, foram lidas aos entrevistados para que fossem avaliadas e consideradas pelos mesmos. A observação decorreu da participação do pesquisador nas atividades da ONG, tais como em reuniões, planejamentos e ações diversas. Foi realizado também uma pesquisa suplementar de informações, referentes aos dados secundários, através de pesquisa documental e revisão bibliográfica.
- c) Organização e análise de dados: Souza e Zioni (2005) propõem que, para a análise das informações, seja utilizado o método da Triangulação, com a correlação entre Pesquisa Bibliográfica, dados Observação e análise de Entrevistas. Para cada um destes três itens será elaborado um capítulo a fim de detalhar as análises obtidas. O Relatório Final constituirá um quarto capítulo, apresentando a comparação entre todos os conteúdos.

6 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROJETO NOSSA RUA.

6.1 Breve Histórico sobre a Vila Manaus

A dinâmica de desenvolvimento ocorrida na região sul catarinense, especialmente na região de Criciúma/SC, provocou graves problemas socioambientais em diversas comunidades que se formaram com o crescimento urbano. Argumenta-se que o modelo de desenvolvimento impulsionado pela indústria carbonífera resultou no progresso e no desenvolvimento regional. Fato é, porém, que este dito progresso deu-se às custas da perda da qualidade de vida da maior parte da população e através de severos danos ao meio ambiente.

Onde hoje está situado o bairro Vila Manaus foi, até o final da década de 1960, área de deposição de rejeitos da mineração de carvão. A intenção do poder público, à época, era implantar no local um distrito industrial. Houve, inclusive, a instalação de duas indústrias metalúrgicas, uma serralheria e uma serraria. Tratava-se de uma região sem as mínimas condições para o estabelecimento de uma área residencial. No entanto, o território foi ocupado por famílias que fixaram suas residências (Figura 07).

A Figura 07 retrata a situação do início da formação do bairro Vila Manaus. Apesar de ser um retrato parcial, a imagem ilustra o que foi a ocupação, sem ordenação e sobre área de rejeito de carvão. Já a Figura 08 mostra que mesma região em 2011. Nota-se que houve um processo de urbanização que, embora tenha ocorrido sem planejamento, resultou em uma melhora da qualidade de vida da população local.

Figura 7 - Contexto do início da formação do bairro (ano de 1982): moradias construídas sem qualquer tipo de infra-estrutura básica, próximas ao córrego afluente do rio Sangão..



FONTE:Arquivo pessoal de João Paulo Teixeira

Figura 8- Região apresentada na Figura 07, após a construção do canal



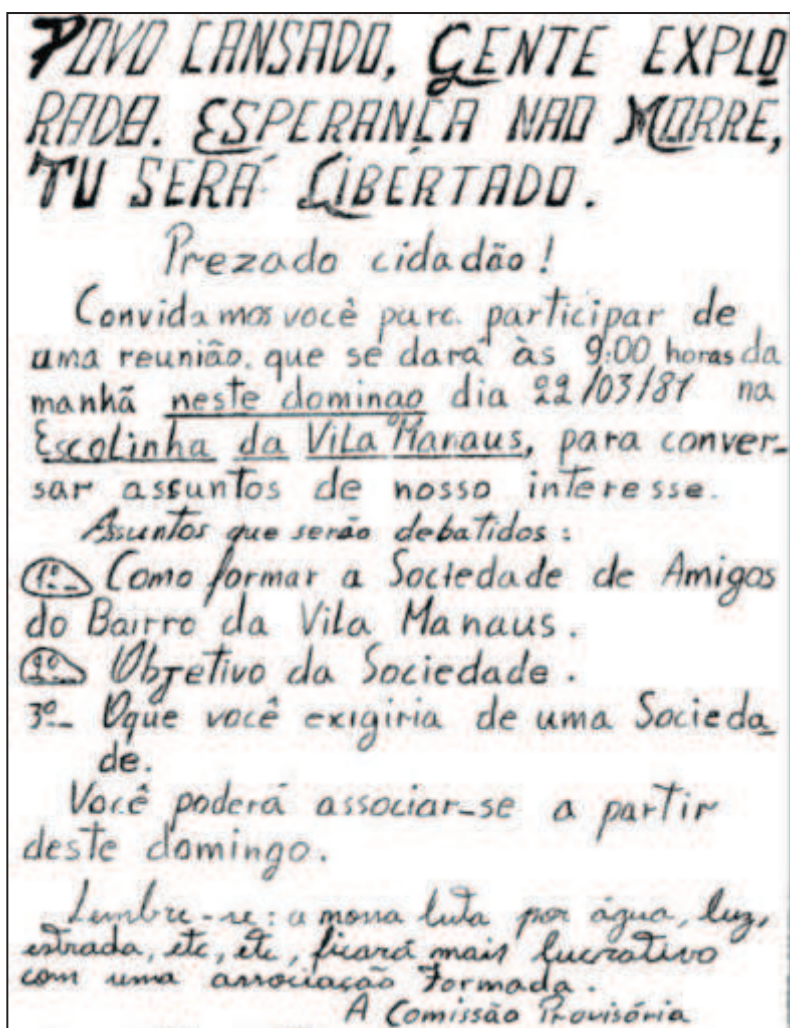
FONTE: Autor, 2011.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 ocorreu um processo de refuncionalização, através da ocupação territorial para fins residenciais que ensejou a formação do bairro, com diversos conflitos entre o poder público e os ocupantes” (GUADAGNIN, 2001. p.14). Os conflitos aos quais Guadagnin (2001) se refere resultam da mobilização comunitária ocorrida no início da formação do bairro. A organização, porém, não foi algo excepcional, desvinculada de um contexto político mais amplo. Na fase inicial de formação da Vila Manaus, toda a América Latina atravessava um período conturbadíssimo de sua história. Os governos nacionais, em sua maioria totalitários, impunham a doutrina capitalista através de regimes militares. A sociedade contestava essa situação organizando-se contra a violência do estado através de muitos grupos que agiam na clandestinidade, mas, principalmente, a Igreja Católica (por meio de sua ação pastoral vinculada à doutrina da Teologia da Libertação) e os sindicatos (estes com mais força a partir da década de 1980) eram as instituições que conseguiam maior poder de mobilização (BRASIL, 1985).

O surgimento de um “novo sindicalismo” na região do ABC, em São Paulo e a emergência de novos atores sociais no cenário político brasileiro, no final dos anos 70 e início dos anos 80, repercutiu na cidade de Criciúma. [...] A Pastoral Operária (PO) e a Pastoral da Juventude (PJ), foram responsáveis pelas diversas manifestações populares na cidade [...] Com a Pastoral Operária, de Juventude e algumas Associações de Moradores – especialmente a Associação de Moradores de Amigos do Bairro da Vila Manaus – aconteceram as primeiras mobilizações populares na cidade com características autônomas e combativas (TEIXEIRA, 1996, p.149-150).

A Figura 09 ajuda a demonstrar o que foi o engajamento social ocorrido na Vila Manaus. A formação da Associação de Bairro estava vinculada à luta por melhorias na comunidade e esta decorria também de uma orientação da Teologia da Libertação. Na ocasião, a comunidade se organizou para reivindicar do poder público o direito ao abastecimento de água potável.

Figura 9: Convite para a iniciar formação da SABVM.



Fonte: GUADAGNIN, 2001, p.104.

A comunidade conseguiu se organizar e lutar por melhorias, sobretudo com a ação da então recém criada Associação de Moradores, acumulando uma série de conquistas no decorrer da década de 1980, tais como, instalação de redes de água e energia, aquisição de centro comunitário e posto de saúde e regularização fundiária.

Cessadas as lutas por direitos básicos na comunidade, há um esfriamento do movimento comunitário. A última grande mobilização da comunidade acontece para exigir a construção de um canal sobre o córrego que corta o bairro, o que ocorreu nos primeiros anos da década de 1990. A mobilização participativa aconteceria novamente na Vila Manaus em 1997, com o advento do Projeto Nossa RUA.

6.2 O Projeto Nossa RUA

O Projeto Nossa RUA (Reciclagem, União/integração e Arborização) teve início no bairro Vila Manaus em 1997, na então rua 15 (hoje 1100). Liderados por João da Silva Sabino (líder comunitário e morador da referida rua), os moradores da Rua 15 propõem uma forma de organização comunitária serviria de exemplo às demais ruas da Vila Manaus e bairros vizinhos. A idéia era fazer a coleta seletiva do lixo, a arborização das ruas com espécies nativas e a realização de atividades recreativas abordando a temática ambiental.

Esta primeira célula do que viria a ser a ONG Nossa RUA procurou a UNESCO para que houvesse uma melhor orientação nessa intenção de construir algo novo na Vila Manaus, no que tange à questão da mobilização e participação popular.

A Universidade acolheu a proposta, integrando-a como Projeto de Extensão do Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental (NUPEAM), e encaminhou junto com os moradores da Rua 15 os seguintes objetivos iniciais (NUPEAM, 1997 apud GUADAGNIN, 2001):

- Desenvolver, junto à comunidade, ações visando a revitalização do bairro enfocando a arborização e o problema do lixo;
- Salientar a importância e a necessidade da arborização dentro de aspectos paisagísticos, ambientais e da melhoria da qualidade de vida;
- Conscientizar da importância da coleta seletiva do lixo salientando benefícios ambientais e na qualidade de vida;
- Estabelecer a rua 15 como projeto piloto.

Produziu-se um vídeo com a participação dos próprios moradores envolvidos no qual se orientava a correta seleção dos materiais que iriam para a reciclagem. No início, a coleta era feita com caminhão (fretado) de um morador do bairro que, além da coleta, segregava e vendia os resíduos coletados. Com a ampliação da iniciativa, um caminhão com maior capacidade de transporte foi fretado. O material coletado passou a ser armazenado e segregado em uma casa da comunidade, alugada para este fim. O volume de resíduos aumentou e a triagem era então realizada por comissões formadas entre os participantes do Nossa RUA, as quais se revezavam nesta tarefa. Os recursos financeiros para manter o aluguel e o frete provinham da venda dos materiais.

Figura 10- Segundo caminhão usado para a coleta seletiva da história do Nossa RUA.



FONTE: Arquivos Nossa RUA, s.d.

O Projeto Nossa RUA tornou-se aceito na comunidade e cresce com rapidez em número de famílias participantes. Houve a necessidade de planejar este crescimento, para que o mesmo ocorresse de forma ordenada e participativa. Foram três principais encontros de planejamento. Os planejamentos estratégicos foram orientados por Roberto Colaço, coordenador do Instituto Àgora, de Florianópolis, instituição que orientava a elaboração de planos e treinamentos.

Do primeiro planejamento, realizado nos dias 12 e 13 de julho de 1997 (Figura 11) no colégio Rogacionista Pio XII, de Criciúma, resultaram as três linhas de atuação do Nossa RUA: a **Reciclagem**, através da coleta seletiva dos resíduos; a **União/Integração** da comunidade, por meio de atividades recreativas ligadas à temática ambiental e criação de espaços para discussão; **Arborização** das ruas do bairro, trabalhando/estimulando a produção de hortas e compostagem doméstica.

Figura 11 - 1º Planejamento do Projeto Nossa RUA.



FONTE: Arquivos Nossa RUA, 1997.

Nesta atividade, fez-se um diagnóstico sobre a situação do bairro, identificando pontos fortes e fracos na comunidade. A partir desta análise sobre a realidade local, elaborou-se um cenário ideal a ser alcançado em um período de oito meses. A partir desta perspectiva, foram definidas as atividades que colocariam em prática o que foi definido no planejamento.

O 1º planejamento do Nossa RUA tira como encaminhamento final que as reuniões ocorreriam da seguinte forma:

- Coordenação dos três projetos: reunião uma vez por semana;
- Grupos de cada projeto: reuniões quinzenais;
- Grande grupo: reuniões mensais;
- Avaliação geral do planejamento: setembro de 2007, na semana do Dia da Árvore (ÀGORA, 1997)

Essas atividades foram colocadas em prática a ponto de, em três anos, todas as ruas dos bairros Vila Manaus, Nova Esperança e Vila Vitória e em algumas ruas dos bairros Santa Luzia, Jardim União, São Sebastião, Imperatriz, Loteamento Meller e Cidade Mineira Velha contarem com a coleta seletiva. Contribuiu para este fato a conquista do Nossa RUA em obter um caminhão próprio para a coleta, o qual era disponibilizado aos sábados pela Prefeitura de Criciúma.

Paralelo à atividade de coleta seletiva, o Projeto Nossa RUA realizava oficinas de teatro, música (violão) e artesanato com material reciclável e atividades de arborização de ruas da Vila Manaus, além das frequentes “Ruas do Lazer” e palestras. Durante a Semana da Mulher do ano 2000, por exemplo, foram realizadas palestras e debates acerca da saúde e das condições de vida das mulheres. A Semana foi encerrada com um Café Colonial, organizado pelos participantes.

Figura 12 - Café Colonial de encerramento da Semana da Mulher, em Março de 2000.



FONTE: Arquivos do Nossa RUA, 2000.

O Projeto Nossa RUA firma-se exemplo de gestão ambiental participativa, construindo e fortalecendo espaços para a cidadania.

Ressalta-se a importância da participação da comunidade no processo de construção do Projeto Nossa RUA. Com as três linhas de ação (Reciclagem/Coleta, Arborização e Integração), buscava-se descentralizar e ampliar a participação nas tomadas de decisão. A proposta era que, em cada rua em que o caminhão da coleta passasse, houvesse pelo menos três representantes do Nossa RUA, um para cada linha de ação. Estes eram chamados de “Coordenadores de Rua” e eram convidados a participar dos encontros e atividades de administração do movimento, representando as ruas nas quais residiam.

O Projeto Nossa RUA alcançou/conquistou muitos de seus objetivos. No entanto alguns obstáculos pareciam intransponíveis. Entre as principais dificuldades do Projeto era a de obter um Centro de Triagem. A falta de um espaço próprio para desenvolver as atividades era um grande entrave para a evolução do processo. Buscava-se a construção não só de um lugar para segregar e armazenar materiais: vislumbrava-se um espaço que seria um centro de referência no bairro para a construção da cidadania:

Dificuldades existem, porém, estamos indo ao encontro de soluções. Para a classificação do material coletado dividimos o mesmo espaço do centro de triagem da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, localizado no bairro Sangão. Este espaço torna-se cada vez mais reduzido por causa do aumento de material coletado em outras comunidades. Por isso a necessidade **urgente** da construção de um pavilhão próprio. O Projeto nesses 07 anos já mostrou sua capacidade e se solidificou como uma proposta alternativa na questão ambiental nas comunidades. O passo seguinte é avançar na construção física e territorial, na geração de emprego e renda e no crescimento cultural. Precisamos de recursos financeiros para a construção de um **centro de triagem e salas para:**

- Oficinas de arte;
- Reuniões e cursos (Arquivos da ONG Nossa RUA, 2004)

Outra grande dificuldade era a obtenção de recursos financeiros. Todo o dinheiro arrecadado na venda dos resíduos domiciliares recicláveis servia para pagar a família que realiza a triagem do material. Os recursos necessários às oficinas de teatro, música e artesanato eram conseguidos com a UNESC e por doações individuais, na maioria das vezes saindo do bolso dos próprios participantes do Projeto. Exceção a esta realidade, cita-se a contribuição da Cáritas Diocesana de Criciúma, que nos primeiros anos do Nossa RUA doou cerca de R\$ 2.000,00 ao projeto, recurso que fora investido em sua maior parte para a estruturação de um grupo de teatro, incluindo a aquisição de um aparelho de som. Nas discussões em

torno do problema, encaminhou-se (no ano de 2000) a criação da ONG Projeto Nossa RUA, a fim de facilitar a inscrição do movimento em linhas e programas de financiamento dos setores público e privado. Essa mudança (do movimento à pessoa jurídica) não produziu o efeito esperado. A busca por parcerias (Ministério Público, prefeituras, editais do setor privado) não dão resultado e o problema da falta de recursos persiste.

No ano de 2004, a ONG Nossa RUA deixa de desenvolver suas atividades. Devido, sobretudo, à falta de infra-estrutura (problema que acompanhara o Projeto desde o seu início) houve um desgaste no processo que impediu que este movimento comunitário continuasse a se expandir. Sem perspectiva de evolução, as atividades foram perdendo força, até a sua completa desativação. E assim permaneceria até 2008, apenas com algumas famílias fazendo a coleta seletiva, no entanto, por conta própria.

Em 2008, por intermédio do grupo de pesquisa e extensão “Educação, Saúde e Meio Ambiente” da UNESCO, coordenado pelas professoras Heliete Rocha dos Santos e Janine Moreira, o Projeto Nossa RUA retoma suas atividades. Houve o reinício das atividades, porém de forma mais moderada, mobilizando um grupo de moradores que viria a compor a atual coordenação do Projeto. As ações, a partir deste período, concentram-se em eventos ligados à integração da comunidade com a realização de Ruas de Lazer, oficina de confecção de brinquedos produzidos com materiais recicláveis e a formação de um grupo de Terno de Reis. A Figura 13 apresenta a Rua do Lazer realizada em parceria com o colégio estadual João Frassetto.

Figura 13 - Contação de História, por Ana Maria Manaus Teixeira.



74 FONTE: Acervo do Projeto Nossa RUA.

7.1 Observação Participativa

Na coleta seletiva residia a esperança, por parte da coordenação do Nossa RUA, de mobilizar novamente toda a comunidade da Vila Manaus. Em 2009, convidou-se para uma conversa o grupo de pesquisa e extensão “Coleta Coletiva Solidária” coordenado pelos professores Mário Ricardo Guadagnin e Rosa Nadir Teixeira Jerônimo, da UNESCO. Este grupo fazia (e ainda faz) um trabalho de fortalecimento da cooperativa de catadores CTMAR e também é a responsável por organizar a coleta seletiva na região do bairro Pinheirinho. A intenção deste encontro era discutir sobre a possibilidade de ampliar esta coleta em andamento na cidade para a Vila Manaus. Na oportunidade, refletiu-se sobre a situação dos projetos e se propôs que fossem convidadas outras instituições para a discussão, a fim de pressionar o poder público municipal a realizar a implantação da coleta seletiva nos

bairros. Deste encaminhamento surgiu o Fórum Lixo e Cidadania, que é, hoje, o principal espaço de discussão sobre o gerenciamento de resíduos, as condições de vida dos catadores e a construção da cidadania no município.

A partir da atuação do Fórum Lixo e Cidadania, criou-se a possibilidade de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos domiciliares para a região de abrangência da ONG Nossa RUA. As conversas sobre a coleta seletiva ganham força na ONG em 2011 com a aprovação do projeto de pesquisa e extensão “Gestão Ambiental Participativa no Fortalecimento da ONG Projeto Nossa RUA para Atuação nos Bairros Vila Manaus e Santo André – Criciúma/SC”, na UNESCO, sendo este projeto coordenado pelo professor José Carlos Virtuoso. Realizaram-se duas reuniões entre professores, acadêmicos e coordenação do Nossa RUA onde se decidiu que a retomada da coleta seria a partir de um planejamento de atividades, que, fazendo jus à história da própria ONG, seriam integradas entre si. A primeira etapa do Planejamento de 2011 ocorreu em 30 de abril de 2011 e o segundo encontro no dia 05 de maio de 2011.

7.1.1 Primeira Reunião de Planejamento: Diagnóstico

Estiveram presentes no dia 30 de abril de 2011, na sala de vídeo do colégio estadual João Frassetto, localizado no bairro Santa Luzia, 14 pessoas entre acadêmicos e professores da UNESCO e os integrantes do Nossa RUA. Este encontro ocorreu entre às 14h e 17h30 e foi o primeiro dos dois previstos para a determinação das atividades da ONG neste ano.

O grupo da universidade propôs uma dinâmica para a realização do encontro, tendo como base a estrutura metodológica utilizada na comunidade de Dique de Sambaibatuba, em São Vicente/SP (Agenda 21, 2004), quando da implantação da Agenda 21 Local. Adaptando a metodologia, propôs-se as seguintes etapas:

1. Acolhida aos participantes, com apresentação da música “*Viva la gente*” pelo Professor Zeca Virtuoso;
2. Apresentação da ordem do dia, feita pelo coordenador da ONG, Adonai Teixeira;
3. Dinâmica da “Teia de Aranha”, realizada pela acadêmica do curso de Engenharia Ambiental e bolsista do projeto de extensão, Luana Lumertz;

4. Contação da história do bairro por meio da técnica denominada de “Varal do Tempo” onde os participantes seriam postos lado a lado na ordem da pessoa que estava a mais tempo morando no bairro para a que estava há menos tempo. Nesta sequência, cada um relataria a história do bairro a partir da percepção que tinha sobre a Vila Manaus;
5. Apresentação de Slides com fotos atuais e antigas da comunidade;
6. Listagem, pelos participantes, dos aspectos positivos que o bairro apresenta;
7. Listagem dos aspectos negativos da Vila Manaus;
8. Listagem dos sonhos dos participantes quando refletem sobre uma comunidade ideal de se viver;
9. Sugestões de ações que, valendo-se dos pontos positivos do bairro, iriam buscar a realização dos sonhos elencados.

As etapas 4 e 5 tinham por finalidade refletir sobre o bairro, seu processo de formação e sua situação atual, conduzindo a “novos” olhares sobre a comunidade, procurando uma percepção ocultada pelo cotidiano. A Figura 14 apresenta a dinâmica realizada entre os participantes da primeira etapa do Planejamento 2011.

Figura 14 - Primeira etapa do encontro de Planejamento 2011, realizado em 30 de abril de 2011 no colégio João Frassetto.



FONTE: Autor, 2011.

Tinha-se a expectativa de fazer um encontro diferente das reuniões tradicionais, utilizando uma metodologia que possibilitasse uma espécie de “nivelamento de conhecimento”, ou seja, que todos os participantes tivessem uma visão comum da história do bairro, seus problemas e virtudes.

Seguindo a metodologia de implantação da Agenda 21 Local de Dique de Sambaiaatuba (Agenda 21, 2004), procurou-se contar e refletir sobre a história do bairro e identificar as qualidades da comunidade. Após esta discussão, listaram-se os problemas do vividos no bairro e quais seriam as situações ideais para superar estas dificuldades. O Quadro 01 foi elaborado durante o encontro e apresenta o resultado das discussões.

Quadro 01 - Resultados das discussões do primeiro encontro de Planejamento.

Aspectos positivos	Aspectos negativos	Sonhos
Organização histórica da comunidade	Poluição sonora	Quintal em todas as casas do bairro
Mobilização	Desorganização dos catadores	Cooperativa de catadores
Preocupação social	Degradação social – miséria e vulnerabilidade	Pelo projeto alcançar de alguma forma os moradores
Mobilização das escolas	Ausência de personalidades-chaves do projeto Nossa	Retorno das personalidades
Ser à história	Falta de recursos monetários	Alcançar recursos financeiros ao projeto Nossa
Melhores condições de habitação	A não realização da coleta seletiva de resíduos	Retomada da coleta seletiva de resíduos
Conscientização das questões ambientais	Descontinuidade do movimento	Fazer o movimento em sua permanência o mais contínuo
Pioneiros em coleta seletiva		
Participação ativa da universidade (UNESC)	Hábitos de vida pouco saudáveis	Qualidade de vida
Identidade de lugar	Corte de árvores	Replanteio
Existência do movimento Nossa Rua	Falta da compostagem	Compostagem nas casas
Solidariedade	Falta de espaços recreativos	Espaços arborizados para recreação
Educação escolar	Falta de atividades envolvendo arte e educação	Espaços para trabalhar as artes e educação ambiental
Empregabilidade	Consumismo	Redução da produção de resíduos
Fórum lixo e cidadania		
Catadores de lixo		

FONTE: ONG Nossa RUA, 2011.

Entre os aspectos positivos, destaca-se o histórico de engajamento da comunidade na resolução dos problemas que são comuns aos moradores. Entre os participantes, percebeu-se o sentimento de que eles são parte ativa da formação do bairro. As conquistas, desde as do começo da formação do bairro (lutas por redes de água e luz, regularização fundiária, entre outras) até as mais recentes (como a formação do Projeto Nossa RUA), são frutos de uma comunidade que deu o real sentido à palavra empoderamento. Não se atribui as conquistas a uma só figura

(pessoa ou partido político), mas sim, a um esforço conjunto de quem vivia as dificuldades. Isso fica evidente nos pontos “Ser a história”, “Identidade de lugar” e “Pioneiros em coleta seletiva”.

Os aspectos negativos elencados não são exclusividade da Vila Manaus. São problemas comuns de uma sociedade que não prioriza a qualidade de vida das pessoas. Destaca-se, entretanto, que a maioria dos problemas ocorrem justamente pela queda do ritmo de atividades do Nossa RUA e da mobilização social histórica da comunidade. Os sonhos confirmam que ao se retomar algumas atividades que o bairro desenvolveu em momentos de sua trajetória, problemas como hábitos de vida pouco saudáveis, não realização da coleta seletiva e falta de espaços para a recreação voltam a ser discutidos, possibilitando a solução ou minimização de tais problemas.

Este encontro não correspondeu às expectativas em dois pontos: o primeiro foi quanto ao número de participantes, 14 no total. Há uma dificuldade natural em reunir as pessoas para atividades voluntárias porque o público que participa da ONG é formado por homens e mulheres que trabalham durante toda a semana (e, não raras as vezes, até nos fins de semana). Estes têm os sábados e domingos para cuidar dos afazeres domésticos e descansar. As melhores reuniões do Nossa RUA (sob o aspecto do número de participantes) ocorrem em dias de semana à noite ou fins de semana após às 16h.

Outro ponto foi a questão do encaminhamento da metodologia proposta para o dia. Houve um descuido e a ordem de encaminhamento discutida no dia anterior foi seguida. A contação da história do bairro por meio da técnica “Varal do Tempo” não foi realizada e a apresentação de slides com fotos do bairro foi apresentada após as considerações sobre “aspectos positivos”, “aspectos negativos” e “sonhos”. Mesmo assim, a história do bairro foi contada por cada integrante quando da discussão dos aspectos positivos e a apresentação de slides rendeu mais alguns minutos de conversa sobre história e situação atual da região.

7.1.2 Segunda Reunião de Planejamento: Encaminhamentos

No dia 05 de maio, entre 19h30 e 21h, no Colégio Marcílio Dias, realizou-se a segunda etapa do planejamento. Nesta, estiveram reunidas 10 pessoas da coordenação do Nossa RUA. No começo da reunião, leram-se as considerações

feitas no encontro de sábado, ressaltando-se a importância de se propor atividades para o Projeto Nossa RUA que fariam a ponte entre os “aspectos positivos” e os “sonhos” da comunidade. As atividades propostas foram:

- A organização de uma “Rua do Lazer” para a semana do dia 05 de junho, dia do meio ambiente: os presentes sugeriram a realização desta atividade junto à Escola Municipal Lili Coelho. Esta parceria já havia dado resultados em 2010, quando, em setembro, realizou-se uma “Rua do Lazer” naquele colégio. A experiência foi muito bem avaliada, tanto pelos integrantes do Nossa RUA quanto pelos professores e resolveu-se sugerir novamente a proposta.

- A retomada da Coleta Seletiva na Vila Manaus: este foi o ponto de maior discussão e envolvimento de todos os participantes no encontro. Primeiramente, relatou-se aos presentes sobre possibilidade de ocorrer a coleta na Vila Manaus através da ampliação do que hoje ocorre na região dos bairros Jardim Angélica e Pinheirinho. Esta atividade é gerenciada pelo grupo de extensão “Coleta Seletiva Solidária” da UNESCO e os materiais coletados são doados à Cooperativa dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis de Criciúma – CTMAR. O caminhão, que recolhe este material às quartas-feiras a partir das 13h, é disponibilizado pela empresa JC Lopes, responsável pela coleta do resíduo domiciliar no município. Encaminhou-se, então, que fosse chamada uma conversa com integrantes da CTMAR e do grupo de Extensão “Coleta Seletiva Solidária” para confirmar a disponibilidade de integrar a Vila Manaus na rota da coleta em andamento no município.

O passo seguinte foi discutir quantas e quais ruas do bairro seriam beneficiadas inicialmente com a retomada da coleta seletiva. Decidiu-se que, para uma primeira etapa, o caminhão passaria nas ruas onde moram os atuais integrantes da coordenação do Nossa RUA, sete ruas no total. As demais ruas do bairro seriam incorporadas à rota conforme o ritmo das atividades.

O último ponto de conversa sobre a coleta seletiva foi quanto à forma de armazenar o material para a coleta. A experiência do Projeto Nossa RUA era de recolher o material utilizando sacos de ráfia de 100L: aos sábados, o caminhão da coleta seletiva recolheria os recicláveis armazenados nestes sacos e entregava outro, possibilitando um melhor acondicionamento dos materiais e padronização da coleta. Refletiu-se, porém, que além do custo para o Nossa RUA de fazer a manutenção dos sacos, haveria casos onde o morador só fazia a coleta se recebesse o saco de ráfia

para o armazenamento. Encaminhou-se que fosse proposto aos participantes da coleta seletiva que, por iniciativa própria, organizassem o armazenamento em suas casas.

Propôs-se que nas casas onde houvesse participantes da coleta fosse fixada uma placa de identificação do Projeto Nossa RUA.

- A realização de um curso sobre compostagem doméstica nas ruas onde haverá coleta seletiva. Este é um encaminhamento importante para a ONG, pois significa superar a atual expectativa em relação à segregação dos resíduos domiciliares. Esta atividade requer um esforço maior dos participantes da coleta, uma vez que o processo de compostagem doméstica é semelhante ao de cuidado necessário para manter uma horta caseira: exige tempo e comprometimento especial de quem o faz. A compostagem doméstica é importante não apenas pelo aspecto da redução dos resíduos que seriam destinados a um aterro sanitário, mas pelo fato de propiciar a reflexão sobre a produção desses resíduos. A idéia de realizar uma oficina sobre compostagem doméstica vem acompanhado do estímulo que o Nossa RUA pretende oferecer para o uso do composto (produto da compostagem) em hortas caseiras e jardins. Ressalta-se que esta é uma atividade que está sendo tratada como complementar a coleta seletiva, porém, ela pode ocorrer independentemente da ocorrência do trabalho com os materiais recicláveis.

O resultado das atividades propostas pelo planejamento é apresentado pelo Quadro 02, considerando os apontamentos do primeiro encontro:

Quadro 02 - Resultados das discussões sobre encaminhamentos resultantes da segunda etapa encontro de Planejamento.

Aspectos positivos	Aspectos negativos	Sonhos	Ações para transformar sonhos em realidade
Organização histórica da comunidade	Polluição sonora	Quintal em todas as casas do bairro	Incentivo à compostagem dos Resíduos orgânicos
Mobilização	Desorganização dos catadores	Cooperativa de catadores	
Preocupação social	Degradação social – miséria e vulnerabilidade socioambiental	Pelo projeto alcançar de alguma forma os moradores de áreas com degradação	Estimular famílias em situação de vulnerabilidade social a participarem das
Mobilização das escolas	Ausência de personalidades-chaves do projeto Nossa Rua	Retorno das personalidades	
Ser à história	Falta de recursos monetários	Alcançar recursos financeiros ao projeto Nossa Rua e ser auto-sustentáveis	Buscar parcerias com instituições (Cáritas e UNESC) para a formulação projetos que
Melhores condições de habitação	A não realização da coleta seletiva de resíduos	Retomada da coleta seletiva de resíduos	Viabilizar a coleta no bairro
Conscientização das questões ambientais	Descontinuidade do movimento	Fazer o movimento em sua permanência o mais contínuo possível	Fortalecer os processos de participação e formação de lideranças
Pioneiros em coleta seletiva			Viabilizar a coleta no bairro
Participação ativa da universidade (UNESC)	Hábitos de vida pouco saudáveis	Qualidade de vida	
Identidade de lugar	Corte de árvores	Replanto	
Existência do movimento Nossa Rua	Falta da compostagem	Compostagem nas casas	Incentivo à compostagem dos Resíduos orgânicos
Solidariedade	Falta de espaços recreativos	Espaços arborizados para recreação	
Educação escolar	Falta de atividades envolvendo arte e educação ambiental	Espaços para trabalhar as artes e educação ambiental fora da escola	Atividades como as Ruas do Lazer
Empregabilidade	Consumismo	Redução da produção de resíduos	Educação Ambiental Crítica, que reflita sobre consumismo e modo de vida
Fórum lixo e cidadania			
Catadores de lixo			

FONTE: ONG Nossa RUA, 2011.

7.2 Ações realizadas a partir do Planejamento 2011 da ONG Nossa RUA

Na sequência das atividades, foi realizado, em 12 de maio de 2011, um novo encontro (a exemplo da que ocorrera em 2009) com o grupo Coleta Seletiva Solidária. Convidou-se também a CTMAR, a qual foi representada por uma integrante da Cooperativa. Após as apresentações, teve início a conversa com o relato sobre a intenção da ONG Nossa RUA de fazer a coleta seletiva a partir da ampliação do trabalho que hoje ocorre na cidade (região do bairro Pinheirinho).

Ao serem questionados sobre a possibilidade de se ampliar a coleta e em quais dias isso seria possível, foram apresentadas duas propostas: às sextas-feiras com o caminhão da JC Lopes ou aos sábados, com o caminhão da CTMAR, informações. Porém, a representante da CTMAR descartou a possibilidade de uso do caminhão da Cooperativa, em virtude dos altos custos de manutenção que o mesmo requer. Ou seja: coleta só com o caminhão da JC Lopes e durante a semana.

Mesmo com esta situação, os integrantes do Nossa RUA argumentaram que não seria interessante, nem para os trabalhos da ONG, nem para a cooperativa, realizar a coleta às sextas-feiras, como proposto. Argumentou-se que mais do que a simples segregação dos resíduos, a ONG busca realizar um trabalho de educação, o qual requer um acompanhamento dos coordenadores de rua. A proposta, como apresentada, com a coleta ocorrendo em dia de semana, os materiais seriam colocados em frente às casas, sujeito a coleta por parte de atravessadores, além de não haver o acompanhamento para verificar se o que está sendo descartado é reciclável ou não, se está sujo ou não. A coleta poderia ocorrer, mas uma discussão mais ampla e o trabalho dos coordenadores ficariam prejudicados.

Lembrou-se que um dos objetivos do Projeto Nossa RUA ainda é ter seu próprio espaço para triagem e valorização dos materiais. Segundo os integrantes da ONG, gerir os resíduos com eficiência passa pela descentralização dos centros segregação dos materiais recicláveis, ampliando a participação das comunidades no processo de gerenciamento.

Outra preocupação do grupo da Vila Manaus era em relação à Cooperativa, se a CTMAR funcionava como tal. Informou-se que a situação melhorou após o governo municipal ceder um caminhão para a coleta e que as retiradas mensais giram em torno dos R\$ 530,00 por cooperado. Quatro dos 12 trabalhadores e trabalhadoras recolhem os encargos sociais, sendo este custo arcado pela

Cooperativa. Fez-se o convite para que o grupo do Nossa RUA fizesse uma visita à Cooperativa, o qual foi aceito.

Como encaminhamento, decidiu-se realizar uma nova reunião do Nossa RUA , marcada para o dia 14/05 para análise do encontro do dia 12 e reflexão sobre as possibilidades.

Neste encontro (que contou com 14 integrantes do Nossa RUA) decidiu-se por iniciar a retomada da coleta seletiva na Vila Manaus, aceitando a proposta do grupo Coleta Seletiva Solidária de fazer a coleta às sextas-feiras. Para divulgação, ocorrerá a abordagem porta à porta, feita pelo coordenador de cada rua. Será encaminhado um panfleto explicativo para auxiliar este trabalho de visita às casas. Entra na pauta, novamente, a discussão sobre a melhor forma de se armazenar os resíduos recicláveis. Alguns dos participantes contestaram a opção de deixar sob a responsabilidade dos moradores em armazenar os materiais. Argumentou-se que o Nossa RUA deve disponibilizar sacos de ráfia para facilitar o recolhimento, contribuindo para uma melhor organização da coleta. Em consenso, decidiu-se que enquanto a coleta ocorrer às sextas-feiras a responsabilidade de armazenar o “lixo” será das famílias que aderirem à atividade. Se houver a conquista do caminhão aos sábados, haverá a distribuição de sacos de ráfia, sendo o coordenador de rua responsável por distribuí-los.

Deliberou-se, também, que se buscará via o Fórum Lixo & Cidadania, a coleta seletiva aos sábados, facilitando o trabalho do Nossa RUA e da CTMAR.

Sugriu-se que junto com a coleta fosse trabalhada a questão das compostagem doméstica. A idéia inicial era realizar uma oficina sobre o tema. Durante a discussão, falou-se sobre a dificuldade em reunir as pessoas. Este fato levou a construção de uma alternativa: elaborar um documentário (registro em vídeo) com as iniciativas em compostagem, hortas caseiras, ajardinamento e arborização que já ocorrem na Vila Manaus. Este apresentaria depoimentos de moradores que possuem algumas destas práticas em andamento.

Para manifestar o aceite da ONG nossa RUA da proposta de ter a coleta seletiva realizada às sextas-feiras, a coordenação elaborou uma carta que foi entregue na primeira reunião do Fórum Lixo e Cidadania após as discussões na comunidade sobre a implantação da coleta. Porém, o Nossa RUA expressa também, a sua intenção de realizar a coleta aos sábado e argumenta:

[...] manifestamos também nosso desejo de ver a coleta realizada aos sábados. E qual a diferença? Se fosse a coleta seletiva por si só, sexta-feira seria um dia como outro qualquer. Mesmo que houvesse os “vampiros” e estes deixassem de lado só o que não lhes renderia muito dinheiro, o caminhão da Coleta Seletiva Solidária logo passaria e coletaria o que sobrou. A CTMAR deixaria de arrecadar um material de maior valor, mas a coleta seletiva estaria garantida. Bom, mas não é só a coleta. Separar o lixo é, e sempre foi para o Nossa RUA, um ponto de partida para uma discussão mais ampla e mais transformadora: contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade através de ações que propiciem a formação de uma identidade da comunidade com o local em que se vive.

Realizar a coleta aos sábados possibilita um cuidado maior dos moradores contra os “vampiros” e, principalmente, permite aos coordenadores de rua acompanhar o andamento da coleta: ver quem participa; verificar se os materiais são corretamente selecionados, limpos e armazenados. Permite, enfim, um maior contato entre os participantes da coleta, facilitando processos de troca de experiência e de educação. (Carta Aberta do Nossa RUA, 31 de maio de 2011)

Este manifesto foi bem recebido pelos 23 participantes da referida reunião do Fórum Lixo e Cidadania (entre os presentes estavam representantes da AFASC, Secretarias Municipais do Sistema Social e de Educação, FAMCRI, Cáritas, UNESC, ACRICA, CTMAR, ONG Nossa RUA e Banco do Brasil). As considerações que ocorreram acerca do assunto refletiram a dificuldade de diálogo entre sociedade civil organizada e poder público. O caminhão é cedido pela JC Lopes (empresa licitada responsável pelo recolhimento dos resíduos sólidos domiciliares em Criciúma) e cabe a esta empresa dar a palavra final sobre a disponibilização do caminhão aos sábados. A CTMAR encontra problemas inclusive com a não disponibilização do caminhão da JC Lopes em dias agendados para a coleta seletiva. Ao se fazer reclamações, estas são encaminhadas à sede da empresa, localizada em Porto Alegre/RS. Quanto à Prefeitura, mesmo ciente das dificuldades, poucos são encaminhamentos práticos. Entende-se que há uma notória falta de interesse tanto do poder público quanto da empresa responsável em prestar serviços ao município.

Como encaminhamento, mesmo sabendo da dificuldade de diálogo e das limitações “impostas” pelos órgãos oficiais, decidiu-se fazer da carta apresentada no Fórum um ofício, a ser entregue no Gabinete do Prefeito e na JC Lopes. Este ofício será assinado e entregue pelo ONG Nossa RUA e pela CTMAR.

Durante as discussões sobre o dia da coleta seletiva, foi encaminhado a confecção dos panfletos explicativos para auxiliar no trabalho porta à porta. Após o trabalho de divulgação na semana posterior inicia-se a coleta seletiva. A previsão é que esta atividade inicie em meados de julho de 2011.

Outra atividade deliberada em planejamento foi a realização da Rua do Lazer em parceria com a escola Professora Lili Coelho (colégio do município, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental). A Rua do Lazer é uma atividade ligada à linha de Integração da ONG Nossa RUA. Durante um período do dia (manhã ou tarde, geralmente aos sábados) fecha-se uma rua do bairro, onde são realizadas atividades recreativas com as crianças: brincadeiras com brinquedos feitos a partir do reaproveitamento de materiais que seriam descartados, contação de história e apresentações musicais. Há também a distribuição de mudas de plantas à comunidade. As últimas três Ruas do Lazer foram realizadas em parceria com algumas das instituições de ensino da região (CRAS Santa Luzia em 2008, Colégio João Frassetto em 2009 e Colégio Prof.^a Lili Coelho, em 2010). Estas parcerias acontecem para estimular a realização de Oficinas de Brinquedos com recicláveis com os alunos destas instituições, buscando a Educação Ambiental por meio de atividades que, embora antigas, fazem cada vez menos parte do universo infantil. Levou-se a proposta aos professores que aceitaram prontamente a idéia, como ocorrera em setembro de 2010. A data da Rua de Lazer ficou para o dia 04 de Junho, véspera do Dia Internacional do Meio Ambiente.

Acertou-se que a ONG iria sugerir a confecção de alguns brinquedos, entregando uma lista com os materiais necessários. Na semana em que ocorreria a atividade, alguns integrantes do Nossa RUA e os bolsistas do projeto de extensão se comprometeram em ir ao colégio para ajudar professores e alunos na produção dos brinquedos.

Os encaminhamentos propostos foram seguidos e na manhã do dia 04 de junho de 2011 realizou-se a Rua do Lazer do Nossa RUA e do Colégio Lili Coelho. As Figuras 15 e 16 retratam algumas das atividades realizadas durante o evento.

Figura 15 - Rua do Lazer da ONG Nossa RUA e do Colégio Lili Coelho, realizada em 04 de junho de 2011.



FONTE: Autor, 2011

Entre brinquedos produzidos pelos alunos estavam o “vai-e-vem”, o bilboquê e a peteca. Foram confeccionadas pernas-de-pau que se somaram às brincadeiras de corda e elástico. Duas oficinas foram realizadas durante a manhã: a “Oficina de Pipa” (pandorga) e a “Oficina sobre Compostagem doméstica”, com distribuição de mudas de árvores. Ressalta-se o interesse das crianças pelo assunto: os 100 exemplares de mudas de pitanga, cereja, ingá, ypê e figueira foram distribuídas em minutos.

Figura 16 - Oficina sobre Compostagem e distribuição de mudas de árvores, realizadas durante a Rua do Lazer.



FONTE: ONG Nossa RUA, 2011.

Ao final do evento, as crianças reuniram-se no pátio da escola e assistiram a contação de história, proferida por Ana Maria Manaus Teixeira.

Apesar de muito bem avaliada pelos professores as duas Ruas do Lazer feitas em parceria com o Nossa RUA, durante os trabalhos sempre se procurou deixar claro que as atividades até então desenvolvidos tem o intuito maior de aproximar a ONG do Colégio, como início de algo mais amplo. Entende-se que a Educação Ambiental é um processo contínuo, que vai além das ações pontuais. Busca-se com a Rua do Lazer incentivar novas formas de participação e relação escola/comunidade.

Em virtude do atual envolvimento da UNESCO nas atividades do Nossa RUA, por meio do projeto de pesquisa e extensão, este evento foi incluído na programação da Semana do Meio Ambiente, realizada pela Universidade.

7.3 Análise das entrevistas

As entrevistas foram feitas de modo a contribuir com a produção de dados para análise, visando identificar aspectos da participação e organização comunitária, da percepção que os entrevistados tem sobre a importância da ONG Nossa RUA e quais os problemas que levaram à descontinuidade do processo.

7.3.1 Participação e organização comunitária

Não há como entender o processo de construção do Projeto Nossa RUA sem analisar a história de formação da comunidade. Ao ser feita a pergunta “Como é a tua história no Projeto Nossa Rua?” os entrevistados, e principalmente aqueles que motivaram o surgimento da organização, remetiam aos seus históricos de lutas do bairro. E o Projeto Nossa RUA surge num período da história do bairro quando essas lutas já não eram mais tão presentes:

[...] como o Manaus passava assim por um momento assim de muita desmobilização, acho que era importante... e as associações de moradores já não tinham mais nenhuma representação na comunidade, eu, assim, de imediato, percebi que... o trabalho com esse viés ambiental podia ser um novo momento pra comunidade (JOÃO PAULO, 2011, depoimento pessoal)
 [...] e a associação de moradores que até então, que outrora tinha participado e não via, assim, mais resultado, tinha cansado... assim, alguns trabalhos muito ligados à questão política (JOÃO SABINO, 2011, depoimento pessoal)
 [...] sabiam que queriam voltar à organização comunitária, esse era o princípio básico. Depois destas conquistas, meio que houve um esfriamento do movimento social no bairro. E aí eles queriam reorganizar essa mobilização social, mas não tinham bem certo o quê. (SANTIOS, 2011, depoimento pessoal)

Partindo dessa necessidade que alguns líderes sentiam em voltar a mobilizar a comunidade em torno de objetivos comuns, vê-se o primeiro fator que contribuiu para os excelentes resultados do Projeto: o Nossa RUA é uma iniciativa que parte da comunidade, na qual a linguagem do movimento e os seus propósitos respaldam nesse histórico de lutas e conquistas. “Começaram a vim de novo a participar, gostar, porque era uma coisa que tava relacionada à vida, do cotidiano” (MARIA CRISTINA, depoimento pessoal). A aceitação dos demais moradores e moradoras ao Projeto foi em grande parte facilitada não apenas pelo propósito em si, mas pelo fato de que o grupo que o propunha era conhecido e tinha confiança daqueles que aderiram ao Nossa RUA.

Uma vez criada a oportunidade, tem que se organizar. Nessa etapa, destaca-se o papel da UNESCO que, ao ser solicitada correspondeu de forma adequada, propondo metodologias que estimulassem a participação da comunidade na formulação de objetivos, metas, encaminhamentos e prazos. Os planejamentos estratégicos nos primeiros três anos da iniciativa, da forma como foram elaborados, contribuíram para norteá-la:

[...] Nos próprios planejamentos da associação... do Projeto, que a UNESCO intermediou, e que nos ajudou muito, trazendo gente de Florianópolis, que tratava de planejamento estratégico, de movimento, de organização popular e que nos ajudou muito a tá fazendo isso. E nesse planejamento a gente traçava todas as metas de cada função, de cada etapa do Projeto. (JOÃO SABINO, 2011, depoimento pessoal)

Ressalta-se, no entanto, que o planejamento foi uma necessidade que ocorreu após o início da proposta do Nossa RUA. Os trabalhos de conversa entre os moradores para a coleta seletiva (ainda que em poucas residências) já aconteciam na rua 15, berço do Projeto. Os planejamentos ocorrem da necessidade de sua ampliação.

A partir de então, era por em prática o que fora planejado.

[...] O projeto Nossa Rua, tinha como objetivo além da coleta seletiva e a conscientização da importância do destino correto para o lixo, a integração da comunidade através de iniciativas para Horta Comunitária, Arborização e limpeza dos terrenos privados e áreas públicas (GIANE, depoimento pessoal)

[...] Fizemos também um curso... e as questões de lazer, de cultura. Foi trabalhado a questão do teatro, das Ruas de Lazer, tivemos a oficina de papel reciclado, também... teve uma boa participação; café colonial no dia internacional da mulher, a gente sempre promoveu estas datas. Na semana da saúde, por exemplo né, que é dia 27 de abril que é dia Dia da Saúde e a gente sempre promovia atividades nestas datas (CRISTINA, depoimento pessoal)

[...] Plaquinha pra deixar nas casas a gente levou. E naquele tempo era com saco. A gente deixava os sacos nas casas e toda sexta-feira... todo sábado era o dia que passava pra recolher o lixo. (EDUARDO, depoimento pessoal)

A participação em muito foi estimulada pela busca de se descentralizar a tomada de decisões do movimento. O Nossa RUA dividia-se em três frentes de trabalho: um tratava da coleta seletiva, o outro dava conta da parte de arborização e um terceiro sobre a integração da comunidade. Cada grupo tinha suas atividades e deliberações específicas, mas as reuniões mais amplas eram constantes, mantendo o diálogo entre as partes. Tirou-se, em planejamento, que em cada rua onde houvesse a coleta haveria três representantes, um para cada área do Nossa RUA. Estes eram chamados de coordenadores de rua.

Então, o nosso objetivo era ter três líderes em cada rua: um líder que fosse responsável pela reciclagem, outro pela arborização e outro pelas atividades

de união e integração da comunidade. Mas a gente nunca conseguiu isso, nunca conseguiu implementar isso nas ruas. Então, o máximo, e já foi muita coisa, que a gente conseguiu foi ter um representante por rua. Houve um período que a maioria das ruas da nossa comunidade tinha um representante. E aí, os representantes da rua formavam a coordenação (JOÃO PAULO, depoimento pessoal)

Logicamente que nem sempre a adesão aconteceu de modo tão natural e participativa. O processo educativo pautava-se na mudança de comportamento, sobretudo na dedicação a ser dispensada em segregar os resíduos domiciliares. Por mais que possa parecer uma tarefa simples, trata-se de algo não habitual das pessoas. Rita e Eduardo eram os coordenadores da rua São Marcos da Vila Manaus, umas das ruas onde a coleta seletiva era mais significativa, alcançando quase a totalidade de suas 20 casas. Porém, esse envolvimento era provocado, em boa parte, pela insistência dos coordenadores para que a atividade desse certo:

[...] Trazia (*os sacos com o material reciclável*) e tinha pessoas que eu ia buscar nas casas, por que eles nem se preocupavam. Eu que tinha que ir atrás das pessoas... se tinha saco ou não, se eles já tinham separado pra mim... pra trazer porque ia passar no outro dia de manhã. (EDUARDO, depoimento pessoal)

Não tinha muito interesse, as pessoas não tinham muito interesse sobre isso aí. Sobre este problema que hoje em dia está pior ainda a situação no meio ambiente, né? Eles não tinham consciência do problema que causa este lixo reciclado... (RITA, depoimento pessoal)

Foi, contudo, um trabalho que deu muito certo, pois, mesmo sete anos após o fim da coleta organizada, algumas famílias continuam a fazer a segregação dos materiais em suas casas:

[...] A única rua que era melhor recolhido era a nossa rua. foi bem destacado isso aí, que a nossa rua aqui era a rua que mais arrecadava, mais reciclagem.

Depois que parou de o caminhão passar, o pessoal continuaram a jogar aqui em casa.

O lixo é dado a um senhor de idade, nós damos pra essa pessoa que depende da... eu tiro pra mim que ele vende isso tudo pra... é um... meio... dele tirar uma renda a mais (RITA e EDUARDO, depoimentos pessoais)

7.3.2 Percepção acerca da importância do Nossa RUA

Nota-se duas categorias principais presentes nos discursos analisados: a primeira da conta de uma importância histórica do processo, vendo-o como um contraponto à sociedade desigual, individualista e consumista em que vivemos. A segunda é uma concepção mais conservacionista, que trata da importância do Projeto para a preservação ambiental, porém, sem fazer uma correlação dos problemas ambientais à ideologia do poder hegemônico. De um modo geral, a primeira

concepção está presente nas falas das pessoas que coordenavam e que acabavam determinando as ações do projeto. O segundo ponto de vista é mais descrito entre os participantes que não eram tão ativos na formulação das propostas.

Nota-se uma visão holística, na qual a participação e a organização comunitária são fundamentais enquanto alternativa ao modo de ser da sociedade vigente:

[...] os CRAS, Centro de Referência em Assistência Social, é uma forma de tu atingir não o coletivo, mas o individual. É uma política pública voltada pra tutela e proteção do cidadão enquanto indivíduo. Ele tem uma carência, não é um conjunto de pessoas que tem uma carência.[...] Talvez, olhando pelo lado ambiental, pelos problemas ambientais que se enfrentam, o Nossa RUA possa erguer uma causa que una as pessoas pra melhorar a qualidade de vida. Eu acho que esse é o grande ganho que o Projeto Nossa RUA pode dar ainda. (GUADAGNIN, depoimento pessoal, 2011)

Aí, dentro das atividades a gente procurava não ficar só com a coleta seletiva, não ficar uma coisa só, solta, era integrar isso porque a gente entendia que uma coisa puxava a outra, né, a integração e mais a arborização, ela iria fazer um trabalho de complemento, de conscientização mais ecológica, mais plena, mais completa. E só a reciclagem, ela dava esta contribuição, mas, não era uma contribuição como a gente tanto planejava. (JOÃO SABINO, depoimento pessoal)

E uma concepção mais restrita à preservação do meio ambiente: sabe-se que há uma crise ambiental, mas sem definir uma relação direta com a sociedade de consumo:

[...] (*desmatam*) até na beirinha do rio, que não deixam espaço nem para o rio. E depois pensam só na vida deles... e agora eles estão pensando só na vida deles, na vidinha boa financeira deles, agora. aí os filhos que se ferrem, os netos que se ferrem, entendeu. Não tão pensando além... não é só pra agora, é depois, os netos, os filhos deles que tão crescendo, vão casar, vão gerar filhos de novo, e aí como vão ficar? Vão viver o que? Vão cheirar pirita, cheirar terra seca... ou concreto? Eles tem que ver isso aí também (NELSON, depoimento pessoal).

Utópico ou não, mas era consciência de uma natureza legal. Aonde as pessoas davam um destino certo pro lixo, davam o destino certo pra natureza, respeitavam a natureza e respeitavam as pessoas (JOSÉ SABINO, depoimento Pessoal).

Não se quer aqui considerar que existam dois tipos de conhecimento, sendo um certo e outro errado. Ao contrário: ambos correspondem ao processo de formação individual e estão relacionados com o tipo de envolvimento da pessoal com o Projeto.

7.3.3 Os motivos da descontinuidade

A falta de infra-estrutura e a falta de apoio dos órgãos públicos, em especial a prefeitura, foram as principais causas que motivaram a descontinuidade do

processo, segundo os entrevistados. Por mais que os trabalhos tivessem um ótimo andamento, com a maioria dos objetivos sendo cumpridos, havia sempre a dificuldade de manter e ampliar o Projeto Nossa RUA por conta de não se ter um espaço apropriado às atividades. A construção de um Centro de Triagem, o qual seria um local destinado não só a segregação do lixo, mas um espaço para agregar valor a este material por meio de um beneficiamento inicial e através da produção de artesanato. E por conta da ineficiência dos projetos que foram apresentados à iniciativa privada e da morosidade e má vontade do poder público municipal, o processo de formação do Nossa RUA passa por um desgaste, interferindo na motivação dos líderes, com a perda das expectativas em se continuar com a sua expansão.

[...] a questão do poder público não, não... nós mesmo procurando e nós tendo claro e várias tentativas de reuniões feitas tanto com a Secretaria do Meio Ambiente como também com o prefeito do período e não ter o respaldo na questão estrutural.

[...] creio que a dificuldade maior era local para triagem e armazenamento do material e a dificuldade de direcionamento destes materiais para empresas

[...] se a gente tivesse apoio do estado, dos órgãos competentes, nós estávamos muito bem. Nossa! a nossa comunidade...

[...] e a desarticulação veio um pouco por desencanto por não se conseguir espaços e não se conseguir os recursos.

(depoimentos dos participantes do Nossa RUA)

Um fato configura-se como a gota d'água para o fim das atividades do Nossa RUA: o afastamento ocorrido entre a ONG e a UNESCO. A coordenação não assimilou bem o fato de ter havido um afastamento da universidade, que iria apoiar outras iniciativas, algo compreendido pelas lideranças como sendo em detrimento do Projeto.

[...] essa falta de prioridade da UNESCO em relação ao Nossa RUA, foi quando a gente foi chamado pra uma reunião na UNESCO, onde a cooperativa (CTMAR) também se fez presente e naquela reunião ficou evidente o apoio da UNESCO pra cooperativa em detrimento do Projeto Nossa RUA. Não que não devesse apoiar a cooperativa, a gente acha que deveria apoiar a cooperativa como qualquer outra iniciativa do gênero na cidade, mas não precisava ter escanteado o Nossa RUA como foi escanteado (JOÃO PAULO, depoimento pessoal)

[...] a questão da UNESCO, que acho que quando eles nos apoiaram num primeiro momento era uma... nós tínhamos um tipo de apoio. E quando nós não... quando eles começaram a apoiar outras iniciativas, tudo bem, eles como instituição poderiam estar apoiando outras, né... muitos procuravam a universidade enquanto fórum científico de busca de conhecimento, de ampliação de qualquer atividade é importante, só que eu acho que eles tinham que dar uma atenção aqueles projetos que eles inclusive foram premiados, a própria UNESCO, foram premiados em função do que o Projeto Nossa RUA desenvolveu. (JOÃO SABINO, depoimento pessoal)

Os profissionais que representavam a universidade no Nossa RUA atribuem o afastamento às mudanças na estrutura da Universidade no que se refere à área de extensão: no período em questão, a UNESCO passa a atribuir ao IPAT a responsabilidade maior de prestar serviços. Com isso, grupos, como o NUPEAM – Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental - são desarticulados e os profissionais foram remanejados para atender a essa nova demanda da universidade. Como a instituição entendia que o Nossa RUA conseguiria a auto-gestão por tudo aquilo que vinha apresentando, considerou-se como natural o afastamento:

[...] entre 2002 a 2004, aqui dentro, a universidade passou por um processo de reestruturação. Os núcleos de pesquisa que existiam foram desarticulados e construído o IPAT. [...] Eu recebi essa informação de que o Projeto Nossa RUA tinha condições de caminhar com pernas próprias e não precisava mais da universidade. E aí, ia conduzir as ações de maneira autônoma, independente da universidade, sem o apoio da universidade.[...] talvez tenha tido algum problema de comunicação também, entre a comunidade e universidade, que deu a entender que a comunidade ela já podia caminhar com pernas próprias (GUADAGNIN, depoimento pessoal, 2011)

[...] eu tinha uma paixão tão grande de querer me manter envolvido com o projeto, mas eu percebia também que o nosso papel no projeto ele tava no limite. [...] a coordenação do projeto, sabendo os caminhos, sabendo com quem falar, e... uma coisa que me deixava muito encantado no projeto era que as pessoas envolvidas tinham uma articulação social, uma articulação política, contatos políticos e lideranças políticas muito fortes (SANTOS, depoimento pessoal, 2011)

A partir de então, ocorre a desarticulação dos trabalhos da ONG Projeto Nossa RUA, sendo estes fatos discutidos a seguir.

7.4 Diagnóstico: Relatório Final

Boff (1999); Brügger (1999) e os demais autores citados neste trabalho que refletem sobre a questão de novos valores para a sociedade, pautados em uma ética que respeite a vida de todos os seres, falam em *sociedades sustentáveis*. Este termo é superior ao termo “desenvolvimento sustentável” uma vez que uma sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada terá um desenvolvimento sustentado, pois este lhe é consequência. Defendem, tais autores, que para ser justa, a sociedade deve ser participativa e as estratégias de educação devem “possibilitar a ação em conjunto com a sociedade civil organizada e sobretudo com os movimentos sociais, numa visão de educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza” (QUINTAS, 2004, p. 133). Com essa

contribuição de Quintas (2004), quer-se evidenciar uma questão emblemática para a ONG Projeto Nossa RUA: através da questão das ações voltadas a questão ambiental, propor espaços de formação de uma consciência crítica sobre sociedade e meio ambiente. Trabalhar a coleta seletiva, a arborização e a integração como temas-geradores de uma questão mais ampla, levando a processos de empoderamento. O objetivo do Nossa RUA sempre foi o de realizar as atividades da forma mais participativa possível. Essa é uma das grandes contribuições da organização

Ao se analisar as entrevistas, nota-se que há alinhamento dos discursos, evidenciando que o ideal e o jeito de se construir a iniciativa não era algo individual, mas que partiam de um grupo organizado. Chama a atenção o fato de que, embora haja uma orientação mais técnica por parte, principalmente da Universidade, as decisões partiam da coordenação do Projeto, a qual era composta exclusivamente por moradores da comunidade.

Os Planejamentos Estratégicos merecem, também, destaque na formação do Projeto. Estes sempre corresponderam bem à intenção de ser participativo. As metodologias conseguiam envolver os participantes, levando-os a propor metas e estratégias claras e possíveis, no contexto da realidade local, também analisada nestes encontros. O segundo planejamento do Nossa RUA contou com a avaliação do primeiro. Esse exercício de reflexão, na lógica da práxis freireana, é mais um ponto positivo da organização, contribuindo para o processo de construção do conhecimento. O Projeto Nossa RUA, como ressaltou o Professor Mário em sua entrevista, configura-se como uma forma de organização e de busca por melhorias que supera as concepções individualistas e assistencialistas das políticas públicas.

A partir dos Planejamentos Estratégicos, as atividades práticas aconteciam. Não fica explícito na fala dos entrevistados os conceitos de cidadania, mas percebe-se que a organização visa a busca pela melhoria da qualidade de vida como um dever e direito do cidadão. Esse exercício ocorre por meio da construção da organização comunitária e do desenvolvimento das ações.

No entanto, por mais que tenha provocado/estimulado a organização participativa com resultados expressivos, o Projeto não conseguiu alcançar um equilíbrio. Por mais que o projeto buscasse, a participação macrossocial não conseguiu que esta fosse orgânica: havia um grupo que dirigia o Nossa RUA, mas que não conseguiu “transferir” a responsabilidade do gerenciamento da ONG à comunidade. Este entendimento corresponde à análise de dois fatos: (1) em sete

anos não houve uma renovação significativa na coordenação e (2) quando se decidiu que não haveria mais o movimento, não houve resposta efetiva da comunidade para a manutenção do processo.

Há diferenças nas interpretações sobre a importância do Nossa RUA. Enquanto os líderes vêem o processo como fruto de um processo histórico, em resposta a um sistema que não prioriza a qualidade de vida da população, os demais participantes apresentaram uma importância mais conservacionista, sem uma relação direta com o dito modelo dominante. Dentro da organização, percebe-se, há uma hierarquia na participação, das quais resultam as percepções. Isso evidencia que muito já se conseguiu, mas muito ainda há de ser construído. Considera-se, neste trabalho, as diferenças de interpretações como algo absolutamente saudável e necessário ao processo, assim como é necessária entendê-las nos respectivos contextos. Dentro das considerações de Bordenave (1983), pode-se dizer que a maior parte do grupo aceitava que as atividades lhes fossem delegadas, mas não as propunham.

Quanto aos motivos que levaram a descontinuidade do Nossa RUA, apontam-se três fatores principais:

- A ausência do poder público, e em especial ao municipal, na construção do Projeto: a participação da prefeitura limitava-se a ceder um caminhão para a coleta aos sábados, fato obtido, lembra-se, após muita reivindicação tanto do Nossa RUA quanto da própria UNESCO. Entende-se que esta recusa em contribuir com o Projeto e de estabelecer parcerias acontece justamente para impedir esta alternativa ao poder hegemônico. Pertinente é a contribuição de Demo (1996) ao afirmar que a participação não é a ausência do poder, mas um outro tipo de poder. Dizer a sociedade que existem formas de se organizar diferentes daquelas atreladas ao poder institucional significa, no mínimo, questionar a eficiência desse poder.

- O afastamento mal sucedido entre UNESCO e Projeto Nossa RUA: a universidade passa por uma reestruturação e desarticula alguns dos trabalhos em andamento. Considera-se correto o fato de que a Universidade deve atuar como uma instituição parceira e não coordenadora da ONG, questão esta sempre muito clara entre os profissionais que a apoiaram. Deve, portanto, trabalhar no sentido de contribuir para o desenvolvimento da organização caminhando para sua Autogestão. Tendo em vista esse objetivo, é natural que aja um afastamento entre as partes para que o movimento comunitário continue o seu empoderamento e consiga solidificar seu

modo de ser, apresentando-se como real alternativa à sociedade de consumo. Faz-se, entretanto, a crítica quanto à forma em que os fatos se deram. Se este afastamento está decidido, isso deveria ser algo que ficasse esclarecido até como respeito à história e o diálogo que sempre houve entre UNESCO e comunidade. Da forma como ocorreu, deu margem a interpretações que levaram ao encerramento das atividades. Comunicação e diálogo são, portanto, fundamentais em parcerias.

- A falta de uma estratégia financeira da ONG: o foco do Projeto Nossa RUA sempre foi a mobilização comunitária. Os planejamentos eram direcionados à participação, sendo sempre muitos bem sucedidos neste ponto. Porém, em se tratando de estratégias financeiras, poucas coisas foram encaminhadas.(lê-se priorizadas).

Analisa-se que a retomada das atividades pode ocorrer como no princípio do Projeto: a partir de um projeto piloto, planejar objetivos, metas, estratégias e prazos, identificando as pessoas responsáveis por cada etapa.

Nos planejamentos devem constar a viabilidade financeira das ações da ONG, contando, inclusive, com a possibilidade de remunerar uma ou mais pessoas as quais seriam responsáveis pelo gerenciamento administrativo da organização. Ter pessoas remuneradas (entende-se que) não diminuirá o propósito de voluntariado da organização.

Outro ponto que pode ser reforçado se refere ao trabalho em rede das organizações. Além do Fórum Lixo e Cidadania, existem outros grupos em Criciúma e na região (como a rede Cáritas de Solidariedade e a própria UNESCO) que desenvolvem atividades de estímulo à cidadania. Interagir com estes parceiros de forma mais efetiva, na busca por soluções comuns aos grupos de entidades.

8 PROPOSTA PARA O AUTOGERENCIAMENTO DA ONG NOSSA RUA

Atualmente, a ONG Nossa RUA conta com uma coordenação legalmente constituída que busca, em parceria com a UNESCO, retomar a coleta seletiva no bairro. Portanto, há uma mobilização mínima para que o processo consiga novamente ser implantado no bairro. A partir desse grupo, propõe-se:

1. Continuar com o processo de retomada da coleta seletiva no bairro, abordando-a como um projeto piloto a partir do qual irá se buscar o envolvimento de um maior número de moradores;
2. Elaborar um novo Planejamento Estratégico o qual será pautado pelos seguintes tópicos:
 - Diagnóstico sobre a realidade local;
 - Identificação pontos fortes e fracos, analisando o contexto e o histórico daquilo que fora produzido pelo Projeto Nossa RUA;
 - Definir objetivos, metas e estratégias, adequadas às possibilidades da organização;
 - Definir estratégias para a formação de líderes comunitários,
 - Criação de espaços para a discussão de temas relacionados ao cotidiano da comunidade, relacionando-os com os fundamentos da sociedade de consumo;
 - Definir estratégias de comunicação;
 - Buscar parcerias mantendo com estes relações transparentes de diálogo e comunicação;
 - Optar por fazer reuniões nas ruas onde se pretende ampliar as atividades de coleta, arborização e integração, ao invés da abordagem porta-a-porta. Pretende-se, com isso, contribuir para os encontros em grupos sejam incentivados;
 - Traçar uma estratégia financeira que garanta a viabilidade econômica da ONG, visando inclusive a aquisição de um espaço próprio para as suas atividades, onde haja a oportunidade de trabalhar a questão da economia solidária.
3. Documentar os processos e arquivá-los adequadamente de modo a estarem acessíveis às diversas análises que possam ocorrer do processo;

4. Avaliar o andamento das atividades e rever periodicamente os objetivos, verificando se estes correspondem ao que foi inicialmente planejado.
5. A partir do Nossa RUA, propor à cidade a elaboração de uma Agenda 21 Local.

9 CONCLUSÃO

Não se buscou com este estudo elaborar uma estratégia pronta e definitiva para a manutenção dos trabalhos da ONG. Se fosse este o objetivo, estaria contrariando a própria história do Nossa RUA. No entanto, com base em um diagnóstico apurado do processo do seu processo de formação, pode-se propor um modelo, contribuindo com novos propósitos a fim de superar as dificuldades analisadas.

Estabelecer objetivos que parecem maiores que as possibilidades estimulam a realização de atividades menos complexas, mas que não são feitas. Não se tratam de meras utopias, mas enquanto o sonho do Projeto Nossa RUA era ter um galpão (sonho que poderia e pode ser conquistado) e, a partir de então desenvolver atividades de geração de emprego e renda orientados pela economia solidária, a comunidade era instigada a participar. Enquanto se buscava este objetivo maior, aconteciam as atividades do Nossa RUA. Havia o entusiasmo da coordenação de tocar em frente o movimento.

Além do espaço que propicie a prática da economia solidária, um importante objetivo que pode ser incorporado à ONG Nossa RUA é o de buscar a elaboração de uma Agenda 21 Local. Além desse objetivo, para ser cumprido, exigir a mobilização de diversas organizações (das esferas pública e privada e da sociedade civil) são necessários que ocorram mudanças nas políticas públicas para que a Agenda 21 se efetive. Este seria um propósito que nortearia as ações da ONG e daria mais visibilidade às suas ações, estimulando outras comunidades (de periferia ou não) a replicarem essa experiência. No entanto, este ideal deve ser compartilhado pelos seus membros: deve não ser só um objetivo alcançável, mas que corresponda aos anseios da organização.

10 REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Juliana. **Fórum de Agenda 21, pesca artesanal e co-gestão adaptativa na construção do des envolvimento territorial sustentável: o caso do fórum da agenda 21 local da lagoa de Ibiraquera, SC.** Texto publicado nos anais do III Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil – III SEGAP 2009. Disponível em: http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/juliana_artigo_segap_agenda21-e-cogestao-adatativa-ibiraquera.pdf
- AGENDA 21 brasileira bases para discussão. Brasília: MMA/PNUP, 2000. 192 p.
- ALFREDO, Rita de Cássia. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista.** Depoimento Pessoal, 2011.
- ALVES, J.A. Lindgren. Direitos humanos, cidadania e globalização. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** , n. 50 CEDEC, São Paulo, 2000. p. 185-206.
- BECKE, Carolina Faust. **Mobilização social para (re) implantação do programa de coleta seletiva solidária na região do Pinheirinho - Criciúma - SC:** estudo de percepção sobre resíduos sólidos urbanos e oficinas de educação ambiental. 2010. 131 f. TCC (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010 Disponível em : http://www.bib.unesc.net/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1#posicao_dados_acervo Acesso em 13 de junho de 2011.
- BELTRAME, Eduardo Luiz Ribeiro. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista.** Depoimento Pessoal, 2011.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** Compaixão do Humano pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOFF, Leonardo. **Ética da vida.** 2.ed Brasília: Letraviva, 2000. 241 p.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 84 p. (Primeiros Passos 95)
- BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2002. 305 p.
- BRASIL : nunca mais. 5 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. 312 p.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Brasília: DF D.O.U – Diário Oficial da União 03 de Agosto de 2010. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024358/politica-nacional-de-residuos-solidos-lei-12305-10> > Acesso em 13 de junho de 2011
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília: DF D.O.U – Diário Oficial da União 24 de Abril de 1999. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm > Acesso em 13 de junho de 2011.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Passo a passo da agenda 21 local**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 54 p
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental**. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- CARVALHO, I. C. M.. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 13 – 24 p.
- CASCAIS. **Agenda CASCAIS 21**. Câmara de Cascais: Cascais (Portugal), s.d. Disponível em <<http://www.agendacascais21.net/>> Acesso em 13 de junho de 2011.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia?** 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001. 118 p. (Primeiros Passos 13)
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1998. 164 p
- CONFERENCIA das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento: agenda 21. 3.ed Brasília: Senado Federal, 2001. 598 p.
- CRICIÚMA (SC). Lei Complementar Nº 052, de 2 de Maio de 2007 **Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FUNSAB e o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CONSAB no Município de Criciúma e dá outras providências**. Criciúma: PAÇO MUNICIPAL MARCOS ROVARIS, 02 de maio de 2007. Disponível em: <http://camara.virtualiza.net/conteudo_detalhe.php?id=8364&tipo=c&criterio=> Acesso em 13 de Junho de 2011.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1996. 176 p.
- DESLANDES, Suely Ferreira. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 7 ed. São Paulo: Gaia, 2002. 550 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 93 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 218 p.
- FREITAS, Alexandre de. **Compostagem: Como compostar o lixo orgânico, mesmo em pequenos apartamentos**. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=147&Itemid=254> Acesso em 13 de Junho de 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1994-1995. 207 p.
- GOBBO JR, José Alcides. et al. **Planejamento Estratégico de Cidades: Um Estudo do Caso Bauru + 10**. UNESP: Bauru, s. d, 9 p.

GUADAGNIN, Mário Ricardo. Engenheiro Agrônomo, professor e pesquisador da UNESC. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

GUADAGNIN, Mário Ricardo. **Territorialização e refuncionalização da Vila Manaus (Criciúma - SC)**. 183 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis: UFSC. 2001, 184 p.

GUATTARI, Felix; BITENCOURT, Maria Cristina F. (Trad.). **As três ecologias**. 11 ed. Campinas: Ed. Papirus, 2001. 56 p.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 25 – 34 p.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1995. 107 p.

KIEHL, Edmar José. . **Manual de compostagem**: maturação e qualidade do composto. Piracicaba, SP: Do autor, 2002. 171 p.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing Público**. Makron Books: São Paulo, 1994.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 179-220. Disponível em <http://www.semebrusque.com.br/bibliovirtual/material/ea/ea_pdf0005.pdf> Acesso em 13 de junho de 2011.

LIMA, G. F. C.. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 85 – 112p.

MARTINS, Giane Ilze. Ex-coordenadora da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. . **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11.ed São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

PISONI, Dora Machado. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

PISONI, Nelson Machado. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

PISONI, Nelson. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

PORTUGAL. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**. Diário da República, 1.ª série — N.º 159 — 20 de Agosto de 2007. S.I. 2007. Disponível em <http://www.agendacascais21.net/Files/Billeder/Agenda21/docs/Estrategia_Nacional_de_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf> Acesso em 13 de junho de 2011.

QUINTAS, José Silva. Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113 – 141.

RIBEIRO, Raquel. **Guia da Compostagem Caseira**: Transforme seu Lixo Orgânico em Adubo. Disponível em http://www.lixo.com.br/documentos/manual_compostagem.pdf Acesso em 13 de Junho de 2011.

SABINO, João da Silva. Ex-coordenador da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

SABINO, José da Silva. Ex-coordenador da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 14.675, de 13 de Abril de 2009. **Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências**. Florianópolis: Diário Oficial do Estado. Disponível em http://www.sc.gov.br/downloads/Lei_14675.pdf > Acesso em 13 de junho de 2011.

SANTOS, A. D.; et al. **Metodologias Participativas**: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos ambientais. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

SANTOS, Roberto Recart dos. Coordenador da PROPEX/UNESC. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

SEIXAL. **Projecto Compostagem no Seixal**. Câmara Municipal do Seixal: Seixal (Portugal), 2003. Disponível em http://ec.europa.eu/environment/life/project/Projects/index.cfm?fuseaction=home.showFile&rep=file&fil=SEIXAL_guia_compostagem.pdf Acesso em 13 de junho de 2011.

SOUZA, Dilmara Veríssimo; ZIONI, Fabíola. Pesquisa Social: Métodos Aplicados ao Saneamento. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005. 842 p.

TEIXEIRA, João Paulo. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996. 241 p

TEIXEIRA, Maria Cristina Pacheco. Integrante da ONG Nossa RUA. **Entrevista**. Depoimento Pessoal, 2011.

VILHENA, André; D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero (Coord.). **LIXO municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT, 2000. 370 p

APÊNDICE A – Íntegra das entrevistas realizadas

Entrevista com João Paulo Teixeira, realizada em 23 de abril de 2011.

João Paulo Teixeira - Eu sou natural de Urussanga/SC, nasci em Urussanga, vim pra Criciúma com 07 anos de idade, mais ou menos, e aí vivi até os... 24, 25 anos no centro de Criciúma próxima da CESACA e depois vim pra Vila Manaus. Tô por aqui há uns trinta anos.

Adonai - Foi quando, foi 70... não, 80...

... foi 79. Não sei se foi final de 79 ou início de 80 que eu cheguei aqui.

E como é que é a história tua no Projeto Nossa RUA?

A história minha é assim: o João Sabino veio conversar comigo a respeito de uma sugestão que ele tinha ali, uma idéia que ele tinha de fazer um... começar um trabalho com os vizinhos sobre a coleta seletiva do lixo. Aí tá, trocamos uma idéia, eu achei a idéia muito boa, achei boa e oportuna, né? Porque, como o Manaus passava assim por um momento assim de muita desmobilização, acho que era importante... e as associações de moradores já não tinham mais nenhuma representação na comunidade, eu, assim, de imediato, percebi que... o trabalho com esse viés ambiental podia ser um novo momento pra comunidade. O que de fato acabou acontecendo, porque na medida que as coisas iam acontecendo ali na rua 15 eu e o João, a gente sempre trocava idéias e tal e não demorou muito pra gente é... sugerir também este tipo de trabalho pras outras ruas. Então várias ruas passaram a integrar a esse projeto e... e aí o resto da história já é mais conhecido né? Mas eu iniciei o meu trabalho, o primeiro contato assim com o Projeto Nossa RUA foi com a troca de idéias com o João Sabino sobre qual a expectativa que a gente poderia ter em torno do trabalho da coleta seletiva na comunidade.

Tá, mas tinham essas conversas, mas, assim, o seu papel mesmo, o que você fazia no Projeto Nossa RUA? qual era a tua função? Como era: era a parte mais de discussão ou tinha a parte prática mesmo que organizava o movimento?

Não, daí quando saiu da rua... mesmo quando tava só na rua 15 a gente já participava assim com debate, com discussão junto com o João Sabino, com o Dilnei, com mais umas três ou quatro pessoas ali da comunidade, além da família do João Sabino, que tava assim bastante envolvida com essa história. Aí eu assumi, nós aqui em casa, a família toda passou a integrar o Projeto a gente foi ao encontro das pessoas nas ruas, chamando as pessoas pra participarem, aí discutimos, fizemos um planejamento do Nossa RUA e tal e... planejamento, uma espécie de planejamento... e começamos, então, a fazer contatos com as ruas, foram surgindo outras pessoas e a minha participação era tanto reflexiva como prática. E eu era uma das pessoas que embarcava no caminhãozinho e passava casa por casa fazendo a coleta do lixo. E aí nessas casas, nesses contatos a gente fazia todo o debate da importância da reciclagem do lixo e tal, mas não só a reciclagem, a gente já fazia uma conversa sobre o encaminhamento correto do material orgânico, além da arborização da comunidade. acho que a Vila Manaus é uma comunidade, assim, razoavelmente arborizada por conta dessa iniciativa o Nossa RUA de ter eventos assim de debates e de distribuição de mudas aqui na comunidade.

Eu queria que você falasse um pouco mais da forma de organização do Projeto Nossa RUA. você falou que tinha a conversa nas ruas, mas, como é que era esse processo assim, de ampliação do Projeto?

Então, o nosso objetivo era ter três líderes em cada rua: um líder que fosse responsável pela reciclagem, outro pela arborização e outro pelas atividades de união e integração da comunidade. Mas a gente nunca conseguiu isso, nunca conseguiu implementar isso nas ruas. Então, o máximo, e já foi muita coisa, que a gente conseguiu foi ter um representante por rua. houve um período que a maioria das ruas da nossa comunidade tinha um representante. E aí, os representantes da rua formavam a coordenação. Aí esta coordenação discutia todo o trabalho, as dificuldades, como avançar e tal. Era feita, na coordenação, toda a discussão do Projeto Nossa RUA. foi desse debate na coordenação que o Projeto Nossa RUA acabou entrando na Vila Esperança, no Jardim União, no loteamento Meller, e em outras comunidades aqui do entorno, inclusive no São Sebastião com realização de Ruas do Lazer no São Sebastião, e outras comunidades também. Então, o Nossa RUA se organizava desse jeito, com representantes das ruas e na coordenação havia então uma distribuição: uns mais responsáveis pela reciclagem, outros mais responsáveis pela arborização e outros pelas atividades de união e integração. Então estas três formas de organização interna que funcionava. Sendo que, num primeiro momento, o que funcionou melhor foi a coleta seletiva, que a gente tinha um caminhãozinho. Num primeiro momento a gente pagava, dava um trocado ali pra alguém pra fazer a coleta do material pra gente e esse material era entregue pra uma família aqui da comunidade que fazia a triagem do material e vendia. E aí, com a venda, né... se servia daquela renda. Então, o que sempre teve um pouco mais de visibilidade foi a coleta seletiva. Depois quando houve a suspensão do caminhão, por que não tinha como a gente pagar o caminhão pra fazer a coleta porque inviabilizava o projeto, não dava retorno nenhum, porque a maior parte dos recursos acabaria tendo que ir pro caminhãozinho da coleta. Então era fundamental para que a coleta funcionasse que a prefeitura colocasse a disposição do Projeto o caminhão. A hora que a prefeitura retirou o caminhão aí não tinha mais como a gente dar continuidade na coleta seletiva. Aí com um pouco de desarticulação também da UNESCO, que sempre foi uma parceira importante da gente nessa história, algumas vezes até foi quem tomou a iniciativa pra retomar os trabalhos, mas assim, com um pouco de esvaziamento... é preciso registrar também que no momento crucial, quando a gente precisava de uma estrutura mínima pra continuar com o Projeto Nossa Rua, a UNESCO através de um e outro técnico lá, resolveu dar continuidade pra cooperativa de... aqui de Criciúma, a... conhecida ali, a...

Acríca... a CTMAR!

A CTMAR. Então, priorizou a estrutura pra CTMAR e deixou de lado um parceiro histórico que era o Projeto Nossa RUA. aquilo desmotivou muito, assim, as pessoas e o que deixou assim, bem evidente o... essa falta de prioridade da UNESCO em relação ao Nossa RUA, foi quando a gente foi chamado pra uma reunião na UNESCO, onde a cooperativa também se fez presente e naquela reunião ficou evidente o apoio da UNESCO pra cooperativa em detrimento do Projeto Nossa RUA. não que não devesse apoiar a cooperativa, a gente acha que deveria apoiar a cooperativa como qualquer outra iniciativa do gênero na cidade, mas não precisava ter escanteado o Nossa RUA como foi escanteado. Então, aquilo desmotivou muito o Nossa RUA o que levou inclusive a paralisação das atividades durante um período. E só retomou depois com a iniciativa da professora Heliete, que infelizmente foi demitida mais tarde, e mais a

professora Janine que buscaram alguns líderes na comunidade e tal com a proposta de retomar o Projeto Nossa RUA. o que não teve assim muita dificuldade porque as pessoas aqui na comunidade tavam abertas pra esse trabalho, querendo voltar a fazer este trabalho. O que existia de Nossa RUA era apenas iniciativa individual, dispersa. As pessoas mais envolvidas com a coordenação continuavam a fazer a coleta seletiva em casa, encaminhavam o material que coletavam aos catadores que passavam na rua. Alguns levavam até o centro de triagem. Mas, foi com a volta da Heliete e a Janine que foi retomado os trabalhos e mesmo não tendo um caminhão pra fazer a coleta seletiva, o Nossa RUA começa a se reestruturar principalmente a partir de atividades de integração da comunidade, trabalho que a gente vem desenvolvendo até hoje.

É, eu ia perguntar esta parte, sobre o porquê não deu certo... você acabou já falando bastante. Mas, os parceiros, assim: o Projeto Nossa RUA contava com parceiros, como é que era esta relação? Tinha esta preocupação de se trabalhar em rede, de se comunicar com outros grupos da cidade? Como é que era isso?

Sim, sempre tivemos. Até hoje, o Fórum Lixo e Cidadania que funciona na cidade é um exemplo muito claro do esforço que o Nossa RUA sempre fez pra articular as entidades e representações de outro movimentos e tal entorno desta questão do lixo, dos cuidados que a gente deve ter. Então... mas, sempre buscamos. O primeiro parceiro que a gente buscou e que deu uma resposta positiva, e que foi o nascedouro de tudo, foi as Cáritas. Lá no comecinho, há treze anos atrás, quando buscado pela gente respondeu positivamente, o que ajudou a gente a dar o pontapé inicial. Aí, em seguida, buscamos a parceria da UNESCO, que também, através do reitor do... da época, o... Edson...

Rodrigues.

... Rodrigues, que indicou, também, o Roberto, na época, um dos técnicos importantes que tinha e ainda tem na UNESCO, que teve um papel assim fundamental no começo do Nossa RUA e também com interação, integração do Nossa RUA com a UNESCO. e aí foi... nós com a Cooperativa, a cooperativa CTMAR, a gente nunca teve uma relação assim muito... muito estreita porque são dois trabalhos, assim, completamente diferentes: o Nossa RUA tem um trabalho assim mais... que tem uma preocupação mais no sentido de preservação ambiental mesmo, de dar o encaminhamento correto pros resíduos que a gente produz no dia-a-dia, ao passo que a cooperativa tinha como objetivo principal arrecadar, levantar fundos e tal e que tinha o nome de cooperativa mas que sempre teve muita dificuldade de funcionar como cooperativa. Então, a gente achou que o Nossa RUA, acho assim que nós deveríamos fazer o nosso trabalho independente da cooperativa. Agora, nos dias atuais a gente começa a perceber que existem movimentos também na cooperativa no sentido de superar algumas dificuldades que ela tem. Acho que, se houver esta discussão de quem coordena a cooperativa e dos próprios cooperados de repensar a forma de organização da cooperativa, que de fato aquilo seja uma cooperativa, eu acho que a gente não vai ter dificuldade nenhuma de ser parceiro da CTMAR nessa história.

O que você acha que fez o Projeto ter feito o sucesso que fez? De inclusive ser reconhecido no estado, ter recebido prêmio, o que você acha que motivou este sucesso, assim, de conseguir, através de uma iniciativa da comunidade, conseguir em uma região toda fazer coleta seletiva e ter as atividades ligadas ao Nossa RUA?

Acho que o que levou esse reconhecimento, essa identificação como um movimento quase que único aqui na cidade, foi a justeza do projeto. Era um projeto... foi um Projeto e é um Projeto que... necessário pra cidade e pra região. Então, ele calou muito bem, ele assentou muito bem na vontade das pessoas, na comunidade. Acho que este é um aspecto... da certeza, da justeza do Projeto. A seriedade do Projeto, acho que as pessoas que sempre estiram a frente do Projeto demonstraram assim muita... muita seriedade, muito desprendimento, um voluntarismo assim muito forte, as pessoas abrindo mão dos seus interesses pessoais, particularizados e tal e voltado assim para um projeto mais coletivo, né? Sempre chamar mais gente, envolver mais gente, numa tentativa de descentralizar a coordenação do Projeto, de distribuir responsabilidade, de valorizar a contribuição de cada um. Acho que estes elementos todos, com mais as informações, né, que a gente tem, por que a UNESCO trouxe pra gente contribuições do ponto de vista teórico-prático importantes, mas também as coordenadoras, os coordenadores do Nossa RUA, vários deles tem uma história de vida, uma caminhada assim é... como poucas, aqui na cidade e até no estado. Eu acho que esta combinação de fatores contribuiu para que o Projeto Nossa RUA continue sendo essa... esse movimento, que eu não chamo nem de ONG, é mais do que uma ONG, é um movimento, que desperta o interesse positivo na gente e em todas as pessoas que hoje se preocupam com a questão ambiental. E a gente tem a certeza de que é uma questão de tempo, a gente vai conseguir deslanchar enquanto ONG, enquanto movimento, basta que as entidades, algumas que reconhecem a importância do Nossa RUA, passem... compreendam a importância que o Nossa RUA tem pra cidade e pra Região e cheguem pro Nossa RUA e perguntem: “de que forma que nós podemos ajudar o Nossa RUA?”. Eu acho que na hora em que algumas entidades, instituições, tiverem a grandeza de fazer este tipo de pergunta “De que forma que a gente pode estar ajudando?” aí sim, acho que daí a gente vai estar reunindo as condições necessárias pra que o Nossa RUA contribua de maneira organizada e efetiva pra transformação da nossa cultura da nossa sociedade, da nossa região.

É isso!

Entrevista com João da Silva Sabino, realizada em 23 de abril de 2011.

João da Silva Sabino - Eu sou João da Silva Sabino, moro no Manaus 20 anos, tenho... fui um dos fundadores do Projeto Nossa RUA e... desde o começo o Projeto tinha como objetivo de tá dando uma contribuição tanto pro bairro quanto pro município, até porque éramos os primeiros, assim... pioneiros na iniciativa popular, sem a iniciativa do governo... nenhuma outra instituição da cidade, com a iniciativa de um trabalho ambiental. Dentro deste trabalho ambiental estava incluso a questão da coleta seletiva, que era um trabalho que se puxava com o projeto. O Projeto teve, num primeiro momento, um processo muito bom, interessante, de planejamento e depois o apoio, inclusive da comunidade – que vem depois – e tava... tava fluindo, muito bem aceito pela comunidade até então.

Adonai - Como é que surgiu essa idéia de ter o Projeto? Qual foi a tua participação no projeto, mais especificamente?

Especificamente no Projeto foi quando eu fazia faculdade (de geografia, na UNESC), também, na época e a gente discutia muito essa questão ambiental e sempre naquela questão de ter uma participação mais direta com a comunidade e... e a associação de moradores que até então, que outrora tinha participado e não via, assim, mais resultado, tinha cansado... assim, alguns trabalhos muito ligados à questão política e tudo mais, aí surgiu a idéia, eu mais o João Paulo a Cristina e o Avelino, que na época, eu lembro, que nós... depois o José Sabino e a Gi, nós pensamos em fazer um projeto na área ambiental. Aí onde surgiu o Projeto Nossa RUA. Na verdade ainda não era um projeto, a intenção era primeiro fazer uma coleta, inclusive em casa, na minha casa, na época, só de coleta o material na rua, na verdade, é que começou isso. Só depois é que foi ampliando com um planejamento maior, foi ampliando esta proposta.

Alem da atividade de coleta, quais outras atividades foram desenvolvidas?

Foi desenvolvida, a partir da coleta, a questão da arborização, da união e integração. Daí, por isso a questão das três letras que tinham o significado de RUA (Reciclagem – União – Arborização). Aí, dentro das atividades a gente procurava não ficar só com a coleta seletiva, não ficar uma coisa só, solta, era integrar isso porque a gente entendia que uma coisa puxava a outra, né, a integração e mais a arborização, ela iria fazer um trabalho de complemento, de conscientização mais ecológica, mais plena, mais completa. E só a reciclagem, ela dava esta contribuição, mas, não era uma contribuição como a gente tanto planejava. Só que depois, nos próprios planejamentos da associação... do Projeto, que a UNESC intermediou, e que nos ajudou muito, trazendo gente de Florianópolis, que tratava de planejamento estratégico, de movimento, de organização popular e que nos ajudou muito a tá fazendo isso. E nesse planejamento a gente traçava todas as metas de cada função, de cada etapa do Projeto.

Falasse da UNESC, como era essa relação com as outras entidades? O Projeto Nossa RUA buscava, achava que isso era importante? Quais as entidades que contribuíam com o Projeto?

Buscamos, primeiramente, a questão administrativa da UNESCO por que entendíamos que, no momento, a UNESCO era uma instituição que, dentro da sua Pesquisa-Ensino-Extensão, ela teria condições de poder estar contribuindo de uma forma mais isenta, idônea, tão quanto... diferente da... do poder público que naquele momento a gente achava que não ia contribuir dessa forma. E daí, por isso, que a UNESCO foi uma instituição que ela... que nós buscamos eles, né, pra uma forma de poder organizar, não de ter uma alternativa paralela ao poder, mas sim, uma alternativa de organização diferente da Prefeitura, que poderia ter também, mas nós entendíamos que poderia caracterizar de uma questão de uma aparelhamento político, que ia nos atrapalhar o tipo de organização que a gente estava se propondo.

Então, era mais a UNESCO que...

... a UNESCO que tinha mais... teve outras iniciativas, da Cáritas, por exemplo, da instituição da igreja, de ordem financeira. Mas eles, na realidade, tratavam mais de questão... mais, assim, de prestar alguma ajuda de ordem financeira, de alguma ajuda pro Projeto em si, principalmente, no começo, a título de... pro setor de integração, que foi um rádio, mais uma ajuda de R\$ 2000,00, parece, na época... e ajudou pra gente estruturar as questões que a gente fez, de encontros, de eventos. Então, a Cáritas mais a UNESCO foi os dois momentos em que a gente procurou e que achava que tinham uma isenção e que contribuía também para o objeto central que era a organização comunitária sem interferência municipal.

O que que contribuiu, quais foram os fatores que contribuíram pro Projeto ter o sucesso que teve? Na tua avaliação. O que foi importante?...

... eu acho que, na minha avaliação, o que foi importante pro desempenho nesse período de 04 anos que ele foi bem, foi exatamente a novidade de ser uma iniciativa popular. Essa questão da reciclagem, no estado já tinham bastante iniciativas, só que, tipo, da organização que nós tínhamos não era comum que tinha no estado, eram poucas cidades que tinham o que nós tínhamos aqui. Então, na realidade essa novidade de ser uma organização popular, sem a questão da participação política e tudo mais, e era um movimento que ele tinha um caráter, né, assim... na própria comunidade, e... no começo, assim, teve problemas com a associação de moradores que eles entenderam, porque como a gente estava participando de um movimento e depois o pessoal que participava da associação começou a participar do Projeto, eles estavam entendendo que estava havendo um retaliação ao, a questão da organização comunitária. E não era isso. Nós estávamos com o objetivo centrado na questão mesmo ambiental. E então, essa novidade, a novidade, o sucesso desse período que a gente foi bem, foi a questão mesmo de... que foi uma questão vinda da base mesmo, do pessoal, de baixo mesmo, que queriam participar, que achavam que era importante, mesmo tendo as dificuldades que as pessoas, né, tem dificuldade de fazer a questão da reciclagem. É difícil de entender que a contribuição do meio ambiente era aquele papel, aquele plástico, aquele metal, que não botávamos no lixo comum e botávamos sempre pra reciclagem e que podia tá gerando uma renda e que podia estar evitando que viesse jogar na natureza e isso ia poder durar um monte de tempo pra degradar ou não degradar. Então, na realidade, na minha avaliação, o sucesso foi em função desse quadro, de ter, de ser uma novidade, de ser uma organização popular, de base mesmo, e era o forte que o pessoal estavam mais... já tava bem forte essa questão na mídia dar essa contribuição. Era uma questão que ainda era emblemática mas ainda era devagar, não era tão forte como hoje. Mas, tinha essa vantagem, de a gente poder tá puxando essa organização e com isso, tanto é que

participavam, gostavam, era uma novidade, e as pessoas participavam mesmo da organização.

Não era uma coisa que vinha de fora, era o próprio pessoal da comunidade construindo o projeto, vendo o resultado...

É, tanto é que nós fomos... várias comunidades aqui de Criciúma mesmo, como na Próspera, como na... aqui no bairro São Francisco, várias comunidades aqui da... a Boa Vista... várias comunidades nos procuravam exatamente pra poder fazer esse trabalho, fazer como, ver como a gente fazia. E hoje são algumas comunidades que estão fazendo, inclusive... Araranguá, também, o pessoal que teve aqui pra pegar alguma experiência como fazia. Então, a novidade era o “como fazer”. Era uma coisa que, de fato, era complexa, por que ela mexia com a questão estrutural, de poder, e nós exatamente estávamos desafiando isso. A gente estava fazendo algo que o poder público deveria fazer, ou que geralmente ele fazia, e que nós assumimos a responsabilidade de fazer, só que com um caráter diferente que era tanto reciclar como também fazia um trabalho de politização, de conscientização ambiental.

Quais foram os fatores que determinaram o fim das atividades do Nossa RUA? por que que parou, se teve este movimento todo, legal, de mobilizar toda a comunidade? o que levou ao fim das atividades, no fim de 2004/2005?

Eu acho que o que desmotivou bastante, na minha avaliação, são três fatores, né, que somaram pra isso. O primeiro foi exatamente a questão do poder público não, não... nós mesmo procurando e nós tendo claro e várias tentativas de reuniões feitas tanto com a Secretaria do Meio Ambiente como também com o prefeito do período e não ter o respaldo na questão estrutural, na questão da coleta seletiva, de fazer a coleta, de fazer a classificação. Esse, pra mim, foi um dos pontos principais das tentativas que foram feitas. A segunda acho que foi a questão da UNESCO, que acho que quando eles nos apoiaram num primeiro momento era uma... nós tínhamos um tipo de apoio. E quando nós não... quando eles começaram a apoiar outras iniciativas, tudo bem, eles como instituição poderiam estar apoiando outras, né... muitos procuravam a universidade enquanto fórum científico de busca de conhecimento, de ampliação de qualquer atividade é importante, só que eu acho que eles tinham que dar uma atenção aqueles projetos que eles inclusive foram premiados, a própria UNESCO, foram premiados em função do que o Projeto Nossa RUA desenvolveu. Eu acho que este projeto eles deviam botar embaixo do braço e não ser o padrinho, mas no mínimo conseguir ter um acompanhamento de prioridade dentro da universidade, que eles pudessem exatamente garantir que de fato os verdadeiros autores, garantir a liberdade, que o pessoal pudesse estar fazendo... desenvolvendo o Projeto com autonomia, mas que eles pudessem, de fato, não estar apoiando outros, como foram apoiar outros como o projeto CTMAR que era outra organização lá que era iniciativa da prefeitura e depois a prefeitura saiu e eles abraçaram lá, inclusive encaminharam projeto de ordem financeira e transferiram pra eles lá e que o Nossa RUA não ficou incluso nisso, ficaram praticamente de fora. Então, acho que a UNESCO, num primeiro momento nos apoiaram e num segundo momento eles, praticamente, assim, na minha avaliação, qualificaram nós tão quanto o poder público nos qualificou: num primeiro momento era importante, mas depois não era mais importante quanto organização popular. Eu acho que o terceiro, de fato, alguns problemas assim da própria organização do projeto que não conseguiu, não fomos competentes pra poder elaborar um projeto de busca de fundo, recurso, perdido ou, mesmo que não fosse a fundo perdido que nós pudéssemos ter condições para pagar para que pudéssemos ter ampliado isso, e nós não conseguimos. Fizemos vários projetos, enviamos para

várias entidades, várias empresas, mas nós não conseguimos... ter esse recurso para poder tocar o Projeto pra frente. Pra mim estes três fatores foram fatores assim que contribuíram, né, bastante assim... não dá pra dizer que o Projeto Nossa RUA não existe. Existe tanto legalmente como também moralmente, mas ele não tem mais, claro, a força que tinha antes, a energia que tinha antes, não só na coleta seletiva mas também nas atividades que eram circulantes. Então, na minha avaliação foram estes três aspectos que contribuíram pra isso.

Entrevista com Dora e Nelson Pisoni, realizada em 13 de maio de 2011.

Adonai - Sobre a participação de vocês no Projeto: como é que...

Nelson: Que ano? O ano... tu lembra? O Nelsinho tinha quantos anos? Uns oito anos?...

Dora: O Pedro tinha três, quatro anos, acho...

Nelson: O Pedro ou o Nelsinho?

Dora: O Pedrinho. Né Pedrinho?

Bom, é de 2000, né? De 2000 pra cá. O Projeto começou em 97 foi até 2004

Nelsinho: no início, bem no início, eu lembro que eu era bem criança e brincava com a Fernanda. Tenho uma vaga lembrança de que eu brincava com a Fernanda lá na casa do Sabino... mas acho que era mais ou menos por aí, em 98, 99... mas nas primeiras Ruas de Lazer foi com uns 13, 12 anos... 2002, 2003...

Dora: Eu lembro que o Pedro tinha uns 3 ou 4 anos. Eu lembro que a primeira Rua do Lazer que a gente participou, assim, ativamente... por que a gente participava mas não era ativo, era... assim, só ia "dá uma mão". Mas ativamente foi uma que foi feita lá na rua do Seu Zé.

Sim, eu lembro...

Dora: Lembra, né? Que o Pedro era pequenininho... aí a... eu lembro que o Nelson ajudou a plantar um monte mudas de árvores lá com o Seu Zé, a Cristina contou uma historinha na rua pras crianças tudo sentadas... então, a gente participou ativamente.

Nelson: Foi plantado árvores naquela rua lá.

Vocês nunca fizeram parte da coordenação, então?

Nelson: Não.

Dora: Nós participava, assim, direto...

Só participação, mas não tinha nenhum vínculo...

Nelson: Assim, era participante...

Dora: ... mas não era coordenador, nada.

Nelson: Daí depois sim que o João deu os cargo pra nós acompanhar e ajudar, mas... cuidar da rua e coisa e tal...

Dora: Mas a gente sempre acompanhou a luta do Projeto Nossa RUA, a luta da... dos negócio de calçamento de rua.

Nelson: Os plantio de árvore, uma vez nós fizemos aqui [ininteligível] olha aquela árvore ali, o tamanho dela. Ela tem a idade do Pedro.

Dora: Seis, sete anos, por aí.

Nelson: Então, tu vê: enquanto os outros não cuidaram da plantação das árvores... podia tá bem florido isso aqui, bem arborizado. Enquanto mais a gente trabalha, mais chama o pessoal, pra nós é bom e pra eles também. Chega no verão tem aquela sombra boa, tem aquelas coisas bonitas ou até frutos que dão, né? E fica muito mais bonito o lugar também, arborizado.

O que vocês acham que o Nossa RUA contribuiu aqui pro bairro?

Nelson: Eu acho que contribuiu pra muita coisa... por exemplo a...

Dora: Principalmente a coleta, né? A coleta do lixo é muito importante pro bairro...

Nelson: Coleta de lixo, e outra: a arborização, ruas de lazer que foi feito, pras crianças brincar em dia de lazer e incentivo, de ensinar a fazer os brinquedos e... de um modo geral, pra chamar a população pra se unir, pra investir no lugar onde a gente mora...

Dora: Nossa prioridade é deixar o bairro bonito, né? E não poluir, não contribuir com a poluição, não contribuir pras ruas sujas... então, isso é o nosso objetivo do pro... no caso hoje do Projeto é também isso, as ruas limpas, a coleta, as crianças, com oficinas de brinquedos com as crianças...

Nelson: O que não tá pegando a gente com a força total sabe o que que é? Já falei, já expliquei nas reuniões, é a falta de recurso nosso, nós não ter o caminhão nosso, do pessoal do Projeto; não ter um local pra depositar; não ter uma máquina prensa...

Dora: Isso, não ter a infra-estrutura...

Nelson: Isso, é o que tá impedindo a gente de tá bem lá na frente, adiante. Se algum de nós tivesse a possibilidade de doar, de comprar esse material, tanto terreno, quanto caminhão, como prensa, como tudo aí, botava muitas famílias até a trabalhar aí, em conjunto ali, pra sobreviver daquele lucro ali também.

Tá, mas como é que faz isso? Como é que pode organizar este tipo de estrutura pra fazer a coleta?

Nelson: É, tem que pedir pra quem? Pro órgão que pode doar. Igual a prefeitura é um.

Dora: Tem que procurar os recursos do Estado, né? Do município, pra nós ajudar, porque...

Nelson: ...do estado, da prefeitura, por exemplo tem um terreno, que não seja lá muito longe de alcance, que tenha um... saneamento básico já, de água ali... um córrego que a gente possa jogar água ali... que despacha aquela água suja da limpeza e outras coisas. O terreno, já próprio, com água, com instalação pra separação das coisas tudo ali, ou o maquinário já pra prensa, pra Dalí, já com o caminhãozinho junto com o próprio pessoal que já tá ali do Projeto, da coleta. Aí sim, a prefeitura tira uma parte pra eles, daquilo ali e o restante é pro pessoal que trabalha ali em conjunto... pra gerar lucro também pra prefeitura.

Tipo uma cooperativa?

Nelson: É, aí eu acho que não sai muito pesado pro prefeito. O prefeito só não faz isso, não ajuda as pessoas de boa vontade como nós temos aqui no Projeto, se ele não quiser, por que ele tem possibilidade.

Dora: A única coisa que falta pra nós, mesmo, é a ajuda da prefeitura. Porque gente nos temos pra fazer este trabalho aqui na Vila Manaus e até em outro bairro, né? Porque a gente consegue, nós aqui conseguimos arrecadar pessoas pra trabalhar no Projeto, mas desde a hora que tenha um local dentro do nosso...

Nelson: Espaço, aqui...

Dora: Nosso espaço, no bairro, pra gente armazenar, pra gente separar e tudo correr bem. Enquanto a gente não tiver isso aí a gente não tem nada.

Nelson: Porque a gente veja aí, quanto terreno tomado de lixo, tomado de “imundiça” que tá perturbando a população com ratos, baratas, e outras coisas mais... até cobra... tão aí jogado às traças e poderia pegar um terreno desse... que não quisesse doar, mas que dissesse “vocês vão usar isso aqui, montem o galpão, usem como quiser”, pronto! Já tava muito bem, pra gente tava ótimo.

Dora: Por que se nós aqui no Manaus, a gente faz esse projeto, a gente tem condições de reciclar o lixo, manter uma ou duas famílias... manter uma ou duas famílias com este projeto, e família, né, não é o casal, são crianças, são pais de família trabalhando ali, pra nós vai ser bom, pra comunidade vai ser bom e pra prefeitura também, porque vai tá tirando um peso, vai tá tirando um cargo da prefeitura de estar levando lixo, sabe lá onde tá colocando. Aqui a gente sabe onde tá colocando: o orgânico a gente aproveita, nas hortinhas, na compostagem que a gente também tá querendo fazer, e o reciclável vai gerar uma renda pra própria comunidade. e pra pagar uma ou duas famílias do próprio bairro. Mas, pra isso o prefeito tem que nos ajudar, ou algum outro órgão, não sei... de repente aí uma empresa, né, uma... sei lá!

Nelson: E cooperando com uma cidade limpa. E mais uma coisa que o nosso Projeto também é mais arborização, tem diversas árvores aqui plantadas. A UNESCO dá as mudas pra gente toda a vida. Cada vez que a gente faz um evento, estão as mudas.

Dora: Pra distribuição, né...

Nelson: A gente se oferece até pra plantar, se eles não querem. E a gente tem que continuar fazendo isso.

Dora: É, se a gente tivesse apoio do estado, dos órgãos competentes, nós estávamos muito bem. Nossa! a nossa comunidade...

E como é essa mobilização aqui? De repente não falta estar mobilizando novamente o pessoal a estar exigindo dos governos que faça isso?...

Dora: É, também. Nós temos que se organizar e ir em busca dos órgãos competentes pra nos ajudar com isso daí.

Nelson: A população tá assim: eles tão com o pé atrás, eles tem medo até de falar com o pessoal do órgão público com medo de “levar sapatada”. Então, eles não querem se envolver. Se a gente não meter a cara, se não tiver peito, eles não vão vir com a gente.

Dora: Se não for pedir eles não dão, tem mais pra tirar do que dá.

Nelson: Então, como a gente fez a reunião pra chamar a população... nos temos que continuar chamando da população a atenção, porque quanto mais gente conseguir, membros pro Projeto Nossa RUA, melhor, mais força. Igual nos tivemos na prefeitura e não conversamos com lá com o vice-prefeito? Prometeu, e prometeu, e... aí? Não adiantou nada.

Dora: Agora tá na hora de a gente fazer uma outra organização, com mais gente e ir em busca disso de que naquele dia ficou mais ou menos apalavrado.

Ficou meio apalavrado e a gente viu depois que não foi uma coisa muito séria porque o pessoal da UNESCO e do Fórum Lixo e Cidadania tentou e tentou fazer a coleta e eles botaram um monte de “poréns”, né? Provavelmente a gente ia

entregar o papel lá pra eles, das ruas que a gente queria a coleta e eles iam arquivar, como enrolaram o pessoal aqui.

Nelson: Uma das coisas que o vice-prefeito disse, na nossa cara, o que foi que ele falou? “Tem que gerar lucros”! e lucros pra quem? Prefeitura, claro.

Dora: Mas mesmo assim, que gere um lucro, que vai gerar um lucro, tira a parte que pertence à prefeitura e o resto fica dentro da comunidade. porque a prefeitura também não vai cobrar aquele preço exorbitante, aquela coisa. Tem que ter um preço “x” ali, um fator que... um tanto só, o resto fica pra comunidade. se eles nos ajudar nisso, eu não vejo problema nenhum em dar um percentual pra eles. Eu não vejo problema nenhum nisso. Eu vejo sim é que eles tem o direito de nos dar uma infra-estrutura, dar um galpão, dar um caminhão pra fazer a coleta, e... se for possível dar até a prensa pra isso. Porque o resto do pessoal e pra arrumar o lixo a gente tem. E a gente tem bastante gente aqui dentro do Manaus que quer trabalhar, só não tem a oportunidade.

Nelson: Igual eu ia dizer: eu moro aqui a trinta e poucos anos, aqui era só capoeirão. Aí começou a invasão de terra. Encheu isso aí, em duas semanas tava cheio. Aí passou-se um ano, dois anos... aí apareceu o Zé Carlos, um cara legal que trabalhou na prefeitura, era um ex-funcionário da prefeitura. Ele que veio e fez uma reunião com nós, que ele me conhecia, uma reunião com todos os moradores na época, isso a muito tempo...

Dora: Há 27 anos atrás...

Nelson: Se reuniu todos os moradores e pegamos e ele fez uma proposta: “se vocês querem a escritura disso aqui, vamos se reunir e vamos fazer”. foi o que nós fizemos, se reunimos, partimos pra cima, ele foi e cobrou uma taxa nossa aqui, que nem lembro mais... mas não era muita coisa não e fez a escritura. Mas, naquela época teve muito relaxado e não fizeram e não tem até hoje ainda. Botou tudo nas mãos assim, somente cobraria a taxa, correu com a papelada toda, foi e fez, tirar as medidas pro IPTU...

No caso ele era um atravessador, ele vinha e fazia o... ele cobrava pra fazer o serviço, mais ou menos?

Dora: É... não, ele não cobrava pra fazer o serviço, ele cobrava a taxa e o que tinha que... tirar os documentos lá, como é que se chama?... uma taxa pra sair o documento. E isso sabe que horário que ele fazia? Ele fazia das sete da noite às nove da noite. Ele não fazia dentro do horário de expediente.

Nelson: ... ele era um voluntário.

Dora: ... ele era um voluntário pra fazer estas... estas escrituras ele fazia por livre e espontânea vontade.

[...]

Dora: Por que o Manaus, hoje, é bairro. O Manaus, hoje, é bairro, por que antigamente ele era meio...

Nelson: Esquisito não...

Dora: Discriminado, não tinha rua calçada... o povo se reuniu, foi pra prefeitura pedir o calçamento. Ganhamos o...

Nelson: O povo não: tu encarou o prefeito quantas vezes aqui?

Dora: O povo, não vou falar eu. O povo foi, todo mundo.

Nelson: O Eduardo chegou a vir aqui conversar com nós aqui... rapaz, esse rio aqui... o Eduardo teve aqui antes, conversamos com ele aqui em baixo, ele prometeu, e eles pavimentaram tudo isso daí.

Dora: É na época o João também tava, o Sabino...

Teve uma mobilização.

Dora: Teve, teve uma mobilização bem grande na época. Nós fomos de ônibus... não sei se nós fomos de ônibus... um microônibus que levou nós, acho... não lembro direito. Sei que foi um pessoal grandinho lá. Lá pro Ouro Negro, lá no salão do Ouro Negro. Ainda tinha que comer banana [risos], aí nós fomos.

Nelson: Chegemo lá né? Agora o povo de hoje ele estão muito bem estruturadinho, tão acomodadinho, mas não tão sabendo que falta muita coisinha pra deixar bonito isso aqui. Que falta, né... o Projeto Nossa RUA não é brincadeira, é um tróço que é ecologia, que muita coisa aqui, que rola.

Dora: Mas é uma parte, uma mínima da mínima parte pro aquecimento global. porque, olha, o negócio tá feio.

Aham, a gente tem que intervir aonde a gente acha que... aonde a gente pode fazer isso.

Nelson: Tu vê que hoje o povão que mora hoje aqui eles não tão preocupados com... por exemplo: eu planto uma árvore lá a frente da tua casa. A árvore tá bonita, chega o tempo do calor, todo mundo quer aquela árvore pra se enfiar em baixo, poder botar o carro, a moto, poder ficar em baixo por causa da sombra... mas, chegou o inverno "corta essa porcaria aí! Só tá atrapalhando a visão da minha casa!". Eles tem que colocar a consciência deles nisso daí, que aquilo tá servindo pra muita coisa, além do oxigênio, da sombra... por que não faz o mesmo? Não planta umas mais? Fica até bonito! Hoje escutei uma reportagem aí que Santa Catarina eles já tão desmatando quase tudo, já pensou?

É o estado que mais tem Mata Atlântica, do que sobrou ainda, principalmente na encosta da serra, mas é o que mais desmata também...

Nelson: Isso chama-se "gananciosos", pra fazer carvão... pra fazer muita coisa, serraria, pra plantar...

... plantar eucalipto.

Nelson: ... até na beirinha do rio, que não deixam espaço nem para o rio. E depois pensam só na vida deles... e agora eles estão pensando só na vida deles, na vidinha boa financeira deles, agora. aí os filhos que se ferrem, os netos que se ferrem, entendeu. Não tão pensando além... não é só pra agora, é depois, os netos, os filhos deles que tão crescendo, vão casar, vão gerar filhos de novo, e aí como vão ficar? Vão viver o que? Vão cheirar pirita, cheirar terra seca... ou concreto? Eles tem que ver isso aí também. Mas tem gente que não...

Dora: É, cada um ter que lutar pelo seu bairro.

Entrevista com Maria Cristina Pacheco Teixeira, realizada em 17 de maio de 2011.

Adonai - Então, Cristina, apresente-se!

Cristina - Meu nome é Maria Cristina, tenho 50 anos, moro aqui na comunidade Vila Manaus há 29 anos...

Qual a sua participação no Projeto Nossa RUA? quando é que começou, o que tu desenvolvia nesse Projeto?

É, eu acompanho o Projeto Nossa RUA desde 1997, quando houve as primeiras discussão no início do ano, e... quando o João Sabino teve essa idéia de trabalhar com o lixo, com reciclagem, conversamos sobre esse assunto, sobre a importância dele, e o João, inclusive, começou na rua 15. E acompanhei desde o início desse... desse... desde o começo do projeto, discutindo as primeiras idéias, e... em 97, em junho de 97, fizemos nosso primeiro planejamento, porque o projeto funcionava em uma rua, passou a funcionar em seis ruas e aí, pra planejar as próximas ruas foi organizado um planejamento e... a minha participação no projeto foi... fiquei responsável pelo programa...

Parte de integração.

A minha participação foi dentro da Integração do Projeto... dentro da parte de integração. RUA, a escolha do nome eu também participei, RUA: “R” de reciclagem, “U” de união e “A” de arborização, porque o projeto não queria discutir e focar só a questão da coleta seletiva, na comunidade, ele tinha um olhar também pras outras coisas, pra comunidade como um todo. E se preocupava, inclusive, em que as pessoas participassem, discutissem as questões de... sobre a qualidade de vida, né, a questão de saúde, de relação com o lixo, com os problemas que envolvia a comunidade e então, dentro do Projeto, como era pra discutir também a Educação em saúde, se criou essa parte de União e de Integração, que era pra trabalhar estas questões: de lazer, de educação, de envolvimento da comunidade com as lutas... e a minha participação dentro do projeto sempre foi mais dentro dessa...

Parte de integração

Parte de integração.

Quais as atividades que vocês desenvolviam na Integração?

A minha experiência, de alguns anos já dentro da comunidade – a gente sempre desenvolveu trabalhos dentro da associação de moradores, pastoral da saúde, nos trabalhos da saúde, a gente sempre participou, então não foi muito difícil, assim, de organizar junto com as pessoas uma pauta de trabalho em cima disso. Então, como a preocupação nossa era... era em cima da saúde da comunidade, e... a gente formou um grupo de mulheres do Projeto pra discutir as questões relacionadas com as mulheres: saúde... principalmente a saúde da mulher. E também a gente se preocupou com a alimentação, a questão da alimentação, da qualidade de... melhor, de vida, através da alimentação. Fizemos também um curso... e as questões de lazer, de cultura. Foi trabalhado a questão do teatro, das Ruas de Lazer, tivemos a oficina de papel reciclado, também... teve uma boa participação; café colonial no dia internacional da mulher, a gente sempre promoveu estas datas. Na semana da saúde, por exemplo né, que é dia 27 de abril que é dia Dia da Saúde e a gente sempre

promovia atividades nestas datas. E a participação da comunidade sempre muito boa, assim, em torno disso. Então foi muito bom essa preocupação em discutir questões relacionadas à saúde, educação...

E porque o Projeto achava que isso era importante, discutir estas questões? Qual era a importância do Projeto Nossa RUA pra Vila Manaus?

A importância de conscientizar, de levar informação pra que as pessoas também pudessem ter uma mudança de comportamento, uma mudança de vida a partir das discussões que a gente estava chamando e discutindo. Esse era o nosso objetivo, era formação, formação da comunidade, das pessoas que participavam do projeto. Mas a preocupação sempre foi com a formação. Que a gente via que era um trabalho assim diferenciado das outras... das outras entidades do bairro, que era mais pra discutir... em cima de reivindicações da comunidade. E a formação política, formação... outros tipos de formações não eram... não se tinha este trabalho. Então, a partir do Projeto é que começou a abrir um novo campo pra se trabalhar, um outro modo de se trabalhar na comunidade.

Por que a você acha que deu certo o Projeto Nossa RUA? o que fez o Projeto dar certo? Fazer a coleta em onze... em onze não, mas em oito, nove bairros, fazer as atividades de integração, de arborização?

Primeiro porque a comunidade sempre foi muito participativa, sempre gostou de trabalhar. E ela vinha passando, assim, por um momento de... de inércia nessa questão de movimento popular. Tava meio que parado, na época. As pessoas não estavam mais participando das assembléias, das reuniões, e o Projeto Nossa RUA veio pra resgatar essa fora de organização aqui da comunidade. então no momento que o Nossa RUA surgiu com esta nova proposta de chamar as pessoas, começar a discutir novamente as questões da comunidade, essas pessoas começaram a participar. Começaram a vim de novo a participar, gostar, porque era uma coisa que tava relacionada a vida, do cotidiano. E era uma coisa nova, o Nossa RUA a questão do lixo, conversar sobre os problemas do lixo e das consequências do lixo e melhorar nossa comunidade a partir da coleta seletiva foi uma coisa, assim, que agradou bastante. Então, teve uma boa participação em função disso, de inovar a forma de participação das pessoas daqui.

E porque ele teve o declínio em 2004? Porque ele parou de funcionar durante um período?

Eu atribuo não só a questão da coleta seletiva, que parou, mas eu acho que toda parte econômica que a gente sempre correu atrás e nunca tivemos o apoio nesta parte econômica. Falta de um projeto, que desse sustentação ao Projeto, porque... era um programa, tinha uma programação boa, coisas boas pra se colocar em prática... deu certo, mesmo não tendo recurso, foi um projeto que deu resultado, trouxe conscientização pra comunidade na questão do meio ambiente, e outras questões também que a gente discutia... então, provou assim que mesmo sem dinheiro a gente conseguia levar as coisas, fazer as coisas andarem. Só que, assim, pra o que a gente almejava... que seria a infra-estrutura do Projeto, terreno, construção do pavilhão, pra gente poder progredir, avançar no Projeto, não ficar muito só aqui no bairro com a coleta seletiva e as atividades aqui do bairro, a gente precisava de uma infra-estrutura e esta infra-estrutura a gente não teve, não conseguimos trabalhar esta questão de ter um projeto pra arrecadar fundos pra essa ONG. Então, na minha opinião, eu acho que a falta do caminhão de lixo, do caminhãozinho pra recolher o lixo reciclável, seletivo, foi um dos fatores, mas... é uma

conseqüência, a falta desse caminhão já é uma conseqüência da falta de infraestrutura que a gente já vinha passando, de não conseguir sustentar economicamente o Projeto. Eu coloco a parte econômica como a principal causa do... do Projeto ter parado por um tempo, né, ter deixado de, quase que praticamente... não de existir totalmente, porque a idéia nunca morreu, mas ter parado de funcionar na prática, de fazer a coleta seletiva, que era o carro-chefe na verdade aqui que impulsionava todo o trabalho era a organização que a gente tinha com a coleta seletiva... e a conscientização que já tava se formando, né, aquelas 200 famílias que a gente tinha, que participavam ativamente da coleta seletiva... foi uma pena ter parado bruscamente esse processo todo. Algumas famílias estão com a gente até hoje, mas as outras... hoje com o recomeço do Projeto e tudo mais a gente vai ter que buscar este pessoal de novo, de trazer eles de volta. Então, foi uma perda assim, muito... muito ruim pra organização. Eu atribuo, basicamente a nossa... como é que se diz? A decadência, no caso, do Projeto, mais na questão econômica mesmo.

E o projeto não procurou outras alternativas? Outras parcerias? Não foi bem sucedido nisso? Como é que foi?

Tinha algumas pessoas que tentaram ajudar, mas nunca assim se empenharam de fato no... se empenharam, como devia, na verdade... tivemos uma proposta de uma estudante que fez um trabalho na UNESCO, que era trabalho de conclusão de curso, em cima de projetos... inclusive veio aqui, ajudou a gente a montar, mas uma coisa que nunca saiu do papel, não tinha um envolvimento, da pessoa com o Projeto pra que esse projeto... pra que fosse atrás, pra que dedicasse mais tempo... e outros também, a própria UNESCO, acho que o Mário, no começo, fez um projeto, inclusive pautando recursos, preço de... todos os materiais que a gente ia precisar. E também uma coisa que não foi, não teve muito empenho, também nesta parte de mandar esse projeto pras entidades, né... Ministério Público também, se tentou, foi levado documento lá, foi deixado na promotoria pública pra quando tivesse uma medida compensatória, essas coisas, que o dinheiro viesse pro Projeto e tal. Então, nós nunca tivemos sucesso com isso, né, nunca teve um retorno.

Mas tinha procura?

Tinha procura, tinha procura... eu me lembro de ter participado junto com o Joaquim (Teixeira Neto, ambientalista de Criciúma) com o promotor pra apresentar o Projeto. Foi levado nº de conta, levado... o que eles pediram foi levado, só que até hoje a gente nunca teve recurso nenhum. E estamos aí, né?

O que você acha que precisa pra continuar o... quais os passos que o Projeto precisa seguir pra estar se firmando de novo aqui na Vila Manaus? Pra tá contribuindo com uma educação mais crítica?

Eu acho que tem que ter uma infra-estrutura mínima, eu não abro mão disso. Eu acho que precisa ter, não se faz movimento social hoje se não tiver uma estrutura mínima, porque a gente precisa de recursos pra poder fazer um material, pra distribuir um panfleto, fazer um material educativo... sei lá, o Projeto, Nossa RUA ele tem dentro do seu estatuto tem uma programação muito boa, que trabalha toda essa questão ambiental, e de prevenção, de conscientização, de gerar renda... então, tem umas propostas muito boas ali, e assim, precisa crescer, precisa ter condição pra serem colocadas todas estas questões em prática, na verdade... e eu acho meio difícil, não basta a gente ter vontade de fazer, precisa ter formas... recursos pra se fazer, também... eu acho que o que falta no Projeto não é pessoas, porque pessoas até tem, disponíveis, que tão aí querendo fazer, continuar... o problema é que precisa avançar

mais. Por que, no fim, o projeto vai ficar engavetado? Vai se fazer coisas que são palhativas? E aquele sonho de ter a infra-estrutura mínima... prensa, balança... sei lá, o mínimo que precisaria dentro desse pavilhão, pra gente poder estar vendo pessoas que precisam estar trabalhando, empregar estas pessoas e também gerar renda através do trabalho todo que a gente faz aqui. Este é um dos objetivos do projeto. E é transformar também lixo, ne... agregar valor no lixo seletivo. Tem tanta coisa que a gente pode estar fazendo e agregando valor e ajudando as famílias de baixa renda, tantas oportunidades e que a gente tá desperdiçando, de trabalhar mais globalizado, o projeto.

Entrevista com Eduardo e Rita, realizada em 20 de maio de 2011.

Adonai - Eu queria que vocês se apresentassem.

Eduardo - Meu nome é Eduardo Luiz Ribeiro Beltrame, moro na rua São Marcos, número 60, bairro Santa Luzia, e a minha esposa...

Rita - Meu nome é Rita de Cássia Alfredo, moro na rua São Marcos, Santa Luzia e... sou empregada e participo do Projeto Nossa RUA.

Vocês estão aqui há quantos anos? Aqui no Manaus.

Eduardo - 20 anos nós estamos aqui.

20 anos? Vocês vieram de onde?

Rita - Eu vim de Siderópolis.

Eduardo - E eu morava no bairro São Cristóvão.

Aí se conheceram e vieram morar pra cá?

Eduardo - Sim, só casamos e viemos pra cá.

E como é que começou essa história de vocês no Projeto Nossa RUA? quem foi que convidou, como é que aconteceu?

Rita - Quem convidou nós foi o João Sabino.

Eduardo - João Sabino conversou com a gente pra ver se a gente ajudava e também na nossa rua nos ajudaria a ver a... ir em casa em casa conversar com eles pra recolher o lixo reciclável. Daí ele deixou um envelope, um...

Rita - Plaquinha...

Eduardo - Plaquinha pra deixar nas casas a gente levou. E naquele tempo era com saco. A gente deixava os sacos nas casas e toda sexta-feira... todo sábado era o dia que passava pra recolher o lixo.

E vocês ficavam só com... desde o início vocês ficavam com a coleta aqui na rua, de trazer aqui pra casa de vocês?

Rita - Sempre trazia aqui pra casa...

Eduardo - Trazia e tinha pessoas que eu ia buscar nas casas, por que eles nem se preocupavam. Eu que tinha que ir atrás das pessoas... se tinha saco ou não, se eles já tinham separado pra mim... pra trazer porque ia passar no outro dia de manhã.

Rita - Não tinha muito interesse, as pessoas não tinham muito interesse sobre isso aí. Sobre este problema que hoje em dia está pior ainda a situação no meio ambiente, né? Eles não tinham consciência do problema que causa este lixo reciclado... o que pode...

Eduardo - Poluição...

Poluição que pode causar se não separar o lixo

Rita - Se não tomar esta atitude. Eles não tinham essa consciência naquela época. Então, agora de repente vamos ver se a gente...

Mas, assim, a maioria era mais “jogada nas cordas” ou a maioria era... um ou outro só que não participava?

Eduardo - Alguns participavam, outros nem queriam mais que passassem na casa deles.

Rita - Por quê? Muitas vezes vinha o saco sujo, encardido, que daí eles queriam botar na porta da cozinha pra ir arrecadando, eles ficavam com vergonha quando chagava visita... saco sujo, encardido. Eles não gostavam desse tipo de coisa, então... e nós aqui, arrecadava, ficava aqui em casa e muitas vezes eu não tava em casa pra botar na rua... porque? Passava os carroceiros, eles reviravam o que eles queriam. O restante ficava ali, por eles (*o caminhão da coleta*) passarem, porque volte-e-meia eles paravam de passar.

Mas tinha uma participação boa aqui na rua?

Rita - Sim. A única rua que era melhor recolhido era a nossa rua. foi bem destacado isso aí, que a nossa rua aqui era a rua que mais arrecadava, mais reciclagem.

Eduardo - Depois que parou de o caminhão passar, o pessoa continuaram a jogar aqui em casa.

Rita - Tanto que até hoje ainda tem.

Ainda tem pessoas que trazem aqui... e vocês levam pra onde esse lixo?

Rita - É um senhor de idade, nós damos pra essa pessoa que depende da... eu tiro pra mim que ele vende isso tudo pra... é um... meio...

Uma renda extra que ele tira.

Rita - Sim.

Eduardo - Ele recolhe com uma bicicleta pela rua...

Rita - Uma bicicleta com uma carrocinha atrás pra recolher

Rita - Eu ligo pra ele e ele vem buscar.

Eduardo - Quando tem bastante aqui em casa separado a gente telefona pra ele vim buscar. Vem buscar, vem com a carrocinha dele vazia e sai daqui com ela cheia.

Rita - Quando tem bastante, que já ta me atrapalhando lá atrás, daí eu ligo e ele vem.

Eduardo - Ele vem buscar e é uma viagem só pra ele, cheio.

Rita - Tanto que ontem tinha na frente do meio portão uma garrafa PET, eu peguei, recolhi, trouxe e botei lá atrás. Se eu pudesse, se eu lembrar numa dessas... que eu nunca me lembro, de sair na hora em que eu for pro trabalho, de sair e levar uma bolsinha e ir arrecadando, eu faria isso. Mas é porque a gente sai pro serviço da gente, a cabeça da gente... mas eu faria essa coleta na rua. tinha vontade de fazer este tipo de coisa: arrecadar nas ruas. Tanto que a vizinha da frente pega, deixa ali. Hoje de manhã foi um dia. Fui ali, peguei o saco, ela sabe que eu vou ali e trago tudo pra casa.

Eduardo - A minha vizinha do lado, só encheu ela joga pro lado de cá do muro.

Rita - Joga pra cá. Quem pode, quem quer, joga pra cá e eu não me importo.

Ta, e por que vocês acham que é importante esse trabalho de fazer a reciclagem... do Nossa RUA?

Eduardo - Diminui muito a poluição, né?

Rita - É porque a gente ta vendo que o meio ambiente, ele ta sendo mal tratado, tem a enchente... recentemente teve a enchente que encheu muitas casas aqui... o que que aconteceu? Era saco de lixo, era garrafa, era sofá, até sofá, era televisão, moto desmontada nesse...

Eduardo - Rio...

Rita - Rio, aqui em baixo. O que que afetou? Realmente este tipo de coisas, né? Que é jogada no rio. Porque ta estragando o meio ambiente, tão poluindo as águas, tão poluindo as coisas... isso eu queria evitar. Evitar desse tipo de coisa, que a gente ta vendo que ta se estragando... mata todo o ambiente... o homem onde que passa arrasa, desmata os matos, as árvores, derrubando tudo. Então a gente vai perdendo esse tipo de coisa e que é muito importante.

Eduardo - E tanto perigo é que quando essas águas de esgoto que entram nas casas tem problema que pode até prejudicar as pessoas que podem ter problemas da doença do rato.

A leptospirose.

Eduardo - Então, isso aí eu até tive medo porque no dia que deu essa enchente eu ia com água na cintura, ajudando a tirar móveis das casas das pessoas.

Nessa última que deu agora?

Eduardo - Nessa última que deu. Eu ia com água na cintura pra ajudar a tirar geladeira, pra tirar *freezer*, tirar fogão, guarda-roupa, cama, tudo ajudando a tirar de dentro das casas pra não estragar os móveis delas.

Rita - Mas a culpa é da população, a culpa é deles mesmos, eles próprios... tanto que foi visto depois da enchente ainda, o que que aconteceu? Os móveis, as coisas ainda que se estragaram forma jogados na beira do rio novamente. Não tinha um caminhão que a gente precisava, caminhão da prefeitura pra passar e recolher móveis, coisas estragadas que ficou na frente das casas, eles simplesmente jogaram na beira do rio. O que que iria acontecer? Com a própria enxurrada vai acontecer a mesma coisa. Então, tem que ter uma ajuda da prefeitura. A prefeitura tem que ajudar. Nós não pagamos impostos? Então eles tem que ver, dar uma resposta pra nós, porque só nós queremos ajudar, eles também tem que dar uma resposta pra nós. Eu acho assim. Nós tinha um caminhão... vinha aqui, pegava pra nós, era muito bom. Acabou, agora nós, o que que faz? Eu ajudo as pessoas... o que que ele faz com o restante (*o catador que recolhe os recicláveis na casa do Dudu*), na sei o que ele faz. A minha parte eu fiz. To fazendo, entregar pra pessoa. Mas seria bom é o caminhão... porque que ele (*o caminhão da coleta seletiva*) saiu? Eu acho que foi falta de comunicação entre o pessoal do Nossa RUA com a prefeitura... foi enfraquecendo, foi enfraquecendo, foi deixando de lado e a coisa baixou, esfriou.

Era isso que eu ia perguntar: por que vocês acham que parou a coleta? Agora que a gente ta retomando, mas ficou um tempo sem ter esta atividade.

Rita - Vinha um rapaz, vinha uma turma... "a prefeitura não cede mais o carro, porque não tem mais o caminhão da coleta". Não se vê mais na cidade carro de coleta seletiva, não existe, não vi mais. Porque antigamente tinha. Então, a coleta seletiva foi esfriando, foi esfriando, e hoje eles tão botando tonéis em praças, assim, é papel,

papelão, plástico, não sei o quê, não sei o quê... mas tem que ver com os bairros, que eles precisam dessa coleta. Então, ou bota um... cada rua uma coisa pra botar esse...

O lixo, o material...

Rita - O material reciclado, e vem um caminhão pra pegar a coleta ou bota em cada casa, anunciando que vão passar e pegar a coleta. Porque isso nós temos que ter um conjunto com a prefeitura. A prefeitura tem que nos ajudar. Se querem evitar a enchente, então eles também tem que trabalhar com nós.

Eduardo - Quanto mais eles ajudar, mais vai diminuir a poluição...

Rita - O que nós queremos? Lixo... retorno de saco de lixo limpo...

Eduardo - E diminuir também bastante lixos que eles não vão pegar, né? Onde eles descarregam o caminhão de lixo, diminui bastante né? O lixo que eles vão levar...

Rita - Eles tão pedindo a casca de verdura, tudo jogar no quintal... o óleo da cozinha. Dizem que tem um mercado que ta arrecadando o óleo da cozinha...

Manentti.

Rita - Manentti? Então ta. Eu tenho que saber porque aonde que eu boto? Eu boto numa latinha... eu sei que eu to fazendo coisa errada... uma latinha plástica e boto no lixeiro. É o plástico já. O óleo também, ele no chão vai contaminar a terra e eu sei que eu to fazendo errado... mas aonde que eu vou por? Eu não sabia onde que tem essa coleta de óleo. Tinha na escola, João Frassetto, mas parou. Eu acho que parou porque não soube de mais nada. É o que eu faço, boto fora. Eu jogo, mas com sentimento de culpa. Eu sei que eu to estragando a terra.

Mas também não tem o que fazer, né?

Rita - A minha opção: ou jogo na minha terra, jogo ali dentro do quintal ou jogo pra destruir outra terra... é outra coisa que a gente tem que batalhar sobre isso: lutar pra ter um lugar onde a gente pode arrecadar os vidros, resto de óleo... é outra coisa que tem que ser trabalhada, é o óleo da cozinha. Por que ele não se desenvolve na terra. Vai e provoca muita poluição.

Na água, principalmente. Na água ele polui muito...

Rita - Na água... antigamente tinha nascente de água pra ti tomar direto. Hoje não toma mais, por quê? A terra ta poluída com agrotóxico, com... também esse negócio de óleo de cozinha que vai na terra, penetra na terra, vai pra água. São coisas assim que isso preocupa a gente... oh, e na verdade eu tenho medo. Porque depois que começaram a falar que derreteu o gelo, ta derretendo o gelo, a poluição ta aí, o que ta acontecendo com o nosso mundo? Os homens, os próprios homens estão acabando... nós vamos morrer, a morte nossa vai acabar nisso aí, porque eu to com medo... a geleira ta desmanchando e tudo mais, porque? Isso não poderia estar acontecendo... mas é tudo culpa do homem.

Eduardo - Tanta árvore derrubada, tudo... o oxigênio que ta...

Rita - Porque tinha um projeto do ar, não tem?... que era plantar árvores... tinha esse projeto: cadê esse projeto? Não temos mais. Isso é uma coisa que tem que ser trabalhada de volta na comunidade, tem que trabalhar de novo, repensar, buscar as pessoas, conscientizar as pessoas disso aí... eu acho que é um trabalho, eu gostei muito do trabalho, tanto que hoje eu continuo.

Ta certo. Tem mais alguma coisa... vocês falaram da coleta que parou por causa do caminhãozinho da prefeitura. Tem mais algum fator assim que vocês acham que contribuiu pro Projeto ter parado.

Rita - Sei lá, eu acho que foi uma falta de comunicação com a gente, né?

Eduardo - O que nós soubemos foi que a prefeitura tinha parado de dar o caminhão.

Rita - Que hoje tinha e amanhã não vinha... a gente botava ali e o caminhão não passava. E o dia pra nós era ruim porque eles vinham num horário que a gente trabalhava, porque antigamente eu trabalhava de doméstica mas era na vizinha. Ai eu vinha aqui e entregava pra eles. Era ruim... o Eduardo tinha que ir toda noite, era frio, chuva, tinha que ir nas casas arrecadar porque no outro dia o cara tava aqui pra pegar o lixo. Nos queria sair o sábado de manhã pra passear, dar um passeio no final de semana, nós tinha o compromisso de estar aqui de manhã pra botar o lixo pro lado de fora da rua. isso tudo foi atropelado... "hoje eu não vou arrecadar, se quiser eles que venham trazer aqui", não traziam aqui. Então ficou uma coisa assim...

Porque tinha alguém que ia atrás e eles ficavam esperando.

Rita - O Dudu sempre ia atrás. E outro é o fato de "vem hoje?", botava ali e não vinha... botava tudo dentro do cercado de novo, carregar lá pra trás de volta.

Dava resultado, mas dava bastante trabalho, então?

Eduardo - Ia de doze a vinte sacos...

Rita - Dá muito trabalho sim e é um compromisso. É um compromisso que a gente... que a gente já tem os compromissos da gente, diários... e era mais um compromisso pro Dudu. Eu preferia que as pessoas viessem trazer em casa. Como ali, a mulher bota ali na frente eu vou ali e pego... tem gente que pendura aqui, ainda... pendura aqui, eu pego e levo lá pra trás.

Entrevista com José da Silva Sabino, realizada em 23 de maio de 2011.

Adonai - Zé, apresente-se!

Zé Sabino - José da Silva Sabino, morei 25 anos na Vila Manaus. De 1980 até 2005... depois teve um retorno mas foi mais ou menos por aí.

Fosse pra lá com o Seu Miro, com teus pais... vocês moravam aonde?

Eu tinha 12 anos quando fui pra lá, comecei participando do grupo de jovens, depois participando de CAEP, participando de grupo de reflexão, pastorais, toda a parte que tinha ali, e essa evolução foi acontecendo durante todo os anos 80. Quando começou os 90, já houve um avanço, foi quando... aí começou a surgir a necessidade de uma coisa maior, além de pastorais, e aí vem, logo em seguida, a idéia do Projeto Nossa RUA.

E como é que foi essa tua história dentro do Projeto Nossa RUA? quando que começasse a participar?

Começamos quando estávamos com um grupo de bairro... e aí viu-se a necessidade de que, o lixo, devido à concentração do lixo, que prejudica o meio ambiente, um desconforto em relação à saúde. Porque na Vila Manaus tinha um problema da canalização dos rios e muita gente usando aquilo ali de forma inadequada e tudo isso prejudicava a questão da saúde. Só que a prefeitura não dava essa resposta positiva relacionado à solução dessas coisas. E aí a gente começou a fazer uma coisa mais ampla. “ah, vamos lutar pela canalização dos rios” e aí começamos a ver a necessidade de fazer algo mais do que isso... daí surgiu a idéia de fazer isso numa rua, mas só que daí viu-se que só uma rua não daria. Fomos fazer daí em outra rua porque eu morava na rua 05, o João Sabino morava na rua 15, o João Paulo morava na rua... 06, aí tinha outro que morava lá na rua 32, aí, “para um pouquinho: nós não podemos fazer só numa rua, temos que fazer em várias”. Então começou a idéia de fazer um trabalho nessas ruas então. e a gente viu que tinha que fazer em muito mais ruas... tanto que nestas ruas era mais forte a coleta, era mais forte... porque a gente tinha aquelas lideranças, as lideranças estavam nestas ruas. E aí começou a germinar, todo o bairro... a nossa missão... a nossa visão era fazer em toda Vila Manaus, coleta rua por rua, cada um fazia a sua seleção, cada um cuidava do processo de árvores, cada um cuidava do processo de integração da rua. e aí tem, né, o Projeto Nossa RUA se divide em quatro áreas.

Era isso que eu ia perguntar agora: as atividades desenvolvidas?

A área número um era o processo de reciclagem de lixo. A segunda área... que essa reciclagem do lixo era a parte mais complexa, por que todo mundo tinha que pegar um leite e lavar a caixinha do leite, abrir a caixinha do leite, não mandar pra coleta seletiva porque o alumínio de dentro não era... compatível, os PETs poderia mandar, os plásticos, né? E... e algumas coisas não poderiam ser, mas o detalhe é como fazer isso com boa vontade? Essa era a grande pergunta que a gente tinha que responder.

Era um voluntariado...

Tinha que ser voluntário, não podia pagar as pessoas pra fazer isso, tinha que ir na boa vontade mesmo, na fé. Na fé e na coragem mesmo, não tinha jeito. E aí convencer as donas de casa a mudar o hábito do destino do lixo. Esse era o grande

desafio. Então nós tínhamos um grupo aí de uns quinze, fazendo isso... trabalhando, e lideranças. Mas mesmo assim a gente não conseguiu atingir toda a Vila Manaus... foram lá umas 14, 15, 20 ruas pra chegar bem assim, e aí... esse trabalho da reciclagem, a reciclagem era um ponto muito importante, pra nós foi o que desencadeou. Aí tinha o projeto da recreação, a parte da recreação que era a parte importante também que a gente via porque era isso que fazia as crianças serem educadas para fazer a pré-reciclagem, a pré-seleção do lixo, porque eles eram vitais pra nós, porque a gente sabia que as crianças, através das crianças nós íamos convencer os adultos. Então tinha uma idéia oculta, e era muito legal isso, que era chamada a Rua do Lazer. E era coordenado mais pela Cristina, na época, e a Cristina que fazia esse encampamento. Fazia teatro, teve treinamento do teatro, com apoio da UNESCO e tudo mais. E teve a arborização. A arborização foi outro projeto muito interessante porque a arborização era onde eu era coordenador, junto com a Giane, de trabalhar a idéia de árvores plantadas em todas as frentes de casa. Então a gente... essa parte era uma parte muito bonita. A gente conseguia nos hortos... da UNESCO... a gente conseguia as árvores. As pequenas arvorezinhas a gente plantava esse “neném” na frente da casa das pessoas. E elas cuidavam disso como se fosse um “neném” mesmo, entendeu? Então elas cuidavam, elas se interessavam por aquilo ali. Mais uma vez aconteceu que nem sempre caminha como a gente pensava. Ali tinha umas trinta famílias que realmente apostaram e deu certo e teve uma grande maioria que não apostou, não conseguiu dar esse voluntariado de uma maneira espontânea. E o quarto ponto, que eram estas quatro frentes, grandes frentes, que é a compostagem. A compostagem era um processo muito poderoso. Ao invés de botar restos de comida, tu começava a fazer um processo de esterco natural, ou seja, tu começava a plantar, fazia a alimentação, plantava frutas, verduras, através dos restos de alimentos que as pessoas jogavam fora. O que se pegava, botava num saco, amarrava e jogava pro caminhão de lixo, agora não se jogava mais. Essa foi a conscientização mais difícil, aonde a gente teve apoio do pessoal da UNESCO, assim, muito forte, onde professores orientaram a questão da compostagem, deram muitas técnicas e tudo mais, a gente fez vários, ensaios, vários treinamentos. Mas, dentro das famílias isso se tornou um processo utópico, sabe? Dentro de casa... tem várias facilidades pra fazer, só porque nós não conseguimos progredir, assim, né?...

Foi uma atividade mais aquém da expectativa.

Sim, mais aquém. Se nós tivéssemos, assim... umas quinze famílias fazendo isso numa maneira assídua, era muito. Ainda faziam mas não faziam do jeito que tinham que fazer. porque entendia que tinha que fazer um buraco no chão, no terreno e era só essa a metodologia. E a compostagem, a mesma coisa. Então, fazia isso: fazia um buraco, botava o alimento, fazia uma camada de terra...

Mas que já era um avanço se comparado com o destino que era dado.

Houve, houve... hoje eu acredito que até hoje, eu não moro mais no Manaus, eu acredito que até hoje ainda tem gente fazendo isso. Eu particularmente to ensaiando, num apartamento pra fazer isso...

Oh Zé, por que tu acha que deu certo o Nossa RUA? quase todas as ruas do bairro teve isso, mas teve nos outros bairros também.

Eu acho que o Projeto Nossa RUA foi uma das grandes iniciativas das lideranças da Vila Manaus. Na minha opinião, o início, a alavancada, disso dentro da Vila Manaus criou uma idéia muito avançada sobre a consciência que a Vila Manaus tinha, os líderes e as lideranças, liderados... sobre a questão de natureza... da consciência de

natureza. E isso infectou inúmeras comunidades... nossa, inúmeras cidades hoje tem coleta seletiva de lixo. Pelo menos aqui na região, graças ao Projeto Nossa RUA. o Projeto Nossa RUA conseguiu dar esse ponta-pé. Eu me lembro das inúmeras vezes em que o João Sabino, o João Paulo, era pedido orientação pra eles sobre o como fazer. e eram lideranças de outras comunidades que pediam isso. E eles já levavam a idéia, já era feito reuniões e eu acho que o primeiro grande fruto que houve foi a iniciativa bem sucedida da idéia do Projeto Nossa RUA como uma consciência firme de uma natureza perfeita. Utópico ou não, mas era consciência de uma natureza legal. Aonde as pessoas davam um destino certo pro lixo, davam o destino certo pra natureza, respeitavam a natureza e respeitavam as pessoas. Então estas quatro frentes que eu falei a pouco é o que faziam isso, né... respeitar as pessoas, respeitar a natureza, respeitar o destino e respeitar a idéia que as pessoas tem sobre as coisas. Então, esse foi um dos pontos. O segundo grande ponto que o Projeto Nossa RUA que é positivíssimo, que eu acho, é a união, entendeu, das ruas. Sem concorrência, sem deslealdade, sem nada...

A questão do lixo acabava sendo um tema pra ta discutindo outras coisas.

O lixo era o pretexto, por que, na verdade no fim a gente fazia uma coisa boa e fazia duas, três, quatro coisas boas. Então a gente fazia muita coisa, nossa... maravilhosa, que trazia resultados. E eu vejo assim que o Projeto Nossa RUA ele nunca deve morrer, eu acredito que nunca morreu. Porque pode ter morrido na prática em algumas coisas, assim, na eficácia da coleta... mas não morreu na consciência. Os líderes se separaram e eles se debandaram. Mas eles tocaram este projeto em algum lugar, nem que fosse dentro da sua própria casa, mas fizeram. Então, eu acredito que o Projeto Nossa RUA nunca parou. A verdade foi essa. Então, o Projeto Nossa RUA ta hoje aí e eu acho que é só o recomeço.

E tu falasse que um dos motivos foi esse então, de ter parado, os líderes terem, alguns deles, saído da comunidade, né? Tem mais alguma coisa assim que contribuiu pra essa estagnação do Nossa RUA?

A própria estrutura, né, tem um grande ponto aí, é que nós tivemos todo tipo de liderança... todo tipo de liderança, lideranças fantásticas. Mas teve uma liderança que a gente precisava e a gente não teve, que é uma liderança mais de logística, uma liderança que fosse boa pra conseguir verbas, pra conseguir investimento interno pra cá. Conseguir estas verbas... essas parcerias com a natureza. E a gente sabe que tem inúmeras empresas hoje que tem dinheiro pra investir na natureza elas se sentem na obrigação de dar dinheiro pra investir na natureza. Inúmeras empresas nacionais mesmo. Então, a gente não fez projeto de... pra conseguir verbas. A gente até tentou várias vezes, mas não tivemos sucesso, por que a gente não teve o apoio adequado da UNESCO em relação a isso, mesmo porque a gente não foi junto, a gente não foi pra cima também. Talvez a gente queria vislumbrar, conquistar verbas mas que eles viessem oferecer pra gente... isso não existe, entendeu? Nós tivemos lideranças de todo tipo, mas nós não tivemos uma liderança que conseguisse desbravar isso. Se nós tivéssemos feito isso, hoje o Projeto Nossa RUA teria terreno, que não tinha na época... nós conseguimos um terreno da prefeitura que tinha um convênio com a UNESCO, que era onde era o lixão lá no Sangão. Nós conseguiríamos o caminhão e o Projeto Nossa RUA hoje seria um sucesso! Hoje o Projeto Nossa RUA estaria até com uma indústria de camisetas feitas com PET...

Podia ter evoluído pra isso.

Podia ter evoluído pra isso. Ela podia ter evoluído a ponto de até transformar o lixo em produto útil. E vender na própria comunidade. ia ser um show, ia ser um espetáculo. A gente até sonhava com isso, tá? Mas só que a gente não teve a liderança adequada pra conseguir estas verbas. Se a gente tivesse, a gente teria conseguido tudo. Se a gente tivesse um caminhão na mão, a gente tava feito! Pelo menos um caminhão, era a nossa única conquista real. Se o caminhão tivesse na Nossa mão 24h por dia a gente conseguiria fazer coletas estratégicas até... e motivava as pessoas pra isso. Mas a gente ficou muitos anos patinando... e aí as pessoas começaram a... os líderes ficaram, mas as pessoas que estavam com os líderes começaram a se debandiar... depois os líderes saíram da comunidade, aí meio que parou a idéia... mas eu ainda reafirmo que não parou. Eu acho que o Projeto Nossa RUA continua, apenas ele foi...

Não mais com aquele vigor que ele tinha.

Não mais com aquelas reuniões que a gente fazia toda semana, fazia reunião quinzenal. Era uma coisa muito boa. Era reunião, era festa, fazia confraternização, fazia... nós éramos bons nesse negócio, entendeu? O Projeto Nossa RUA acendeu muitos projetos iguais por aí a fora.

Eu lembro um que foi bem marcante lá porque teve a participação de uns amigos nossos, ali da Cooperar, de Araranguá, que hoje é uma cooperativa de catadores, mas que começou... não sei se por causa do Nossa RUA, mas teve uma contribuição porque eles vieram pegar experiência do Nossa RUA, pra ver como é que fazia, esse trabalho de comunidade...

E depois induziu a própria UNESCO, também, né? A UNESCO foi uma das universidades, eu acho que ela é a única universidade do sul do país que faz coleta seletiva e foi motivada pelo próprio Projeto Nossa RUA. Só que em troca eles deram apoio pro Projeto Nossa RUA e o Projeto Nossa RUA dava apoio lá e fazia com os professores fossem até lá no Projeto Nossa RUA... graças ao Projeto Nossa RUA também teve pessoas ganhando dinheiro com isso. E... tudo tá certo, entendeu? Houve sim, frutos positivos do Projeto Nossa RUA e continuar o Projeto Nossa RUA é um grande ponto.

Entrevista com Mário Ricardo Guadagnin, realizada em 23 de maio de 2011.

Adonai - Mário, vou pedir pra ti te apresentar.

Professor Mário - Professor Mário Ricardo Guadagnin, engenheiro agrônomo, especialista em gestão ambiental, com mestrado em geografia, ênfase em desenvolvimento urbano e regional e a dissertação de mestrado é sobre Vila Manaus.

Eu queria que tu contasse um pouco a tua história com... vai acabar misturando, assim, a história da Vila Manaus com a do Projeto Nossa RUA, mas, qual é a tua história com a comunidade?

Eu ingressei na universidade em 99, trabalhando com o professor Roberto Recart dos Santos e ele já desenvolvia um trabalho de assessoria de organização na Vila Manaus por causa do Projeto Nossa RUA. Ele já tinha iniciado isso em... 97, se não me engano. Então, a gente começou, como a gente trabalhava com a questão de gestão de resíduos sólidos eu comecei a discutir junto com ele algumas coisas e algumas propostas de melhoria para o Projeto Nossa RUA, que era um... Reciclar, União...e Arborização. A partir daí eu comecei a conhecer o bairro Vila Manaus e as características de organização comunitária de formação daquele espaço. Só que daí eu tive que fazer uma recuperação no tempo, voltei antes da existência do Vila Manaus para poder entender o por que que a Vila Manaus e as lideranças do Projeto Nossa RUA tem essa visão de gestão pública, gestão... e de participação comunitária e de construção coletiva de uma proposta de gestão ambiental de um bairro. Então, a partir daí, eu fui pra discussão sobre gestão de espaço, ocupação de espaço e território. Recuperando desde os movimentos, das primeiras áreas de ocupação, primeiros usos que tiveram da área, com mineração e depois com transformação daquela área numa possível vila residencial, que seria a “Cidade dos Mineiros”, Vila Manaus também estaria contemplada no projeto original, lá de 1957 isso ainda, lá com... esqueci o nome do prefeito da época. Depois, ele teve uma refuncionalização e passou a ser um outro objeto, deixou de ser vila residencial pra se transformar num distrito industrial. Seria o primeiro distrito industrial de Criciúma. Por isso que tem algumas empresas ainda hoje instaladas no entorno da Vila Manaus. Mas esse momento de transformação, a cidade também passa por outra mudança que é a remoção de pessoas que moravam no antigo traçado da ferrovia Teresa Cristina, que é hoje a avenida Centenário. E aí isso leva a um movimento de ocupação de espaço e território pra conquista de moradia. Então, o Projeto Nossa RUA tem muitas lideranças que conduzem até hoje que vivenciaram esse momento, de construção desse espaço, desse território. Então, eles tem uma identidade, uma territorialidade com o espaço construído. Como foi sempre um processo de construção com busca de vários movimentos, sempre batendo de frente com o poder público local, reivindicando ora saneamento, ora água, ora luz, ora regularização da questão do espaço, a comunidade local procurou manter isso criando um projeto que desse continuidade na melhoria da qualidade de vida, que foi o Projeto Nossa RUA. A discussão desses movimentos de formação e ocupação de espaço é que levaram a conhecer o Vila Manaus, a conhecer o Nossa RUA. Na época a universidade tinha o Núcleo de Pesquisa em Educação Ambiental, NUPEAM, que participavam alguns professores... a professora Heliete, professor Milo, professora Gilca, professor Roberto, eu, e nesse núcleo de Educação Ambiental o Nossa RUA era um dos projetos que eram desenvolvidos pelo núcleo de pesquisa de educação ambiental, com trabalhos de assessoria, organização, com auxílio a organização de algumas

atividades... teve reunião de planejamento e oficina de planejamento com um consultor externo que veio auxiliar, fazer uma metodologia de planejamento participativo, que foi o Colaço. E a partir daí definiram metas, objetivos e ações pra fazer um programa de coleta seletiva, que começou na garagem de um morador, primeiro, com a separação, ele mesmo fazia a coleta e fazia a separação e triagem. Depois com a adoção de sacos de ráfia pra coleta de resíduos e um determinado momento, acho que entre 2002 a 2004, aqui dentro, a universidade passou por um processo de reestruturação. Os núcleos de pesquisa que existiam foram desarticulados e construído o IPAT. Então, nós tivemos uma mudança no sistema de gestão interna e algumas ações que a universidade fazia elas tiveram descontinuidade, não houve continuidade das ações por que tudo passou a ser integrado ao IPAT. Só que ele veio mais com um caráter de prestação de serviços na área de qualidade ambiental, o IPAT. E projetos de assessoria, de gestão comunitária, de educação ambiental, de extensão em geral, foram deixados de lado, foram meio que abandonados. Depois... pra universidade foi muito importante o Nossa RUA, por que junto com a comunidade a universidade ganhou o prêmio "Empresa Cidadã", da ADVB, que, na época, o reitor levou 50 moradores do bairro pra receber o prêmio lá em fpolis... então, hoje, depois dessa reestruturação nos trabalhos da universidade, meio que redirecionaram os profissionais que estavam envolvidos. Ou em um determinado momento, que talvez tenha tido algum problema de comunicação também, entre a comunidade e universidade, que deu a entender que a comunidade ela já podia caminhar com pernas próprias, que de repente não precisava continuar mais com o apoio da universidade e aí por isso que alguns profissionais que estavam envolvidos deixaram de atuar com o Nossa RUA. considerando o trabalho de empoderamento da comunidade, do trabalho de extensão que se faz, acredito que seria normal que chegasse a esse ponto. Em qualquer atividade que se faça enquanto extensão, a universidade ela não é tutora eternamente, ela tem que ser estimuladora, apoiadora, que dar subsídios, que dar condições de fazer discussões, fazer encaminhamentos e depois que a comunidade absorve isso, ter esse empoderamento, tocar por conta própria. Eu acho que esse é o papel da comunidade. a idéia em si do Projeto Nossa RUA ele tem potencial de replicação em várias comunidades, mas por que que não se replica em outras comunidades? Talvez porque nas outras comunidades não tenham as lideranças com espírito de gestão pública e de construção coletiva como tem na Vila Manaus. Então, a população local tem uma característica diferenciada de uma vivência em termos de formação político-partidária também, muito importante, que leva a ter essa preocupação com o coletivo. Os outros bairros, nas associações de bairro no entorno da própria Vila Manaus, na cidade como um todo, não tem essa característica. Hoje o movimento de bairro fica muito a mercê do movimento que está servindo aos interesses de quem estava no poder. Ele acaba não dando... eventualmente, não se vê nenhum movimento, de nenhum bairro que queira buscar solução de um problema ambiental de maneira própria e que busque apoio, simplesmente vai na carona da política pública. Se tiver política pública praquilo eles vão reivindicar, se não tiver, eles vão estar contentes com o serviço da maneira que está. Também eu acho que outra característica é a preocupação do ponto de vista ambiental em si. A Vila Manaus tem uma preocupação com as questões ambientais diferenciado do restante, até pela própria construção do território, onde foi feito, que é uma área degradada. Então, acaba contribuindo pra mudança de pensamento de algumas lideranças do Nossa RUA em relação à questão ambiental. Ter construído a área numa área degradada, ter vivenciado com um canal que passava esgoto, praticamente, um afluente do rio...

Sangão. E alguns problemas que foram enfrentados por estar morando em cima de área degradada... Hoje ninguém lembra daquele espaço como área de mina, e tinham três bocas de mina, naquele espaço. Ninguém lembra daquela área como uma área de deposição de rejeito. Ninguém lembra daquele espaço como uma área que tinha um canal que escorre esgoto e... então, o repaginamento, a “recuperação” pra ter condições de ocupação do espaço, que foram feitas sem ordenamento público, mas por força de pressão da sociedade, leva à melhoria da qualidade do espaço. Foi uma pressão que... isso não se vê. Situações, dá pra dizer que, num passado, há trinta anos atrás, Vila Manaus é o que é hoje o Renascer ou Airtton Senna, a mesma coisa. Mas não se vê no Airtton Senna e no Renascer um movimento comunitário que vá lá buscar reivindicações por melhoria da qualidade. Tanto é que eles aceitam passivamente construção do centro de zoonoses, às vezes um empreendimento ali do lado... não há um questionamento sobre a ocupação do espaço.

E as instalações que vão pra lá, do poder público, é sempre externo, não é uma construção...

Construção coletiva. Se tem política pública pra isso, vai lá e se constrói. Tem lá ua unidade de saúde...

Um CRAS...

CRAS. Diferente da Vila Manaus que foi, conquistou, foi atrás e reivindicou. A Vila Zuleima não é diferente. Vila Zuleima, Vila Visconde... Vila Visconde também, é uma área degradada, é uma área que tem sócios-problemas de ocupação desordenada que também poderia ter essa característica de reivindicar. As pessoas só lembram de reivindicar alguma coisa quando dá uma chuarada de verão, quando tem enchente, quando tem, se não, não se movimento. Por que? Porque a condição de ter um espaço pra residir e morar às vezes obriga eles a morar em locais de risco e não tem o espírito de construção coletiva na comunidade pra mudar essa realidade. Principalmente porque o movimento de bairro ele tá politizado do ponto de vista político-partidário, não na questão da política pública.

No Manaus ainda, falasse que não se identificam mais as áreas degradadas pela mineração, depósito de rejeito, mas as piores áreas do Manaus ainda tem rejeito exposto, que é aquela região do tudo, do canal. É a pior parte, assim, assistência social de CRAS... ali quase todas as famílias precisam desse benefício. Doenças como a leptospirose o foco é ali, por causa de enchente. Então, ainda assim...

Ainda tem melhorias possíveis.

Eu queria que tu falasse um pouco mais sobre essa falta de comunicação, da comunidade não ter entendido, explicar um pouco mais essa questão.

Eu recebi essa informação de que o Projeto Nossa RUA tinha condições de caminhar com pernas próprias e não precisava mais da universidade. E aí, ia conduzir as ações de maneira autônoma, independente da universidade, sem o apoio da universidade. E aí, tomada essa decisão, nós aqui dentro temos horas-atividades e funções. Dependendo... atualmente e na época também, que isso aconteceu, nós não tínhamos um número de professores com horas efetivas, 40 horas de indicação da universidade. Então, quando a gente recebe que o Manaus vai caminhar por conta própria, então a gente foi caminhar por outros lados pra buscar outras ações. Bom, se o Manaus caminha por conta própria a gente vai... e na época eu, particularmente saí da área que tava, no NUPEAM e tinha ido pra trabalhar junto com o Guilherme na

construção do... Guilherme Queiróz, que era o 1º diretor de pesquisa... segundo, o primeiro foi o Professor Eurico Back. Então, o segundo diretor, Guilherme Queiróz, na construção de políticas de iniciação científica. PIC, primeiro PIC e estruturação dos primeiros programas de iniciação científica. Então, fui mais pra uma função de gestão do que de execução. Eu, por estes motivos, foi o que me levou a me afastar um pouco, tava em outra função dentro da universidade. A parte de gestão e a parte de sala de aula. E continuar fazendo algumas coisas de extensão, não mais com comunidade, mas tentando a organização dos catadores. Foi meu foco a partir de então...

Outro ponto que iria abordar e tu acabou falando já é sobre esse história do porque deu certo o Projeto Nossa RUA. Vem, então, dessa história de vida...

Do bairro, de ocupação

E de ter um movimento no começo da formação do bairro que lutou por isso.

Lutou por isso. Um dos fatores mais importante, também, que pode ter contribuído pra essas lideranças terem essa visão comunitária foi, em parte, auxiliado pelo padre da época, que era da comunidade, que era o Miotelo, que seguia a teologia da libertação, a opção preferencial pelos pobres da igreja católica que depois o Hatzinger, hoje Papa Bento XVI, mandou cortar, mas teve muita influencia dessa formação do então padre Miotelo, que hoje também não é mais padre, é professor de filosofia... que seguia a Teologia da Libertação e a metodologia de formação, dentro da Teologia da Libertação, era justamente empoderar as pessoas pra conquistar direitos. E tem outro aspecto importante, que nessa época em que surgiu esse movimento, nós ainda éramos... movimento de ocupação, movimento de ocupação do bairro... nós vivíamos ainda um regime de exceção, o regime da ditadura militar.

Era final, mas ainda tinha.

Tinha esse ranço ali, e tinha todas as pessoas que estavam ligadas a algum movimento social meio que se abrigavam no entorno da igreja pra se proteger de um eventual problema, e aqui sempre foi uma cidade de muitos conflitos. Então, tinha o interesse do exército, econômica, a questão do carvão, movimento sindical.

Isso sempre foi bem vivo... quer dizer, sempre não né, uma vez... agora é um ou outro sindicato que tem mais autonomia.

Em parte a apatia disso também se dá porque quem era de esquerda depositou muitas esperanças no governo Lula e achando que os movimentos sociais iam se empoderar e iam ter espaço. Quando chegou lá, na verdade o poder meio que embriagou...

Teve muito intelectual que foi cooptado por conta desse modelo de... que recebeu dinheiro pra pesquisa, e que não... e que acabou não mais se manifestando contra as mesmas práticas.

São práticas praticamente idênticas a de outros, não tem muita diferença enquanto política econômica, política pública... mas houveram algumas melhorias. Também porque eventualmente a assistência de algumas necessidades mais urgentes, como os CRAS, Centro de Referência em Assistência Social, é uma forma de tu atingir não o coletivo, mas o individual. É uma política pública voltada pra tutela e proteção do cidadão enquanto indivíduo. Ele tem uma carência, não é um conjunto de pessoas que tem uma carência. Acaba direcionando pro assistencialismo social, com a relação de dependência com o poder e não com uma relação de disputa ou de busca por um

direito. Então, a política nossa de... pode ser lá, de política de educação, via bolsa família, via bolsa escola... ou a política de assistência social direcionada pra problemas da comunidade, pra atender o indivíduo, não pra atender o coletivo... e aí isso desmobiliza, leva a falta de identidade por uma causa. Talvez, olhando pelo lado ambiental, pelos problemas ambientais que se enfrentam, o Nossa RUA possa erguer uma causa que una as pessoas pra melhorar a qualidade de vida. Eu acho que esse é o grande ganho que o Projeto Nossa RUA pode dar ainda. E é um problema emergente, presente.

E da comunidade, o que que tu sente que foi motivo deles de o Projeto Nossa RUA ter estagnado?

Olha, na comunidade eu nunca parei pra refletir profundamente assim, ou ouvir um pouco a comunidade sobre o que de fato levou a ruptura. Talvez a comunidade tenha... não tenha gostado, apesar de ter sido bom tanto pra comunidade quanto pra universidade o Prêmio Empresa Cidadã, eu não sei até que ponto foi bem visto pela comunidade. não sei até que ponto isso foi... a universidade não se apropriou de um projeto pra ganhar um prêmio. Isso é um problema... talvez tenha sido isso. Ou outro problema, não na comunidade, em alguns momentos, encaminhamentos de algumas ações e alguns projetos... talvez isso seja uma das dificuldades do Projeto Nossa RUA, é como a gente consegue transformar um ideal que é, talvez, de algumas pessoas, sendo coletivo. Não ser um sonho só, mas ser um sonho junto, em grupo e transformar isso em realidade. Acho que a comunidade, o Nossa RUA precisa encontrar um caminho que atraia todos pra essa construção coletiva dentro de um mundo competitivo e individual.

É, esse sempre foi o ideal, o como fazer é que é o problema...

Porque normalmente as pessoas saem do trabalho e vão embora, vão pra casa, ligam a TV e ficam vendo outros problemas e acham que “ah, isso acontece com os outros”, a mídia coloca violência aqui, acolá, nunca vai ser comigo. Mas, de repente, a própria questão da violência no entorno do bairro poderia ser um motivo pra discussão, ação conjunta... apesar de ter o Conselho de Segurança da região, mas como é que é essa participação? O que que acontece, como se reconstrói isso? Então, é um dilema, eu não sei como transformar um sonho individual num sonho coletivo.

Entrevista com Giane Ilza Martins, realizada por e-mail em 24 de maio de 2011.

Adonai - Apresente-se! (nome, morou quanto tempo na Vila Manaus...)

Giane Ilza Martins - Giane Ilza Martins, morei na Vila Manaus de dezembro de 1990 'a junho de 2006

Conte a sua história no Projeto Nossa RUA (como começou, qual era a contribuição que você dava ao Nossa RUA).

Iniciei no Projeto a convite do João Sabino, e já tinha sido dado os primeiros passos, era um grupo de pessoas que já se conheciam, afinal morávamos no mesmo bairro e entre alguns tínhamos laços familiares.

Quais as atividades o Projeto desenvolvia?

O projeto |Nossa Rua, tinha como objetivo além da coleta seletiva e a conscientização da importancia do destino correto para o lixo, a integração da comunidade através de iniciativas para Horta Comunitária, Arborização e limpeza dos terrenos privados e áreas públicas. Com o intuito de criar um ambiente saudável para nossas famílias.

Qual a importância desse movimento?

O Projeto serviu para que muitas pessoas se conscientizasse da importancia da reciclagem de materias e a arborização de ruas e praças... Minha filha cresceu com o hábito de limpar e organizar o lixo para ser reciclado, e creio que ensinara para os filhos dela também. Hoje moramos em Araranguá onde tem um projeto criado apartir do Projeto Nossa Rua que funciona aqui, já que tem apoio da Prefeitura Municipal, mas o foco deste projeto aqui até onde eu sei é apenas para a Reciclagem de materiais, os outros objetivos do Projeto Nossa Rua não foram incorporados. Foram feitos cursos, inclusive uma oficina de teatro.

Por que o Nossa RUA deu certo?

Por que as pessoas envolvidas acreditaram que podia dar certo, e mesmo sem o apoio que precisavam da administração municipal, conseguiu recursos para manter durante um bom tempo.

Por que o Nossa RUA deixou de atuar a partir de 2004?

Agora darei apenas uma opinião, pois neste tempo minha participação já não éra efetiva na organização do projeto. Mas creio que a dificuldade maior éra local para triagem e armazenamento do material e a dificuldade de direcionamento destes materiais para empresas.

Entrevista com Roberto Recart dos Santos, realizada em 27 de maio de 2011

Roberto - Roberto Recart dos Santos, coordenador de Extensão da PROPEX

Adonai - Como é que foi o teu envolvimento com o Projeto Nossa RUA? Qual a tua participação nesse processo, na Vila Manaus e no Projeto Nossa RUA? Como é que começou?...

Era um trabalho de parceria, na realidade. Não existia... Dentro da universidade era eu que respondia pelo Projeto. Depois foi chamado outros professores pra colaborarem. Começou com a visita do João Sabino... do teu pai (João Paulo Teixeira), que vieram na universidade pedir apoio a uma proposta de projeto que a comunidade tinha pra desenvolver. Eles não tinham muito claro o que queriam. Na época eles tinham algumas idéias, nada organizado. E aí, feita a reunião com o Edson Carlos Rodrigues, ele me chamou e perguntou se eu gostaria de assumir a frente deste projeto pela instituição e ver de que forma nós poderíamos ajudar. Como, a princípio, não se tinha muito claro quais os anseios... sabiam que queriam voltar a organização comunitária, esse era o princípio básico do João: vamos voltar a organização comunitária, a movimentação social que antes era muito forte, que começou forte no bairro, pelas conquistas de posse dos terrenos, infra-estrutura urbana, água, esgoto, luz... esse tipo de guerra, de luta, fez com que o bairro e a comunidade se organizassem. Depois destas conquistas, meio que houve um esfriamento do movimento social no bairro. E aí eles queriam reorganizar essa mobilização social, mas não tinham bem certo o quê. Tinham algumas necessidades como qualidade de vida, e como... ambição ambiental, já que o bairro vinha de uma estruturação em cima de uma área de depósito de pirita, de rejeito. Bom, em cima disso, montou-se uma liderança organizada. Liderança de pessoas da comunidade, pra fazer a organização, e nós da universidade pra tentar articular. O sentido de “como articular?”: nós não iríamos induzir a nada. Nós queríamos que a comunidade chegasse a um consenso do que era bom pra ela e o que era ideal pra ela. Então nós fizemos planejamentos estratégicos, e nesses planejamentos estratégicos foram definidas ações e foram criados modelos de atuação que a própria comunidade se... empoderasse do processo, definindo as suas principais ações e a forma de como queria agir, até na organização. Então, nós fizemos planejamentos estratégicos, nós fizemos visualizar... eles tinham dimensões de coisas que queriam, mas não sabiam nem como, nem como encaminhar, nem com quem falar, nem a dimensão do tamanho da exigência. Então o que a gente fez foi estabelecer prazos, metas, datas, responsáveis e assim a “coisa” foi tomando corpo e as dimensões foram sendo dadas ao projeto. E aí, definiu-se três áreas temáticas de atuação, que seriam o meio ambiente, que seria a organização comunitária, e... Reciclagem que seria a parte ambiental, a União que seria a parte da comunidade e Arborização que seria a parte ambiental também. E tudo seria um artifício para a rearticulação da comunidade com metas e propostas bem definidas. Foi aí que... inclusive a proposta de “Nossa RUA” foi nome meu, a idéia foi minha. Nossa RUA: “R” de reciclagem, “U” de união e “A” de arborização. E aí cresceu o negócio e a coisa foi formando corpo. Depois que as conquistas foram feitas, as ruas foram sendo ampliadas, foram feitas a arborização, a UNESCO fez as doações, nós continuávamos com os planejamentos estratégicos, foram definidas lideranças por rua, foram feitas comissões pra trabalhar em cada um dos projetos, as pessoas foram ficando responsáveis, até que algumas pessoas foram saindo do bairro, outras foram se desligando do projeto. E, o grande entrave no

projeto foi que a comunidade queria um centro de triagem. Um centro pra fazer a triagem, pra fazer a coleta seletiva, pra fazer a venda do material, pra ter um espaço do Projeto, principalmente pra desenvolver a parte da reciclagem. Só que se correu atrás de prefeitura não se conseguiu terreno, não se conseguiu apoio de iniciativa privada, não se conseguiu... tentou fazer com que o caminhão da prefeitura passasse com o objetivo específico da coleta seletiva, não se conseguiu... aí se conseguiu uma maneira alternativa que era uma pessoa que tinha um caminhão e que se responsabilizava pra fazer a coleta. Foi doado o material reciclável pra uma família que já eram notórios catadores na época e conhecidos por desempenhar um papel na comunidade, de catação. E eles, hoje, inclusive, estão trabalhando com a UNESCO e fazem a triagem do material reciclável da UNESCO e o monitoramento deles. e eles fazem de maneira perfeita e detalhada. Nós não temos que nos preocupar com nada. Inclusive a reitoria e o PEGA estão passando atribuições pra eles fazerem o levantamento dos resíduos no seu detalhe, inclusive os desperdícios eles estão fazendo perfeitamente por conta de já... do ao longo dos anos trabalhando já...

Aquele casal que estava no Projeto...

Aquele casal continua com a gente até hoje. E todo resíduo da UNESCO vai pra eles, por conta que eles fazem um trabalho muito bem feito. Então, foi assim... e a desarticulação veio um pouco por desencanto por não se conseguir espaços e não se conseguir os recursos. durante um período nós fomos... o Projeto Nossa RUA foi premiado, junto com a universidade, na ADVB, pela iniciativa comunitária e ambiental. Nós fomos apresentar a proposta ao governo do estado, na tentativa de replicar este projeto pra todo o estado, mas também não houve investimento do governo. Houve um interesse, eles tiveram muito interesse na dinâmica de como o projeto era tocado pela universidade e pela comunidade, mas acabou que...

Isso foi na ocasião da entrega do prêmio?

Não, isso foi depois. Foi uma consequência do prêmio. Inclusive, na época o reitor era o professor Edson Carlos Rodrigues, eu fui no governo do estado, junto com o Edson, fazer a apresentação do projeto e fazer a... apresentar o projeto de forma escrita pro Governo do Estado, pra conseguir recursos inclusive pro Projeto mas... o governo do estado disse que não podia passar recursos de forma isolada pra um projeto, que poderia apenas passar recursos aos municípios, desde que tivesse uma iniciativa do município, do órgão de gestão do município.

Deveria, então, ter uma contrapartida do município.

Exato. E isso nunca veio do governo municipal. Então, foi aí que deu o entrave também. E aí foi aquelas desarticulações normais. A comunidade... depois até a própria universidade se afastou um pouco por conta do próprio encaminhamento da comissão organizadora e gestora do projeto, eles... cada vez mais foi dada autonomia... eles conquistaram a autonomia de gestão do projeto e a universidade pode, aos poucos deixando... claro que ela, sempre que solicitado ela teve junto, teve projetos, tem professores que procuraram desenvolver projetos de pesquisa, projetos de extensão, o horto florestal continuou doando as mudas, toda vez que solicitado. Então, houve um afastamento da coordenação e da interação da gestão do projeto mas nós estávamos sempre... parceiros do projeto.

O Mário falou alguma coisa de, nesse período em que a UNESCO parou, de a UNESCO estar passando por uma reestruturação, de criação do IPAT, inclusive de estar desarticulando alguns grupos né, tipo o NUPEAM.

Isso foi muito marcante também.

E daí ele acabou, a UNESCO acaba deixando de lado algumas iniciativas pra concentrar esforços no outro campo.

Isso. Na época nós tínhamos uma organização de institutos na UNESCO, que era o instituto de pesquisas ambientais, o instituto de pesquisa sócio-econômico, o instituto de pesquisa na área da saúde e o instituto de pesquisa em meio ambiente, que era o NUPEAM. Todos os projetos ambientais estavam no NUPEAM. Eu, inclusive, fazia parte do NUPEA e como eu tinha assumida a coordenação no projeto de agroecologia, que o governo... um projeto financiado pelo governo federal com os agricultores ecologistas de Praia Grande, eu assumi a coordenação também neste projeto. Ai eu saí do NUPEA, Núcleo de Pesquisas ambientais e fui núcleo de educação ambiental, que era o NUPEAM. E ai junto o Projeto da Vila Manaus... e o projeto de agroecologia. Só que, no processo de conversão da universidade que nós tínhamos a necessidade da instalação de um instituto. E aí os núcleos foram fundidos no IPAT. E aí os profissionais, todos eles, foram redefinidos em outras áreas de atuação. Eu mesmo fui para a área de recuperação de áreas degradadas, que era uma necessidade urgente. Por que naquela época nós tínhamos pego quatro projetos de recuperação de áreas degradadas muito grandes: mina malha II leste, mina malha II oeste, campo mina morosini e lote 46, se não me falha a memória.

Era o começo da recuperação daquelas áreas.

Era o começo da recuperação, lá em Siderópolis, dessas áreas. E outras propostas estavam chovendo, caindo de maduro pra nós e nós precisávamos, então... muitos dos profissionais foram direcionados pra isso. O Mário trabalhou, eu trabalhei, vários profissionais trabalharam nesses projetos, mas aí acabou o projeto agroecologia, acabou o financiamento. O projeto tinha, um projeto de três anos, e ainda foi financiado mais um quarto ano. Nós tentamos encaminhar este projeto da Vila Manaus, o projeto Nossa RUA pra este mesmo projeto, mas eles só trabalham com espaços rurais, e não urbanos. Então acabou eles achando muito legal a proposta, muito bem avaliado o projeto, mas não é a área de financiamento deles. então, a parte da universidade a gente correu atrás, tentou caminhar pra várias fontes de financiamento, só que, acabava que as prioridades eram outras. E foi assim que aconteceu. Aí nesse período houve a desarticulação mas a gente continuava, por doação profissional e por gostar dos projetos, nós continuávamos por solicitação dos próprios pesquisadores, profissionais da universidade pediam pra reitoria pra manter. Teve várias reuniões com a comissão organizadora do projeto, na reitoria, pedindo pra que continuássemos apoiando, a universidade continuasse envolvida. Com isso foi reforçado, com a minha presença e do Mário, que ingressou na época no projeto, a pedido meu, porque ele tinha acabado de entrar na universidade e era uma pessoa que tinha um profundo conhecimento na área de gestão de resíduos sólidos e a pedido meu, ele se engajou no projeto. Eu pedi pra sair, porque eu tinha assumido esse projeto e o Mário tinha a coordenação, pela universidade, no projeto. Depois eu volto, a Heliete se engaja também. Então, uma série de profissionais vão se engajando no Projeto por conta da paixão e da afinidade e do movimento social que a gente nunca deixou de trabalhar. E aí, dá aquela esfriada no projeto. Aí o Mário reconhece, eu reconheço e os profissionais reconhecem que o Projeto tinha que caminhar com as próprias pernas e ai os profissionais se direcionam pra outros projetos e o projeto continua.

E como é que se deu esse processo de afastamento da UNESCO. Foi uma coisa tranqüila?

Foi muito tranqüila. Eu lamentei, porque eu tinha uma paixão tão grande de querer me manter envolvido com o projeto, mas eu percebia também que o nosso papel no projeto ele tava no limite, entendeu? Nós tínhamos que fazer, por que muito do que tava acontecendo, acontecia... sem pretensão, pelo amor de Deus! Mas eram, muito das coisas que aconteciam, aconteciam porque os profissionais da UNESCO instigavam, puxavam. “quem sabe se faz assim, quem sabe se faz lá, quem sabe a gente conversa com tal pessoa”, porque eu acho que era esse o papel da universidade mesmo. Mas, uma vez as pessoas, a coordenação do projeto, sabendo os caminhos, sabendo com quem falar, e... uma coisa que me deixava muito encantado no projeto era que as pessoas envolvidas tinham uma articulação social, uma articulação política, contatos políticos e lideranças políticas muito fortes. E isso nos dava um entusiasmo muito grande pra que o Projeto não fosse apenas um Projeto, fosse também uma luta social.

Já tinha uma base dessa própria história...

Claro! E era uma história linda! Uma história muito linda, que chama a atenção de qualquer pessoa que pegue pra ler. Eu ainda espero, e eu acho que a pessoa indicada pra fazer isso é tu, transformar essa história da Vila Manaus num livro, cara. Tem que acontecer. Eu acho que talvez o único erro que eu acho que tenha acontecido ao longo da história quando a gente deixou vocês caminharem assim... como formar, foi lá, como montar uma ONG, como se organizar, que a ONG foi criada com o nome “Projeto”. Isso é que foi... tinha que ser “ONG Nossa RUA” e não “ONG Projeto Nossa RUA”. porque projeto é uma ação que tem começo, meio e fim. ONG não tem meio, não tem fim. É uma instituição organizada com pessoas, com fins, com metas, com objetivos e isso, ela se renova sempre. O projeto não, projeto tem começo, meio e fim. Pra mim, o Projeto teve começo, meio e fim, com total felicidade no começo, no meio e no fim. Culminou com o começo da ONG, com a organização social... talvez não tenha alcançado todas as suas metas, mas a ONG surge pra buscar estas metas. Pra mim não foi uma perda...

Tu avalia como um processo natural...

Extremamente natural, extremamente tranqüilo e de sucesso. Sempre tive essa visão. Que bom que agora, com as novas propostas estão acontecendo, né, a partir de um projeto que eu o Zeca e tu estamos encaminhando. Eu, por enquanto, estou meio afastado, por ações aqui da PROPEX, mas pouco a pouco vou começar a me interar das ações e vou participar com o mesmo entusiasmo e com a mesma intenção que de oito, dez anos atrás.